

A Defesa Nacional



JANEIRO
1953

NÚMERO
462

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1954

N. 462

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Companhia de Golpeadores (Continuação) — Ten.-Cel. Floriano Möller	7
Munições — Limpeza, lubrificação e conservação do armamento leve em uso (Continuação) — Ten.-Cel. Jorge F. Silvado.....	13
O relatório do General Eisenhower ao Presidente do Grupo permanente da O.T.A.N. — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	19
Ação retardadora e Cavalaria — Maj. Luiz Felipe de Azambuja.....	25
A tirania do terreno — Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....	31
Regimento-Escola de Artilharia — Maj. Lincoln Freire de Carvalho.....	35
Do combate singular à guerra total (Teorias e pontos de vista) — Trad. do Maj. Lair de Figueiredo Moreira.....	53
Cooperação entre a Artilharia Antiaérea e a Aviação — Trad. dos Majores Cesar Gomes das Neves e Heráclides de Araujo Nelson.....	59
Ensino em série ou ensino em paralelo?... Eis um problema novo para a A.M.A.N. — Cap. R.J. Portugal.....	67
Os aviões da Artilharia — Cap. Salli Szajnerferber.....	71
Instruções para os seleccionadores — 1º Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	77
Baioneta: Dualidade de doutrina — 1º Ten. Manoel Luiz Osorio.....	85
Contribuição para o estudo do Q.A.O. — 1º Ten. Milton de Barros Lima.....	91
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Política do petróleo no Oriente Médio — Gen. Manoel Ignácio Carneiro da Fontoura.....	93
A economia nacional e a guerra — Trad. do Maj. A.V. Paiva.....	95
GEOGRAFIA E HISTORIA MILITAR	
Mato Grosso e as lutas pela fixação da fronteira ocidental do Brasil (Continuação) — Gen. Antonio de Souza Junior.....	103
As guerras do Prata (Sumário) — Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.....	113
DIVERSOS	
27 de novembro — Gen. Antonio José Coelho dos Reis.....	119
Brasil, terra da promessa — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	123
Educação ou cadeado... — Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....	125
A criação do Serviço Social do Exército.....	127
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	137
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	141
ATOS OFICIAIS.....	145



ANO DE ESPERANÇAS

A entrada de um ano novo é sempre saudada como fonte de novas esperanças para o país. Se lançarmos um olhar retrospectivo para o ano que findou, não podemos deixar de reconhecer que foi eivado de dificuldades, no terreno econômico, embora apresentasse satisfatória situação financeira.

Cresceram a dívida comercial e as dificuldades cambiais, mas, por outro lado, aumentaram as rendas da Nação e é quase certo que o exercício financeiro se encerre equilibrado, senão com saldo.

Os transportes, mais do que a própria crise da produção, são os maiores responsáveis pela alta do custo da vida, bem como pelo preço excessivo dos nossos produtos, situado acima da paridade internacional, a ponto de lançá-los fora da competição comercial.

É inútil aumentar a produção, reaparelhar portos, levantar silos e armazéns para a estocagem de mercadorias, se os meios de escoamento da produção permanecem insuficientes e anti-econômicos.

Sediças e sobejamente conhecidas são as deficiências do nosso sistema de transporte. Entre muitas sobressaem, no campo das vias férreas, a diversidade das bitolas, a impedir a fácil circulação das riquezas, através do território nacional, a heterogeneidade do material, a dificultar a formação das composições, o obsoletismo desse mesmo material, cuja renovação encontra óbices no alto custo do produto importado e nas dificuldades cambiais, o problema do combustível, resolvido empiricamente com a queima desatinada de nossas matas, com a importação de carvão e petróleo estrangeiros, pagos a pêsso de ouro ou ainda com o emprêgo da hulha nacional, de baixo poder calorífico e sem falar na competição das estradas de rodagem, responsável, em parte, pelos "deficits" às ferrovias.

No terreno das rodovias, mal se esboça a articulação entre os grandes centros, em que pese ao grande progresso feito nos últimos anos. Não temos ainda uma Rio-Goiania ou Salvador-Pôrto Nacional, isto é, grandes troncos de penetração. Acentuamos o nosso caráter litorâneo com a Rio-Bahia e a Rio-Pôrto Alegre, que nada mais são que desdobramentos da velha rota marítima, do tempo das caravelas.

Quanto aos transportes marítimos, perdemos a hegemonia continental, a despeito da aquisição da frota especializada para o transporte do petróleo. Mais de uma vez a nossa navegação de cabotagem se mostrou impotente para carrear os produtos que se acumularam nos portos nacionais, tendo apelado para navios estrangeiros que vieram operar em nossas águas.

Quanto à navegação fluvial, as poucas unidades adquiridas recentemente para as bacias do Amazonas e Paraguai não lograram melhorar o quadro deficitário dos respectivos serviços. Continuamos a importar rebocadores e até navios pesqueiros de madeira da Holanda e outros países. Falta-nos a indústria de construção naval, apesar de já fabricarmos chapas para navios e caldeiras de qualquer tipo.

No domínio do ar, a nossa invejável posição de potência comercial aérea tem o seu progresso amarrado à hipoteca da aquisição, no estrangeiro, de novos aparelhos e peças sobressalentes de custos proibitivos.

Essas as perspectivas com que defrontamos o raiar de um ano novo. Acentuamos as suas cores sombrias para capacitar-nos da nossa real situação e aplaudir o acerto das medidas tomadas pelo governo para enfrentá-la.

De fato, nunca se encararam tão resolutamente o problema dos nossos transportes e o da energia, como se vêm fazendo no momento. Estamos diante desse dilema: ou damos transportes ao Brasil ou desapareceremos como nação organizada.

A maior parte das ferrovias do país estão obtendo, através da intervenção da "Comissão Mista Brasil-Estados Unidos", substanciais auxílios financeiros em moeda estrangeira para o seu reaparelhamento e modernização. Por sua vez, o governo aumentou o imposto de renda para obter recursos em cruzeiros para o mesmo fim. O programa de aquisição de locomotivas e vagões para as vias férreas inclui milhares de unidades de todos os tipos. A própria indústria doméstica, já apta para a produção de vagões 100 % nacionais, será chamada a colaborar nesse grandioso plano e articulam-se os primeiros passos para a fabricação de locomotivas a vapor no país, com a autorização da instalação de uma filial da Krupp. Quanto às locomotivas elétricas, já as fabricamos, havendo necessidade de se ampliar a capacidade de produção das fábricas nacionais. O programa em curso para o aumento da energia elétrica vai permitir a eletrificação de algumas de nossas ferrovias, caminho acertado e que nos conduzirá, cedo, à independência no campo dos transportes ferroviários. Quanto à modernização das linhas propriamente, está prevista a substituição de milhares de quilômetros de trilhos gastos. As estradas Rio-Belo Horizonte e São Paulo-Belo Horizonte, atacadas com determinação, representam, no domínio das rodovias, a contribuição dos governos

federal e estaduais para a solução do nosso problema vital. Fechar-se-á o triângulo rodoviário Rio-São Paulo-Belo Horizonte-Rio.

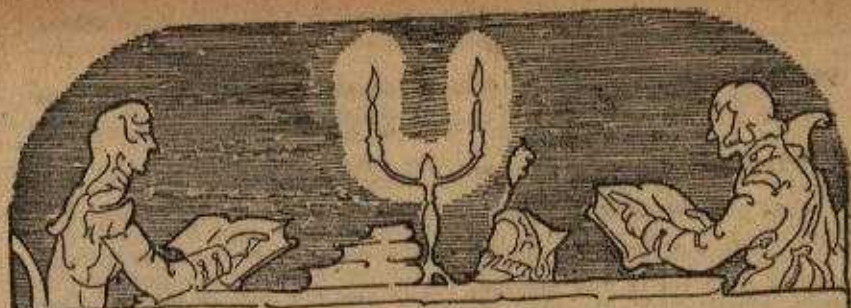
Tudo indica que 1953 será, pois, um ano de trabalhos construtivos. A própria questão do petróleo terá nêle um ano decisivo, com a ultimação da grande refinaria de Cubatão. Precisamos, pois, ter fé nos destinos da Pátria e trabalhar com energia para a concretização dos nossos sonhos de grande nação. O Brasil vive momentos decisivos. As Forças Armadas acompanham com visível interesse — podemos afirmá-lo, mesmo sem estarmos credenciados para tanto — o evoluir da sua economia, pois é através dela que os povos se elevam e se fortalecem ou sucumbem às garras de predadores sem escrúpulos. Nação independente é nação economicamente forte, isto é, possuidora de indústrias básicas e de transformação, fontes de energia exploradas, portos aparelhados e sistemas de comunicações eficientes, a par de uma agricultura e pecuária sólidamente constituídas, vale dizer, tecnicamente assistidas, dotadas de facilidades para a exploração comercial e capazes de alimentarem a nação e ainda fornecerem, através da exportação, as divisas de que o país necessita.

Sem uma economia dessa ordem, não há Forças Armadas que valham êsse nome. São forças para a primeira batalha e nada mais. Mas é a última que interessa e, a êsse respeito, o exemplo da Inglaterra é significativo.

Confiemos, pois, em que o governo leve a bom termo os seus projetos.

Queremos crer que os planos em curso, a nova lei do câmbio livre e outras medidas anunciadas pelo governo trarão dias prósperos para o país no ano que se inicia.

São os nossos mais ardentes votos.



CULTURA PROFISSIONAL

A COMPANHIA DE GOLPEADORES

AEROTERRESTRE

Ten.-Cel. FLORIANO MÜLLER

Condensação de artigos publicados em jornais americanos e revistas militares especializadas.

PROLEGÔMENOS



No decorrer da segunda guerra mundial, os "Rangers" do Exército Americano foram, de um modo geral, organizados em batalhões moldados nas unidades de "Comandos" do Exército Inglês e postos à disposição de C.Ex. e Exércitos, recebendo missões dos comandantes dessas G.G. U.U. e mesmo dos T.Q.

Atualmente os golpeadores estão organizados em companhias, as quais, atribuídas às D.I., têm por missão "infiltrar-se através das linhas inimigas e atacar postos de comando, centros de comunicações, posições de bateria, pontos de reunião de carros de combate, desfiladeiros, nós de comunicações, vias de transporte e instalações vi-

tais". Essas unidades receberam a denominação de "Companhia de Infantaria de Golpeadores Aeroterrestre" e foram organizadas, equipadas e instruídas no Centro de Instrução de "Rangers", integrante do Centro de Infantaria de Fort Benning, EE.UU.

A atual 1ª Companhia de Infantaria de "Rangers" aeroterrestre, uma das primeiras quatro unidades de golpeadores organizadas pelo Exército Americano, foi incorporada ao serviço ativo a 28 de outubro de 1950, em Fort Benning e teve origem no 1º Batalhão de Rangers; é herdeira das tradições desse mesmo batalhão e de suas condecorações de combate. As demais companhias de Infantaria de Rangers, do mesmo modo, são oriundas de Batalhões de Rangers da 2ª Guerra Mundial e participam de suas glórias.

(*) Ver artigo sobre os golpeadores no n. 461 de dezembro de 1952.

ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA DE GOLPEADORES

A título de ilustração e baseado nos textos de referência, apresentaremos, a seguir, uma organização para a Companhia de Golpeadores, que bem pode vir a ser adotada entre nós, se se cogitar de dotar as nossas D.I. de um elemento especializado de tão alta qualificação. Dada a imprecisão das fontes de consulta, o efetivo da Cia. de Golpeadores é deduzido da organização da Cia. de Infantaria normal, aliada de todos os elementos dispensáveis, da administração, suprimento, manutenção e, inclusive, aprovisionamento.

Acompanhando a "divisão ternária", a Companhia de Infantaria de Golpeadores Aeroterrestre é constituída do Comando da Companhia, do Pelotão de Comando e de três pelotões de fuzileiros, com um efetivo total de 5 oficiais e 110 praças (fig. 1).

Cada pelotão — com 33 homens — é constituído por três grupos de combate de 10 homens e de um "Grupo de Comando" com três homens, entre os quais o sargento auxiliar e um padoleiro. O Grupo de Combate pode ter a seguinte organização: um 3º sargento co-

mandante, um cabo auxiliar, dois fuzileiros-metralhadores e cinco volteadores, o que permite dispô-los em duas esquadras.

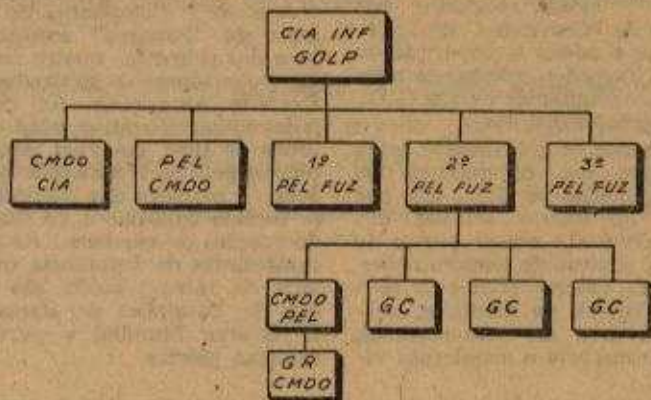
Como natural decorrência de sua organização, a Companhia de Golpeadores terá que ficar adida a uma outra unidade, para fins de administração, aprovisionamento, suprimento e manutenção de 1º e 2º escalões. A companhia poderá agir como unidade independente durante certo espaço de tempo, caso em que o Pelotão de Comando terá que ser acrescido de algumas praças, para permitir a instalação de rancho próprio. Este pessoal suplementar deverá ser incorporado à companhia, sempre que se tornar necessário.

A companhia praticamente não possui transporte orgânico — apenas dois "jeeps" e uma viatura de 2 1/2 ton., o que é muito pouco para enfrentar qualquer prolongado esforço de suprimento. Seu emprego tático dependerá dos recursos locais, ou de reabastecimento por meio de pára-quedas.

RECRUTAMENTO

Uma das tradições da 2ª Grande Guerra, transmitida às novas companhias de golpeadores, é a que

ESQUEMA DA CIA. DE GOLPEADORES (Aero-terrestre)



se refere ao respectivo recrutamento; todo o pessoal é voluntário. Os golpeadores são escolhidos entre os candidatos que satisfaçam às elevadas condições físicas e mentais exigidas.

Muito embora sejam preferidos os candidatos já qualificados como pára-quedistas, tal instrução prévia não é, em absoluto, imperativa; todavia a mesma deverá ser ministrada a todos os homens que tenham sido considerados aptos nas demais provas, os quais devem satisfazer às condições físicas estabelecidas para os pára-quedistas, estarem classificados na categoria excepcional e terem menos de 23 anos de idade. Se bem que não haja restrições de graduação para praças, os oficiais devem ser do posto de capitão, no máximo.

INSTRUÇÃO

Durante oito semanas, os golpeadores são submetidos a uma pesada e movimentada instrução, compreendendo operações anfíbias e aeroterrestres, destruições e sabotagem, combate aproximado, uso do armamento e leitura de cartas topográficas estrangeiras. Os golpeadores aprendem, também, como realizar desembarques anfíbios e em pára-quedas nas zonas de retaguarda inimigas, como agir em território ocupado pelo inimigo durante períodos mais ou menos longos e como desencadear os golpes de mão com rapidez e agressividade. Aprendem, ainda, a se deslocarem furtivamente, iludindo o inimigo, de modo a poderem atingir determinados pontos, dos quais possam atacar com esmagadora surpresa.

Os golpeadores, no decorrer de seu período de instrução, praticam com todas as armas, quer individuais, quer de apoio, com que conta a companhia. Também aprendem a atirar com o armamento estrangeiro e a sanar seus incidentes de tiro, especialmente com as armas inimigas em uso na Coreia. É dada atenção especial sobre a importância do conhecimento das regras relativas à observação

e à condução do tiro de artilharia e do de canhões navais, bem como dos processos de pedido de apoio aéreo mediante o emprego dos meios de comunicações que a companhia dispõe em campanha.

Uma grande parte do período de instrução é dedicado à instrução tática e aos problemas relativos ao emprego do armamento à distância real, nos quais, as sessões de instrução, já ministradas, são repetidas no quadro de uma situação tática, culminando com um ataque diurno a uma posição fortificada, dispondo a companhia de apoio de artilharia e aéreo. Há, ainda, problemas de infiltração terrestre, diurna e noturna, bem como um desembarque aeroterrestre, à noite, com a missão de destruir determinado objetivo. A maior parte da instrução tática é ministrada à noite, tendo em vista as oportunidades em que os golpeadores terão que agir protegidos pela escuridão, a fim de facilitar seu movimento e assegurar a surpresa.

ARMAMENTO

Uma vez que a Companhia de Golpeadores é organizada e equipada, de modo a poder efetuar grandes deslocamentos a pé, com curtos e decisivos períodos de combate ofensivo, a mesma é provida de armamento com grande potência de fogo e permitindo bastante mobilidade. As armas individuais dos golpeadores são o fuzil "Garand" e a carabina, bem como o sabre-baioneta, faca de trincheira e a granada. As armas automáticas de apoio são a metralhadora leve ponto 30, o fuzil-metralhador "Browning" ponto 30 e a metralhadora de mão ponto 45. Os "petrechos" da Companhia de Golpeadores são constituídos pelo lança-rojão de 3,5 polegadas, o canhão sem recuo de 57 mm e o morteiro de 60 mm — as armas mais pesadas encontradas no arsenal dos golpeadores. Esses petrechos, não obstante poderem ser transportados pelos homens, sem auxílio de viatura, permitem um apoio de fogo potente e mortífero.

Cada pelotão possui uma metralhadora leve, três morteiros de 60 mm (do tipo portátil, que pode atirar sem a placa-base), três lança-rojões de 3,5 polegadas, seis fuzis-metralhadores "Browning", um canhão sem recuo de 57 mm; carabina e fuzil "Garand" em número suficiente para os demais integrantes do pelotão.

O armamento da Companhia de Golpeadores, realmente conduzido pelos homens, pode variar em cada missão, o que será fixado pelo respectivo comandante em cada caso, mas, via de regra, cada pelotão de golpeadores poderá dispor de um morteiro de 60 mm e de um lança-rojão de 3,5 polegadas.

Todos os elementos do G.C. devem transportar dois tiros de cada uma dessas armas, além do equipamento de destruição e da munição de suas próprias armas. Eventualmente, todos os golpeadores poderão ser armados com um fuzil automático leve.

Na dotação da Cia. de Golpeadores há a ressaltar ainda a presença das "armas infra-vermelhas" (*), permitindo o tiro contra alvos normalmente invisíveis a olho nu. A arma infra-vermelha nada mais é que um dispositivo emissor de um feixe de luz infra-vermelha, que, adaptado a um fuzil, tal como uma luneta de pontaria, permite divisar o objetivo e realizar a pontaria em plena obscuridade ou em zona coberta por névoa ou fumaça, sem que o atirador seja visto.

OBJETIVOS

Os objetivos apropriados às operações das Cias. de Golpeadores podem ser encontrados no interior do território em poder do inimigo e, mesmo, relativamente aproximados da zona de combate. O tipo de objetivo escolhido pode variar com as operações que estejam sendo conduzidas pelo grosso das tropas empenhadas, as quais podem ser ofensivas, defensivas, de perseguição ou manobra em retirada. Os

golpeadores podem ser empregados independentes, ou em conjunto com forças regulares, e eventualmente com guerrilheiros para atingir objetivos que mais facilmente embaracem as operações inimigas e concorram para o completo êxito das forças amigas.

Os objetivos mais indicados são Postos de Comando; posições de artilharia; Centros de Comunicações; desfiladeiros rodo e ferroviários, túneis, pontes, viadutos e demais obras darte; locais de reunião de viaturas blindadas ou não; instalações de campos de aviação; instalações e recursos de suprimento; Quartéis-Generais da Zona de Administração; postos de observação; pontos críticos do terreno; zonas de reunião e campos de prisioneiros.

Uma vez que os objetivos para um ataque de golpeadores podem estar situados a considerável distância das linhas da frente inimiga, e além das zonas de ação normalmente prescritas para as divisões, o comandante da G.U. deve se informar sobre tais objetivos, com o comando imediatamente superior.

OPERAÇÕES TÁTICAS DA CIA. DE GOLPEADORES

De um modo geral, o emprego da Companhia de Golpeadores se subordina aos princípios táticos da infantaria. Todavia, por ser a atuação da Companhia de Golpeadores normalmente independente, sem ter qualquer ligação no espaço com outras unidades de infantaria, o apoio com que pode contar essa companhia é frequentemente limitado à artilharia, à aviação de combate e ao fogo dos canhões navais (proximidade das praias de desembarque).

Um ataque de golpeadores caracteriza-se pelo segredo, pela surpresa, intenso fogo automático, deslocamentos rápidos e ação instantânea sobre o objetivo.

A ação defensiva não é necessariamente um ponto forte das Companhias de Golpeadores, uma

(*) Defesa Nacional de setembro de 1952.

vez que as mesmas não possuem armamento pesado, nem viaturas de remuncimento, capazes de um esforço defensivo prolongado e sem qualquer apoio. A missão de busca de informações dessas unidades subordina-se à missão de combate que lhes tenha sido atribuída; não são equipadas nem mesmo instruídas para substituírem as unidades normais de reconhecimento. No entanto, em certos casos, as Companhias de Golpeadores estão em condições de colher informes relativos a zonas situadas além do alcance usual das tropas de reconhecimento.

O Comandante da Cia. de Golpeadores, ao se preparar para uma operação, realiza normalmente um cuidadoso reconhecimento diurno, da zona do objetivo e dos itinerários de ida e volta correspondentes à zona de ataque. São realizados, sempre que exequíveis, alguns ensaios das operações planejadas, em terreno semelhante ao da zona do objetivo. As operações mais complexas requerem vários ensaios, principalmente se delas faz parte uma penetração aeroterrestre ou marítima. Muitas horas de árdua preparação, exgotantes provas de resistência física e noites sem conta de exercícios no campo — terão que ser enfrentados, tendo em vista a necessária eficiência em combate.

Além de exercitadas para se infiltrarem nas linhas adversas, as Cias. de Golpeadores estão em condições de realizar desembarques aéreos e anfíbios na retaguarda inimiga. São capazes de manobrar e combater em todos os tipos de terreno, quer durante o dia, quer à noite. São instruídas para agir durante longo tempo em território sob ocupação inimiga; e, por meio de ação agressiva e rápida, ou por surpresa, desorganizar as colunas e destruir instalações e quaisquer outros recursos inimigos.

As Companhias de Golpeadores, em virtude do seu pequeno efetivo e da falta de armas pesadas de apoio, de meios de transporte e de auto-suficiência administrativa, não se ajustam perfeitamente, quer a missões ofensivas, quer

defensivas, que requeiram esforço de combate muito prolongado, normalmente exigido das unidades de infantaria. As mesmas se tornam progressivamente vulneráveis aos ataques de unidades inimigas reforçadas, se permanecerem muito tempo aferradas ao terreno que tenham conquistado.

Quando se tratar de penetração profunda nas zonas de retaguarda, inimigas, as Cias. de Golpeadores devem contar com meios de transporte aéreo ou marítimo a ser fornecido pelo comando à disposição do qual se encontrarem.

COMUNICAÇÕES

As Cias. de Golpeadores dispõem de material telefônico e rádio de pequeno e médio alcance, para o exercício do comando no âmbito da companhia. A Cia. dispõe de aparelhos rádio RAD-101 para ligação com as unidades blindadas e aviões de ligação; os pelotões e G. C. dispõem de aparelhos rádio RAD-100 para comunicações entre si e com o Comando da Cia. Para as comunicações diretas da companhia com o Q. G. da Divisão, a mesma dispõe de um aparelho rádio de maior potência.

No material de comunicações, há ainda a ressaltar a presença de rádio-faróis para orientarem o retorno da Cia. ao ponto origem ou para servirem de alvo sobre objetivos a bombardear ou destruir pelas unidades da Força Aérea, que porventura não disponham de pontos de referência marcantes.

REFERÊNCIAS

"Os Rangers estão de volta", pelo Cel. John Van Houtan.

"Os Rangers na Coreia", por Hanson W. Baldwin.

New York "Times" (26 de agosto de 1951).

Army Information Digest (agosto 1951).

Military Review.

Infantry Journal.

Combat Forces Journal.

Outras notas.

MUNIÇÕES

LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ARMAMENTO LEVE EM USO

Ten. Cel. JORGE F. SILVA

I — LIMPEZA DO ARMAMENTO RECEBIDO DOS DEPOSITOS

Normalmente, as armas recebidas dos depósitos pelos corpos de tropa estão cobertas por uma camada de anti-óxido, colocada para preservá-las da ferrugem.

As armas nessas condições devem ser completamente desmontadas e o anti-óxido protetor removido das diversas partes por meio de um solvente. Uma vez completamente limpas, as peças devem ser secadas e lubrificadas antes da montagem da arma.

1) Solventes a empregar:

- a) Querosene.
- b) Gasolina (quando pura).
- c) Solvente volátil para limpeza (Solvent, Dry Cleaning) de procedência americana.

Nota — Quando for empregado o querosene, este deve ser completamente removido, após a limpeza, pois facilita o enferrujamento do metal.

2) Lubrificantes a passar nas armas após a limpeza:

- a) Óleo lubrificante fino.
- b) Óleo lubrificante grosso.
- c) Óleo lubrificante e preservativo, médio (Oil Lubricating Preservative, Medium).
- d) Óleo lubrificante e preservativo especial (Oil Lubricating Preservative, Especial).

Nota — Os óleos lubrificantes fino e grosso são fabricados no Arsenal de Guerra do Rio (A.G.R.)

e pelo mesmo remetidos aos D.C.M.B. e S.R.M.B.

Os óleos lubrificantes e preservativos médio e especial são de procedência americana e fornecidos quando existentes pelos D.C.M.B. e S.R.M.B.

3) Materiais a utilizar para limpeza e lubrificação:

- a) Varetas.
- b) Escovas de cabelo.
- c) Escovas de latão.
- d) Talas de limpeza.
- e) Falsos-ferrolhos.
- f) Limpadores de câmara.
- g) Tornos de limpeza.
- h) Cordeis de limpeza.
- i) Almotolias.
- j) Líquido limpador de canos (Rifle, Bore Cleaner).
- k) Solução de carbonato de sódio anidro em água.
- l) Solução de sabão comum em água.

Nota — O limpador de canos (Rifle, Bore Cleaner) é de fabricação americana e muito bom para a limpeza dos canos após o tiro.

II — FINALIDADE DOS MATERIAIS DE LIMPEZA

a) Varetas

São destinadas à limpeza das armas dos fuzis, metralhadoras e outras armas leves. Normalmente dispõem de um orifício para passagem de um pedaço de estopa ou pano e outro orifício ou ponta ros-

cados destinados à colocação das escovas de cabelo ou de latão.

Grande cuidado deve ser tomado para que as varetas não atritem de encontro ao raiamento, principalmente na boca das armas, para que o mesmo não fique desgastado.

A vareta regulamentar brasileira destinada à limpeza dos fuzis e mosquetões tipo Mauser, metralhadoras Madsen, Hotchkiss e fuzis metralhadoras Hotchkiss, é de latão com cabo de madeira rotativo e denominada: Vareta para limpeza e lubrificação M1.

Tanto quanto possível deve ser empregada para a limpeza do material de procedência norte-americana.

b) Escovas de cabelo e de latão

As escovas de cabelo são empregadas para a lubrificação das almas das armas e também servem para a limpeza das mesmas.

As escovas de latão são destinadas à remoção de pequenas partículas ou fiapos que fiquem aderentes nas almas.

Tanto as escovas de latão como as de cabelo são utilizadas adaptadas às varetas.

c) Estopas e panos

São utilizados para a limpeza das armas, quer secos, quer embebidos em um solvente ou solução de limpeza. São também utilizados para a passagem de lubrificantes nas partes metálicas, e dos líquidos destinados à conservação das partes de couro ou de madeira.

A estopa apresenta o inconveniente de deixar fiapos sobre a superfície do armamento. No entanto, para a retirada de grandes quantidades de graxa, anti-oxidação ou óleos por meio de solventes, é ela mais recomendável do que os panos.

d) Talas de madeira

São pequenos pedaços de madeira destinados à limpeza das reentrâncias e cavidades existentes nas armas. São utilizadas com pedaços de estopa ou de panos.

e) Falsos-ferrolhos

Os falsos-ferrolhos auxiliam a limpeza dos fuzis e mosquetões tipo Mauser. Colocados no lugar dos ferrolhos das armas, servem de guia para as varetas de limpeza que os atravessam, não entrando em contacto com o raiamento. As varetas devem sempre ser enfiadas pelas culatras das armas que o permitem, para evitar o desgaste das bocas.

f) Tornos de limpeza

Os tornos de limpeza têm por finalidade fixar as armas para que possam ser limpas com mais facilidade. Podem ser montados em mesas ou em tamboretos especiais fornecidos pelo D.C.M.B. ou pelos Depósitos Regionais de Material Bélico.

g) Limpadores de câmara

São acessórios destinados, como o próprio nome indica, para a limpeza das câmaras das armas. Para os materiais tipo Mauser, são de madeira. Outros materiais possuem tipos diferentes que se adaptam às características de cada uma.

h) Almotolias

São recipientes de vários feitios, usados para a guarda de óleos lubrificantes. São dotadas de um bico para a aplicação do lubrificante sendo que, em alguns modelos, existe também um pincel. Devem ser sempre mantidas tampadas para evitar a entrada de poeiras, umidade ou sujus de qualquer natureza.

i) Cordeis de limpeza

São cordões dotados, em uma extremidade, de uma peça metálica destinada à colocação de estopa ou pano ou das escovas de limpeza de cabelo ou latão.

j) Limpador de canos de fuzis (Rifle Bore Cleaner)

É um líquido de fabricação americana especialmente preparado para a limpeza das almas dos fuzis ou outras armas leves, após o tiro. Possui propriedades contra a ferrugem.

k) Solução de carbonato de sódio anidro

É um substituto para o limpador de canos. É preparada dissolvendo-se uma e meia colher das de sopa de carbonato de sódio anidro em meio litro de água quente. No caso de falta de água quente, a água pode ser utilizada fria, aumentando-se porém o cuidado na secagem do material.

l) Solução de sabão em água

Esta solução é também indicada para a limpeza dos canos após o tiro. É preparada dissolvendo-se 100 gramas de sabão comum em três litros de água quente. Não havendo água quente, pode-se usar água fria para o preparo da solução. A vantagem da água quente é de facilitar a dissolução dos sais e assegurar, após a secagem dos canos, uma evaporação completa da umidade restante, em virtude do calor absorvido pelo metal.

III — EMPREGO DOS ÓLEOS LUBRIFICANTES

a) Óleo lubrificante fino

É um óleo fabricado pelo Arsenal de Guerra do Rio e destinado à lubrificação do armamento que é diariamente usado, quer em serviços de guarnição, quer na execução do tiro, para assegurar o funcionamento correto das armas. Não possui propriedades especiais contra a ferrugem.

b) Óleo lubrificante grosso

Fabricado também pelo Arsenal de Guerra do Rio (A.G.R.), é destinado à lubrificação do armamento que não é diariamente utilizado e em armazenagem de pequena duração. O seu uso exige exames periódicos espaçados de 30 dias no máximo e remoção para substituição. Não é dotado de propriedades especiais contra a ferrugem.

c) Óleo lubrificante preservativo médio (Oil Lubricating Preservative Medium)

É um óleo de procedência americana e usado no exército dos Es-

tados Unidos da América do Norte. Quando existente, deve ser empregado em armas que devam ficar armazenadas durante pouco tempo. Além de ser um lubrificante, é um preservativo contra ferrugem muito recomendado para regiões tropicais. Possui qualidades especiais contra a ferrugem.

d) Óleo lubrificante preservativo especial (Oil Lubricating Preservative Especial)

Fabricado nos Estados Unidos da América do Norte e adotado pelo exército do referido país. Quando existente, deve ser empregado no armamento que é utilizado diariamente e como lubrificante de funcionamento nas metralhadoras e demais armas leves. Possui propriedades especiais contra ferrugem.

IV — CONSERVAÇÃO DO ARMAMENTO RECEBIDO E EM USO

Uma vez as armas limpas e lubrificadas como foi dito acima, devem ser observadas as seguintes prescrições que têm por finalidade conservá-las em bom estado:

a) Diariamente deve ser efetuado um exame para verificação do estado de limpeza e condições gerais.

b) As superfícies metálicas e todas as partes móveis devem ser mantidas cobertas por uma leve camada de óleo lubrificante para assegurar o funcionamento e evitar a ferrugem.

A melhor maneira de aplicar o óleo é por meio de um pedaço de pano limpo, o qual após ser nele embebido, é esfregado nas superfícies a proteger e lubrificar.

O óleo em excesso é nocivo, pois favorece o acúmulo de sujos além de ser anti-econômico. O óleo também pode ser aplicado por meio das almotolias e escovas de cabelo.

c) As superfícies das partes de madeira são conservadas passando-se sobre as mesmas, leve camada de óleo de linhaça e esfregando-se um pano seco para retirar o excesso. Nessas partes não deve ser passado óleo lubrificante, pois este,

além de torná-las escorregadias, favorece a formação de mófo.

d) Nas partes de couro, deve ser passado ou o líquido para correamo ou o óleo de mocotó. Estes dois produtos devem ser aplicados com parcimônia e as superfícies bem esfregadas com pano seco e limpo. Quando sujas, as partes de couro podem ser limpas com água quente e sabão e depois de secas à sombra, tratadas com um dos líquidos indicados.

e) Nas superfícies metálicas pintadas, não deve ser passado óleo lubrificante, pois este produto estraga a tinta e serve de retentor de todas as poeiras e sujos que nelas sejam depositados, dando mais trabalho para a limpeza e acarretando maior gasto de material. Tais superfícies devem ser mantidas secas e pintadas convenientemente. Quando sujas, podem ser limpas com água pura ou com água e sabão, utilizando-se, para isso, panos ou estopa.

V — LIMPEZA E CUIDADOS ANTES DO TIRO

Antes da execução do tiro, as armas devem ser cuidadosamente limpas e lubrificadas. Especial cuidado deve ser dispensado na limpeza das câmaras, pois câmaras sujas podem ocasionar graves incidentes de tiro. Imediatamente antes da execução do tiro, o lubrificante existente nas almas e câmaras deve ser retirado completamente, podendo a sua não retirada ser causa, também, de incidentes de tiro de gravidade.

VI — LIMPEZA E CUIDADOS DEPOIS DO TIRO

Tão cedo quanto possível, porém no mesmo dia da realização do tiro, as almas devem ser limpas para evitar sérios danos às mesmas. Esta limpeza deve ser efetuada da maneira abaixo indicada:

Existindo o limpador de canos, de procedência americana, colocar um pedaço de estopa ou pano na vareta e, embebendo-o no limpador, esfregá-lo várias vezes na alma. Só inverter o sentido do movimento da

vareta quando a ponta desta sair pela boca da arma. Sempre que possível, a vareta deve ser introduzida pela culatra, a fim de não desgastar, pelo atrito, a boca da arma. Uma vez bem esfregado o cano, secá-lo com panos secos e limpos até que estes não apresentem sinais de sujo. A limpeza dos canos deve ser repetida durante os três dias seguintes ao da realização do tiro. Depois de cada limpeza, os canos das armas devem ser lubrificados com óleo fino.

Não existindo o limpador de canos, podem ser usadas as soluções de carbonato de sódio anidro ou de sabão, já indicadas e aplicadas na forma abaixo:

a) Colocar a boca do cano dentro da vasilha que contiver a solução preparada para a limpeza;

b) Introduzir a vareta pela culatra com um pedaço de estopa ou pano de limpeza e esfregar a alma durante alguns minutos;

c) Retirar o pano ou estopa e atarrachar a escôva de latão, esfregando-a algumas vezes;

d) Após estas operações, enxaguar o cano com água limpa, de modo a que seja retirado qualquer resto da solução;

e) Uma vez enxaguado, secar bem com panos limpos e lubrificar com óleo fino;

f) Repetir estas operações durante os três dias seguintes ao do tiro, a fim de que sejam completamente removidos quaisquer resíduos de pólvora das cargas de projeção ou dos sais das estopilhas;

g) Cuidados idênticos devem ser dispensados às câmaras e partes do mecanismo da culatra que tenham estado sob a influência dos gases da combustão das cargas de projeção;

h) Os depósitos de sujos e poeiras são removidos por meio de panos limpos com as talas de limpeza, após o que, deve ser passado o lubrificante adequado.

Nas armas que não permitam a introdução das varetas pelas culatras, deverão elas ser introduzidas pela boca do cano com o cuidado de não atritar demasiado de encon-

tro ao ralamento e de que a água não penetre entre as partes de madeira e as de ferro. Isto se consegue molhando-se o pano colocado na vareta, na solução de limpeza e a introduzindo na alma, com a arma na posição horizontal, a abertura da caixa da culatra voltada para baixo.

O uso da água quente é recomendado pelas razões já ditas anteriormente. Não havendo, no entanto, água quente, a limpeza pode ser feita com a solução preparada com água fria e, neste caso, deve ser tomado maior cuidado na operação de secagem das partes metálicas.

VII — LIMPEZA DAS OUTRAS PARTES DA ARMA

Uma vez concluída a limpeza dos canos, deve ser iniciada a das outras partes metálicas.

Todas elas devem ser limpas e, após uma secagem perfeita, lubrificadas convenientemente. Esta limpeza e lubrificação deve ser repetida se for notado início de oxidação. Uma vez por semana, pelo menos, as partes móveis devem ser desmontadas, limpas e lubrificadas. As cabeças dos parafusos e orifícios serão limpos com uma pequena escóva ou com a tala de limpeza.

A limpeza das partes de madeira ou de couro, será efetuada com pa-

nos limpos para retirada do pó ou sujo nelas existentes.

VIII — CUIDADOS ESPECIAIS

Nas regiões em que a umidade e a temperatura são elevadas e durante a estação chuvosa, o armamento deve ser examinado diariamente e mantido bem lubrificado. Os grupos principais das armas devem ser desmontados de vez em vez, e, se for necessário, desmontados em suas partes componentes para limpeza e lubrificação.

Nas regiões arenosas, o vento joga areia sobre as superfícies metálicas cobertas com óleo. Esta areia provoca, além do desgaste rápido das peças, incidentes de tiro. Em tais condições, as armas devem ser diariamente limpas e as superfícies metálicas expostas mantidas sem lubrificantes e bem secas. Os grupos principais deverão ser desmontados para maior facilidade da limpeza. Pequena porção de óleo poderá ser passada nas partes não expostas. Em caso de temporal de vento, as culatras e bocas das armas devem ser mantidas cobertas. Sendo o suor das mãos um fator de produção de oxidação das partes metálicas, deve ser evitado o contacto das mesmas com tais partes, uma vez terminadas as operações de limpeza e secagem.



O RELATÓRIO DO GENERAL EISENHOWER AO PRESIDENTE DO GRUPO PERMANENTE DA O.T.A.N

Por R.V.

Traduzido "data venia", da "Revue Militaire d'Information", de 25 de abril de 1952, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER

Há três anos, reconhecendo o perigo inerente à fraqueza militar do Ocidente, a América do Norte tomou a seu cargo a negociação do Pacto do Atlântico Norte e, a seguir, ofereceu assistência militar como uma sua contribuição à defesa do mesmo Ocidente. Durante algum tempo, a iniciativa americana foi mal interpretada por diversos elementos europeus que viram nessa conduta apenas uma manifestação egoísta da parte dos EE.UU. com a intenção de se valerem do Velho Continente como de uma vanguarda para a defesa do Novo Continente. Mas, numerosos acontecimentos importantes, surgidos em 1950, modificaram completamente esta opinião.

Um deles, de início, foi a agressão da Coreia do Norte. A reação pronta e vigorosa das Nações Unidas e da América mostrou que não se cederá diante da ameaça soviética e que os povos europeus não correrão o risco de ficarem sós em caso de agressões sucessivas. Em segundo lugar, a ação virtualmente unânime do Congresso para aprovar a segunda autorização de assistência militar e a aplicação de quatro bilhões de dólares adicionais para o auxílio militar forneceram a prova positiva de que os EE.UU. têm a intenção de cooperar na defesa da Europa Ocidental com toda a sua capacidade. A aprovação dada pelo Senado, em abril de 1951, para o envio de mais quatro divisões de tropas terres-

tres americanas demonstrou também que os EE.UU. desejam cumprir plenamente suas obrigações na Europa Ocidental. Enfim, a nomeação do General Eisenhower, um dos maiores soldados americanos, ao posto de Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa, demonstrou, de uma maneira insofismável, que a defesa da Europa Ocidental era ditada pelo interesse evidente de todos os Estados do Atlântico Norte e da Europa livre.

Foi o General Eisenhower quem declarou certa vez: "Bem sabemos que nenhum país se pode valer indefinidamente do exterior. Roma o tentou e construiu muralhas; outras nações o tentaram igualmente. Esta região — a Europa — se tiver que ser defendida, durante um prolongado período, o deverá ser por ela mesma... O objetivo dos EE.UU. é dar aos povos da Europa o abrigo sob o qual possam começar a preparar sua defesa.

A França compreendeu perfeitamente esta situação e, a 7 de abril de 1952, Lester Pearson, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá e Presidente do Conselho do Atlântico Norte enviou a Robert Schuman um telegrama, por ocasião do terceiro aniversário da NATO, nos seguintes termos:

"Na Conferência de Lisboa, pudemos constatar, com alguma satisfação, o resultado do que reali-

zamos nestes últimos anos. Neste esforço para a defesa da paz, não houve, creio eu, colaborador mais eficiente e sincero que a França, que representastes no Conselho da OTAN, desde nossa primeira assembléia, com tanta distinção e sinceridade".

A 2 de abril, o Gen. Eisenhower, que havia assumido anteriormente o Comando das forças consagradas à defesa da Europa Ocidental — isto é, a direção do SHAPE — (1) encaminhou, ao General Bradley, Presidente do Grupo Permanente da OTAN (2) — ou NATO (3) — um relatório que era uma prestação de contas de uma lealdade total, analisando os fatos da maneira mais objetiva, sem dissimular as lacunas e deficiências. Assim, este relatório permitiu avaliar os progressos realizados no curso do primeiro ano do cometimento idealizado pelas nações ocidentais; de igual maneira se defender as aspirações comuns e de se identificar as nações que fazem parte da NATO, dos pontos de vista do Estado-Maior do Gen. Eisenhower sobre o estado atual da segurança ocidental.

AINDA NENHUMA SEGURANÇA REAL

"Seria um desastre, escreveu o General, se os pontos de vista otimistas apresentados neste relatório aplacassem as inquietudes ou criassem uma falsa impressão de segurança; não há ainda segurança real na Europa, a qual apenas está nos seus primórdios. Seria do mesmo modo lamentável que as numerosas dificuldades que se interpõem ao nosso esforço comum fornecessem um pretexto ao derrotismo..."

As meias-medidas e os exércitos de fachada não podem fazer face ao imenso perigo que nos ameaça, prossegue o Chefe do SHAPE, que mostra, a seguir, as consequências das guerras e dos conflitos sociais que disso resultam: "Ao conside-

rar o passado, os povos do Ocidente parecem ter, durante décadas, desempenhado uma tragédia escrita por Lenine..." É preciso então adotar uma atitude "nova e corajosa", baseada na união. "E contudo, mesmo no interior do nosso país, por vezes, parece que certas facções políticas, ou determinados grupos privilegiados colocam seus interesses imediatos bem acima dos destinos de sua pátria ou da própria civilização. Para estes elementos, os benefícios pessoais importam mais que os interesses de seu país; tentam em vão deter a marcha da História... Aos nossos olhos, o trabalhador é um associado, um igual que deve participar tanto da produção, quanto das responsabilidades."

O general lembra que "seria ilusão esperar que o contribuinte americano estivesse disposto a prodigalizar, indefinidamente, fundos para a Europa, se o mesmo não fôsse encorajado por um progresso contínuo no caminho da eficiência e da cooperação."

Por sua vez, o General Eisenhower lembra, a seguir, a situação em abril de 1951 e seus aspectos ameaçadores:

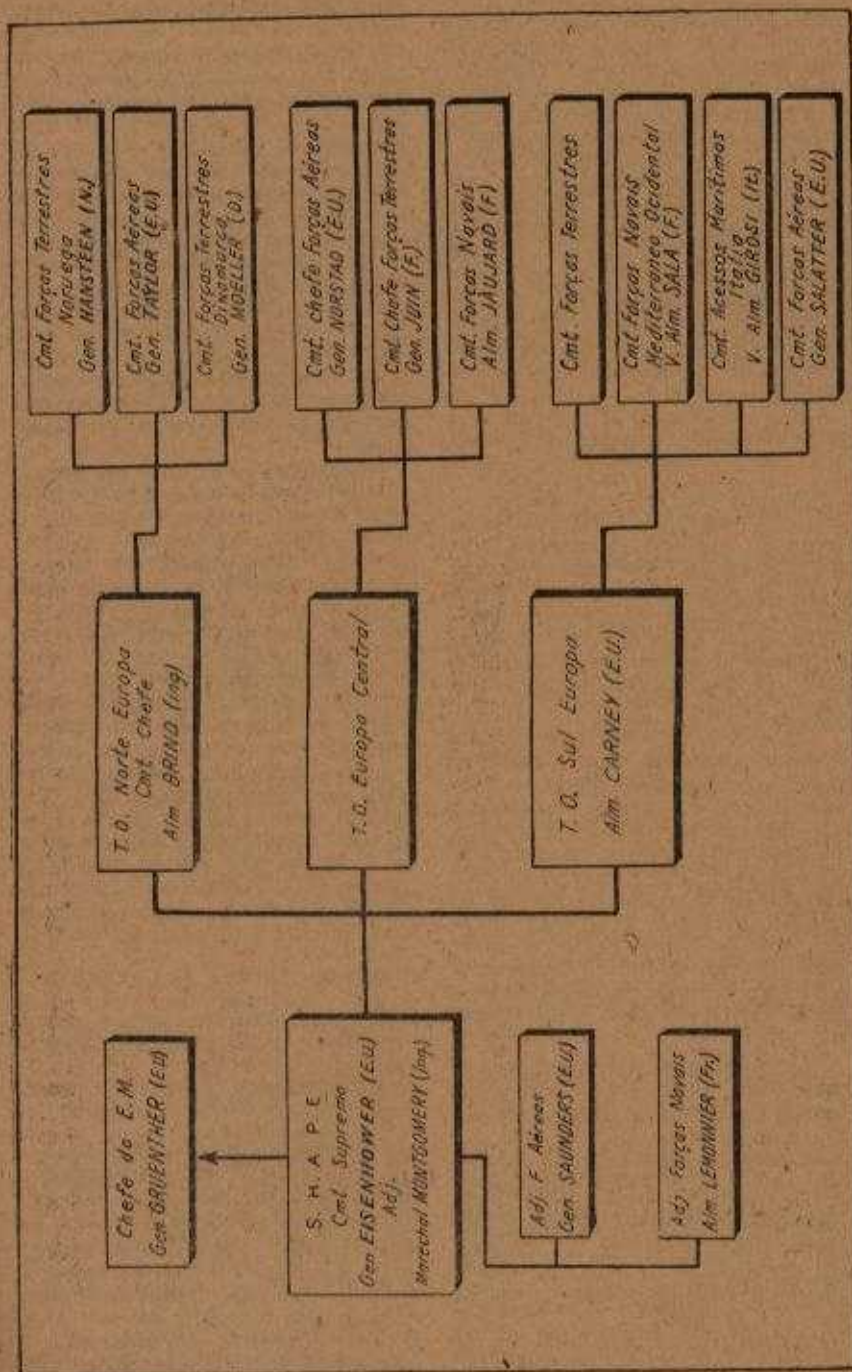
Trinta divisões russas, de um total de 165, estavam concentradas na Europa Oriental; os satélites haviam, nessa ocasião, pôsto em pé de guerra 60 divisões. A U.R.S.S. dispunha, por outro lado, de 20.000 aviões; sua Marinha de vinte cruzadores e 300 submarinos. "Um vasto dispositivo econômico, ainda orientado em grande parte para a guerra, estava aparelhado para apoiar esse dispositivo. Sem atingir o nível de eficiência ocidental, a indústria soviética mostrou-se capaz de construir armas atômicas."

"... Não dispúnhamos, na Europa, senão de quinze divisões treinadas e equipadas." A falta de material, as reservas não podiam ser grupadas em divisões eficien-

(1) SHAPE — Supreme Headquarters Allied in Powers in Europe, ou seja O. Q. G. das Potências Aliadas na Europa.

(2) OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte.

(3) NATO — North Atlantic Theater of Operations.



tes... Em toda a Europa Ocidental não havia sequer 1.000 aviões de combate, e assim mesmo, em grande parte desmodos. "Somente a situação naval era favorável."

Quanto à disposição das tropas aliadas, a mesma era concebida menos para a defesa que para a manutenção da ordem e ocupação da Alemanha. "Os aeródromos se achavam, em certos casos, à Leste das forças terrestres que os deveriam proteger. As linhas de comunicações se estendiam quase paralelamente ao "front" provável em vez de se dirigirem para a retaguarda..."

A FORTALEZA DA EUROPA E SEUS DOIS BASTIÕES

Consideramos a Europa como uma fortaleza flanqueada por dois bastiões: — um, compreendendo a Dinamarca e a Noruega; o outro, a Itália... A maioria das forças terrestres e aéreas seriam necessariamente dispostas no centro, enquanto que os flancos Norte e Sul, dispõem principalmente de forças navais.

"A necessidade de aumentar os efetivos primava sobre qualquer outra preocupação. Quatro divisões americanas e duas britânicas vieram reforçar nosso dispositivo na Alemanha, onde já se encontrava o equivalente a quatro divisões francesas. O moral da Europa se encontra elevado. Mas, em si mesmo, este acréscimo de forças aliadas era insuficiente. Infelizmente, a formação de unidades combatentes na Europa ia tomar muito tempo..."

"Para qualquer lado que voltamos nosso olhar, temos que fazer face a problemas políticos e econômicos..."

O General mostra, a seguir, que malgrado o plano Marshall, o programa de rearmamento por certo acarretaria aos países europeus encargos pesados adicionais. Os preços dos gêneros de primeira necessidade atingiram "níveis assustadores" e produziu-se uma "lamentável queda" nas possibilidades de produção militar na Europa.

O EXÉRCITO EUROPEU

O Comandante Supremo fala, a seguir, do rearmamento da Alemanha Ocidental e do Exército europeu.

"Atualmente, nossas tropas não estão em condições de oferecerem uma resistência prolongada a Leste da barreira do Reno... Se a Alemanha Ocidental se colocar do nosso lado, os exércitos da OTAN estariam em condições de formarem, na Europa Central, uma linha sólida e contínua, do Báltico aos Alpes..." O Exército Europeu, "inovação sedutora" proposta pela França, é realizável e aumentará a eficiência das nossas forças coletivas.

Seu sucesso constituirá um grande passo para a Federação da Europa; é esse o objetivo essencial, o único meio de assegurar um grau razoável de segurança internacional, assim como o de permitir melhorar o nível de vida, característico da civilização ocidental. É essa a verdadeira resposta à ameaça do comunismo..."

"Se nos planos Schuman e Pleven se associasse um novo plano Schuman para a energia elétrica e para a agricultura, assim como se efetuasse uma padronização de moedas, que vantagens tiraria a Europa! Estes seriam os primeiros passos para uma perfeita unidade econômica e política que tornaria a Europa capaz de viver em paz e de prover as suas necessidades."

OS PROGRESSOS REALIZADOS

"No curso dos doze meses transcorridos, grandes progressos foram realizados, conduzindo a uma grande transformação no domínio mais importante, ou seja o do moral..."

"Atualmente, nossas forças já estão em condições de resistirem valentemente, se forem atacadas. Quase dobrou-se o número de divisões da ativa ou imediatamente mobilizáveis... Seu desdobramento foi estudado em face da ameaça vinda de Este. As linhas de comunicações vão se aperfeiçoando. Um Comando capaz de coordenar os esforços está em funcionamento. Se

bem que elas estejam longe de constituir um obstáculo intransponível, nossas tropas estão prontas para entrar em ação...

"As nações membros estão empenhadas para pôr, este ano, em pé de guerra, cinquenta divisões, sem contar aquelas que serão postas à nossa disposição pelos dois novos integrantes da OTAN: — a Grécia e a Turquia.

"A metade das 50 divisões é da ativa, a outra parte é constituída de divisões da reserva destinadas a serem empregadas com um retardo de três a trinta dias. Não se pode calcular o esforço de cada uma das nações pelo número de divisões que as mesmas estão empenhadas em fornecer. É preciso que elas produzam igualmente uma grande quantidade de meios de combate e de apoio: — Engenharia, Artilharia Pesada, Transmissões, Intendência, Artilharia Antiaérea... Todo esse esforço representará duas ou três vezes os efetivos e os equipamentos necessários às divisões de combate."

As reservas apresentam um problema difícil e imediato: — sua organização e instrução no continente devem ser consideravelmente aperfeiçoadas.

O papel da aviação é o de fazer face imediatamente a uma agressão, de modo a proteger a mobilização das forças de reserva. No domínio aéreo resta ainda um extenso caminho a percorrer. Em 1951, cerca de trinta aeródromos foram postos em serviço, mas a maioria deles provinha da última guerra e foram simplesmente melhorados. Será preciso construir muitos outros...

4.000 AVIÕES DE COMBATE EM FINS DE 1952

De acordo com os planos em vigor, em fins de 1952, as Forças Aéreas da OTAN compreenderão cerca de 4.000 aviões de combate, com uma proporção importante de caças modernos à reação. A aptidão de combate de nossas Forças Aéreas dependerá, em grande parte, do progresso alcançado com o nosso sistema de detecção.

"Do ponto de vista marítimo, a situação nas águas da Europa Ocidental nos é nitidamente favorável. Faltam-nos ainda "varredores de minas" e caça-submarinos; as defesas portuárias precisam ser melhoradas, mas estas lacunas hão de ser supridas...

"As forças à disposição do SHAPE não possuem, sozinhas, o dom de quebrar o impulso de um agressor", repete uma vez mais seu chefe supremo, que acrescenta: "Amarga constatação, mas temperada pela presença de outras forças da OTAN nas regiões vizinhas". E o mesmo enumera as frotas aliadas do Atlântico, a "Home Fleet", os Comandos de caça e de bombardeio da R.A.F., o Comando Estratégico Americano.

PROBLEMAS ECONÔMICOS

O General Eisenhower mostra com precisão que é no domínio econômico que se assentam alguns de nossos maiores problemas. Mau grado as dificuldades, as curvas da produção civil e militar são normalmente ascendente. Os principais obstáculos que subsistem são os seguintes:

— "A falta de carvão, em que a produção permanece inferior ao nível geral da atividade industrial.

— "A orientação da produção para as necessidades militares, que provoca numerosas resistências e uma "extrema tensão financeira.

— "A ameaça de inflação; estamos longe de poder considerar os orçamentos militares fixados com certeza".

A REVISÃO DOS PROGRAMAS

O Comandante Supremo julga conveniente revisar a composição e a própria natureza dos programas.

"Estamos numa época em que podem ocorrer numerosas transformações devidas ao desenvolvimento das armas novas... O alcance e o poder de destruição das armas têm progredido... A proporção de homens em relação ao material deverá então ser modifi-

cada; provavelmente as concentrações de pessoal, no campo de batalha, ficarão reduzidas, mas aumentará a proporção de material, aumentando sua complexidade, em paga de sua potência..."

Os Estados-Maiores se vêm então obrigados a eliminar, diante do preço elevado das armas novas, tudo o que fôr supérfluo. Uma "estrita austeridade deve ser observada na produção do armamento; devemos provar que é possível defender os países livres sem os levar à bancarrota".

O General Eisenhower lembra, uma vez mais, que a confiança é um liame indispensável entre as nações ocidentais, se bem que ainda não conseguimos galvanizar

o potencial moral dos povos amantes da liberdade.

"Estamos unidos, concluiu êle, no nosso desejo de viver em paz com todos os povos e todos os governos, mas permaneceremos inabaláveis na nossa determinação de salvaguardar a liberdade, a herança comum e a civilização das nações aliadas. O objetivo está próximo e ao nosso alcance.

"Desde que tenhamos bom êxito, é possível que as autoridades dos países da cortina de ferro aceitem participar seriamente de uma conferência de desarmamento... Provaremos então que nossa união constitui a força mais potente, capaz de guiar a humanidade para o seu objetivo final: — a paz para todos os homens."



AÇÃO RETARDADORA E CAVALARIA

Major LUIZ FELIPPE DE AZAMBUJA

INTRODUÇÃO



organização bélica potencial de uma nação, como tantas vezes tem sido asseverado e já se erige como uma verdade meridiana, não comporta a existência

em tempo de paz, de forças suficientes para, desde a primeira arrancada, achar-se em situação vantajosa face às acometidas do partido contrário. A história militar dos povos demonstra a evidência que só aqueles dispostos a arcar com a responsabilidade perante o Mundo de serem acusados de agressores têm jogado a primeira cartada, para impôr pelo argumento da guerra, no desempenho do papel do lobo, os objetivos visados pela própria política nacional. As nações democráticas, em princípio, só apelam para a decisão de seus antagonismos nos campos de batalha como decorrência de um processo inelutável de defesa.

Jamais se poderá fugir da lição histórica. Quem pretende agredir, prepara-se paciente e caprichosamente para fazê-lo e só executa seus planos no momento considerado mais propício. As vítimas da agressão de sua parte devem estar em condições de diminuir o impulso ofensivo do inimigo, de sorte que a resposta possa ser dada posteriormente, quando os efeitos da surpresa estiverem totalmente esmaecidos pela anulação do desequilíbrio inicial.

E' preciso aceitar, por isto, na esfera das nações tradicionalmente pacifistas, o retardamento da agres-

sor como o clássico prelúdio dos acontecimentos guerreiros que já tiveram e que terão de viver. A guerra total e relâmpago, modelada pela última conflagração mundial, não constitui um fator suficientemente forte para desentronizar o retardamento desse papel, como a própria experiência acaba de provar.

Se assim é, torna-se indispensável dispor, pelo menos, dos elementos capazes de realizá-lo, bem como ter idéias muito claras sobre como se obtém a troca do espaço pelo tempo, para que esses elementos logrem alcançar de modo integral os resultados desejados.

Conquanto o retardamento possa ser também obtido por uma ação ofensiva e pela defesa de uma só posição, não estaremos hipertrofiando a importância da Ação Retardadora se dissermos que o retardamento é o fim que, primordialmente, resulta da execução desse gênero de operação.

Devido talvez ao turbilhão de princípios estabelecidos pela rapidez da evolução, o moderno conceito de Ação Retardadora se acha bastante enevoado. Além disto, observa-se que predomina, de um modo geral, uma certa ausência de detalhes na enumeração dos meios mais aptos para executá-la, dado que, via de regra, eles são englobados pela expressão por demais genérica de "tropas móveis".

Consideramos esses dois pontos de relevante importância para a devida compreensão do que seja a Ação Retardadora e, por isso, vamos expor aqui a maneira pela qual a entendemos. Nossa opinião sobre o assunto em causa, muito embora se firme em princípios re-

gulamentares, é puramente pessoal. Se ela não fôr passível de homologação e se merecer a refutação adequada, interessa-nos que surja o debate. Desenvolveremos assim nossa cultura profissional e estaremos satisfeitos por ter colaborado para a de nossas camaradas em geral.

O CONCEITO DE AÇÃO RETARDADORA

A concepção atual de defensiva não admite a cessão premeditada do terreno; uma vez decidida a adoção desta atitude, não deve restar dúvida de que a defesa da posição de resistência há de girar sempre em torno da expressão "a todo custo". O verbo defender exprime assim um único tipo de ação, que não mais precisa ser enunciado, por isso que se não presta a nuances de interpretação. A defesa de uma posição acarreta, pois, a manutenção ferrenha da posse do terreno, a despeito da superioridade do inimigo, indo até o sacrifício, se necessário.

Confrontando os textos regulamentares nacionais e estrangeiros em vigor antes da última Grande Guerra com as bases da moderna doutrina defensiva, fácil será depreender que foram mantidos os princípios fundamentais da "defensiva sem idéia de recuo" de que nos falavam nossos textos de 1920 e 1924, bem como as notáveis lições do Ten.-Cel CURNIER e as páginas da "INSTRUCTION SUR L'EMPLOI TACTIQUE DES GRANDES UNITÉ (937, ou da chamada "defensiva estática", apreciada pelo compêndio alemão, de 933, "CONDUITE DAS TROPAS" (Truppenführung); e ainda mais, que foi adotado um critério de generalização que já existia em alguns dos nossos regulamentos, em particular no RSC de 1932.

A leitura um pouco apressada do atual C 100-5 poderá conduzir à impressão de que ele peca por uma certa incoerência ao tratar da doutrina defensiva, por isso que, ao mesmo tempo em que se firma na rigidez da expressão "a todo custo", aceita também a possibili-

dade de ser organizada outra posição à retaguarda, para ocupação eventual, a uma distância tal que determine a mudança de posição do material de artilharia do inimigo. Não há incoerência, entretanto. O exame mais atento desses dispositivos permitirá compreender que tal hipótese não passa de um caso particular que é função da situação — especialmente dos fatores tempo e meios disponíveis — e que decorre da idéia de dar maior flexibilidade à defesa ou da flagrante insustentabilidade da posição primitiva, desde que a profundidade da zona a manter e a liberdade dada ao chefe para decidir o permitam.

A clareza inquestionável da unidade de sentido adjudicada ao verbo defender pela moderna concepção defensiva como que fagocitou uma grande parte dos princípios em que se baseava a antiga MANOBRAS EM RETIRADA. Isto não quer dizer, entretanto, que as contingências táticas ou estratégicas sob cujo signo ela era levada a efeito tenham desaparecido por completo das considerações dos estados-maiores. Absolutamente. A guerra da Coreia, para só citarmos o exemplo mais recente, de modo especial aquela fase de operações nitidamente pendulares no-lo confirma.

Quer parecer-nos que, de um modo geral, há atualmente uma forma diferente de exposição, na qual se observa um derramamento de idéias novas que ainda não chegaram ao seu nível ideal de estabilização.

Aliás, se nos dermos o trabalho de comparar a "defensiva retardadora" estudada pelo texto alemão já aludido (pág. 207), à qual corresponde em essência a Ação Retardadora (pág. 12), com o mesmo assunto abordado no capítulo 13, do C 100-5 — decentando naturalmente a razoável adaptação dos processos aos novos engenhos introduzidos no teatro da luta ou ao aperfeiçoamento daqueles que haviam sido apenas experimentados durante o conflito anterior e no campo de provas espanhol — veremos que subsiste

uma certa identidade de tratamento do assunto em foco, o que vem provar não ser uma idéia propriamente nova a de tornar a Ação Retardadora a herdeira legal de todos os princípios da Manobra em Retirada que não foram absorvidos pela defensiva moderna com seu dispensável complemento do "a todo custo".

A finalidade de "trocar o espaço pelo tempo" foi integralmente transferida para a Ação Retardadora. O índice de importância desta não foi, de forma alguma, diminuído; muito pelo contrário, foi elevado pelas novas contingências da guerra moderna, em que pesem opiniões divergentes a respeito. Nas fases iniciais da batalha, ela passou a representar a garantia do tempo necessário ao comando para realizar o "emprego conjunto de toda a força", ofensiva ou defensivamente; nas fases finais, ela se transformou num recurso à sua disposição para permitir a finalização dos "preparativos para a contra-ofensiva" com a completa reintegração de sua liberdade de ação e de manobra.

E' verdade que a Ação Retardadora diversamente da antiga Manobra em Retirada, embora continue a constituir o "principal processo de combate do combate retardador", não é realizada pelo grosso das forças, mas por uma parcela dessas forças que aja em proveito do mesmo grosso. E a natureza e o valor dessa parcela variam com a missão que lhe foi atribuída — variável na tradução do tempo que o comando precisa ganhar — e, ainda, são relativos ao grosso a que está servindo. Dizer, portanto, que a Ação Retardadora só é executada por "pequenos elementos" corresponde a situá-la no domínio puramente tático, o que nos parece uma força de expressão que pode originar sérios erros de apreciação.

Convém, conseqüentemente, seja bem explícito que a necessidade de ganhar tempo não éapanágio dos escalões táticos, mesmo porque eles são executadores de planos preparados acima de seu nível. Ela não pode estar ausente

da concepção global de uma atitude defensiva, seja qual for a finalidade que a determinar, porquanto já pressupõe inferioridade de meios, pelo menos local; muitas vezes ela estará presente no contórno geral de uma operação ofensiva, pois que será um processo para obrigar o inimigo a desvender-se e a revelar seus propósitos. Naquela, o tempo será ganho, mesmo no plano estratégico, pela cobertura; nesta, o será pela ação da segurança, nela incluído o contra-reconhecimento, ou pela transformação do reconhecimento afastado (moderno sentido da velha missão de exploração) em cobertura, o que nos leva a recair no primeiro caso.

Generalizando então esta noção de cobertura, constataremos que ela opera com a finalidade precipua de ganhar tempo, que é acrescida, conforme a atitude escolhida, de outras como sejam as de ludir o inimigo, canalizá-lo para onde for mais conveniente, desorganizá-lo, desgastá-lo prematuramente, impedir a atuação de seus órgãos de reconhecimento, etc. A simples inspeção destas finalidades identifica a Ação Retardadora como sendo, por excelência, o seu processo de ação.

Mas a Ação Retardadora não tem aplicação somente nas fases iniciais da batalha, através da avara troca do espaço pelo tempo, para permitir como vimos o "emprego conjunto de toda a força", ofensiva ou defensivamente; nas melhores condições possíveis; ela tem lugar também nas fases finais, "enquanto se completam os preparativos para a contra-ofensiva, o que lhe confere um caráter iniludivelmente estratégico.

Houve, durante algum tempo, uma forte tendência de conceituar a Ação Retardadora no quadro geral dos MOVIMENTOS RETRÓGRADOS. Não nos deteremos na análise deste aspecto; a não enquadrar tudo o que lhe é relativo num capítulo independente como pensamos seria mais acertado, vale a solução intermediária de sua reintegração no capítulo da DEFENSIVA, que hoje já se observa.

Com esta nova orientação, a regidez da atual concepção de defensiva pode ser mantida porque se refere ao grosso, sem prejuízo da co-existência de princípios que norteiem o comportamento da parcela de forças que atua em benefício do conjunto.

As considerações acima nos induzem a expressar o conceito de Ação Retardadora como segue: Operação em que se pode ceder terreno premeditadamente, sempre evitando uma ação decisiva e trocando-o pelo tempo de que o Comando necessita para, a despeito do inimigo, executar sua manobra tática ou estratégica, no início ou no fim da batalha.

EM QUE CONSISTE A AÇÃO RETARDADORA

A Ação Retardadora é, portanto, a operação em que se procura primordialmente GANHAR TEMPO, mediante resistência limitada em posições sucessivas, diante de cada uma das quais o inimigo seja obrigado a desdobrar seus meios, montar o ataque e desencadeá-lo no vazio. Isto, por si só, define sua característica de profundidade, pôsto que só com riqueza de espaço as forças nela empenhadas poderão propiciar ao comando a margem de tempo de que ele precisa. Por tal motivo, justamente é que o contacto com o inimigo deve ser buscado à maior distância possível do grosso ao qual essas forças vão beneficiar. Só desta forma a montagem de um ataque pelo inimigo será sucedida por uma situação de movimento, esta por um novo desdobramento e assim por diante.

Na Ação Retardadora existe, por conseguinte, o primado do verbo RESISTIR, isto é, o estabelecimento de posições nitidamente lineares, perpendiculares aos eixos, permitindo vistas profundas, extensos campos de tiro e uma judiciosa utilização de obstáculos naturais e artificiais.

O retardamento diante de cada uma dessas posições deve começar pela intervenção dos destacamentos retardadores e da aviação de

combate, se disponível, para ser seguido, à medida que o inimigo se aproxima, pela atuação da artilharia, pela ação das armas automáticas em fogos longínquos, até a zona de responsabilidade dos postos avançados que, muito embora operem como no caso da defesa de uma só posição, precisam distinguir-se pela mobilidade, pela atividade e, sobretudo, pelo uso e abuso do artil.

Conforme sejam os imperativos da missão, a resistência oposta em cada uma das posições sucessivas deve ser mantida ou com uma duração previamente determinada, ou até que sejam revelados veementes indícios de que o inimigo está pronto para atacar em força. Num caso, o momento de despegar para a posição seguinte constitui um problema de decisão, as mais das vezes; no outro, ele se baseia no funcionamento das informações, sob cuja responsabilidade o momento preciso será indicado.

A mudança de posição começa sempre por um retraimento, cujos detalhes de execução foram objeto de um excelente artigo, escrito pelo Ten.-Cel. S. W. FOOTE e publicado no número de janeiro de 51 da *MILITARY REVIEW*, sob o título "Movimentos Retrógrados". O retraimento de uma posição de retardamento não é feito, entretanto, para ROMPER o combate, mas principalmente para se FURTAR ao combate aproximado. O chefe que deixa suas forças se empenharem a fundo sujeita-se a correr grave risco que se não coaduna com o gênero de missão que lhe foi confiada. A decisão de retrainr constitui, por isso mesmo, uma das mais embaraçosas para o comando de uma força em Ação Retardadora; se for prematura, favorecerá de certa forma o sigilo, mas diminuirá o tempo que poderia ter sido ganho; se for atrasada, aumentará formidavelmente a delicadeza da operação e exigirá até mesmo a solução heróica dos contra-ataques de desaferamento com seus consequentes corolários, mormente se as contingências determinarem sua execução em plena luz do dia.

Cumprida que seja a missão, a força que atuou no retardamento é acolhida pelo grosso e, via de regra, considerando o enorme esforço que dispendeu, será mantida, tanto quanto a situação permitir, à retaguarda. A Ação Retardadora é uma operação que cansa, que desgasta e que não raramente indis põe uma tropa durante algum tempo para o cumprimento de nova missão.

DA APTIDÃO PARA A AÇÃO RETARDADORA

Equacionando os princípios acima expostos, que supomos sejam os que alicerçam a exata compreensão da Ação Retardadora, concluiremos que uma força, para ser considerada APTA para executá-la, deverá satisfazer pelos menos a maior parte das seguintes condições essenciais:

- 1 — Potência de fogo apropriada para fustigar o inimigo desde longas distâncias.
- 2 — Velocidade que possibilite rapidez de movimento na mudança para a nova posição, bem como na sua ocupação.
- 3 — Raio de ação que lhe faculte buscar o contacto o mais longe possível e em larga frente.
- 4 — Fluidez que a capacite a atuar em todos os terrenos e sob quaisquer condições atmosféricas, de maneira a poder responder às ameaças de flanco.
- 5 — Flexibilidade que lhe assegure uma desenvolvida capacidade manobreira, pela qual possa utilizar adequadamente o terreno, tirando partido de suas vantagens e desvantagens.
- 6 — Familiaridade com o tipo de resistência a opor, à base de dissimulação, retardamento e segurança.
- 7 — Hábito de atuação descentralizada, com o largo emprego da escola da iniciativa e da astúcia.

- 8 — Peculiaridade de não fazer falta imediata ao grosso para execução da manobra prevista.
- 9 — Aptidão para um largo emprego de destruições e de outros processos de retardamento.
- 10 — Capacidade para viver e combater com precário apoio logístico.

Deixando de parte a questão dos "pequenos elementos" e situando-a no plano das grandes unidades, as "tropas móveis" capazes de executar a Ação Retardadora são as seguintes:

- a Divisão de Infantaria, totalmente motorizada;
- a Divisão Blindada;
- a Divisão de Cavalaria.

A DI totalmente motorizada possui grande potência de fogo, acentuada mobilidade estratégica em estradas boas, relativo hábito de atuação descentralizada, aptidão para emprego de destruições em larga escala, mas sua mobilidade tática é reduzida, atua em melhores condições sob centralização, seu concurso na manobra prevista para o grosso é indispensável e tem menor capacidade de que a D.Cav. para viver e combater com precário apoio logístico. Face a um inimigo também motorizado ela pode, inobstante, bem cumprir a missão de retardamento, apesar de seu emprego neste gênero de operação incidir no princípio de economia de forças, o que será tanto mais grave se se tratar para o grosso de uma atitude defensiva. Frente a um inimigo possuidor de apreciável mobilidade tática, entretanto, as ameaças de flanco podem conduzi-la a situações verdadeiramente desesperadoras. Da mesma forma que contra blindagem só a blindagem proporciona resultados decisivos, contra a mobilidade tática só a mobilidade tática é capaz de dar uma resposta igual e de sinal contrário.

A DB possui, "mutatis mutandis", as mesmas qualificações e idênticas deficiências da GU acima,

acrescidas de um avantajado hábito de atuação descentralizada, bem como da reduzida capacidade de viver e combater com precário apoio logístico, particularmente no que se refere a combustível, e, além disso, do grande inconveniente de revelar prematuramente sua presença no campo de batalha.

A D.Cav. satisfaz, de um modo geral, todas as condições estipuladas. A combinação do cavalo com o motor, existente em sua organização, confere-lhe notável mobilidade tática, adequada mobilidade estratégica e indiscutível capacidade de manobra. Trata-se, ademais, de uma GU essencialmente afeta e exercitada no gênero de defensiva em causa, que age normalmente sob a descentralização, que só em casos excepcionais opera DURANTE a batalha, que é particularmente apta para a aplicação de toda sorte de processos de retardamento e que dispõe de meios de vida e de combate sob precário apoio logístico indubitavelmente singulares.

Temos, pois, para nós que o exame frio das peculiaridades inerentes a esses tipos de GU classifica a Divisão de Cavalaria como sendo, das "tropas móveis" genericamente referidas, a MAIS APTA para a execução mais rendosa da Ação Retardadora e, "ipso facto", a que melhor atende às necessidades do comando, no quadro estratégico, não só quanto ao tempo que ele precisa ganhar, como tam-

bém quanto à propriedade e à economia que o devem orientar no emprego dos meios que lhe são disponíveis. Se o comando não dispuser de Divisão ou Divisões de Cavalaria, terá de apelar para outro tipo de GU, sujeitando-se aos inconvenientes já enumerados, cuja exemplificação a história do recente conflito mundial e mesmo a da luta na Coreia é farta em eloquentes registros.

CONCLUSÃO

A necessidade de ganhar tempo é o alto preço que as nações historicamente pacifistas sempre pagaram e continuarão pagando em holocausto à ausência de propósitos de domínio e de expansão nas normas básicas de seu convívio internacional.

Em face da moderna concepção de defensiva, quem falar atualmente em ganhar tempo, pela egoística troca do espaço, não pode deixar de mencionar a Ação Retardadora, quer se trate do início ou do fim da batalha. E, na simples enunciação deste tipo de operação, emerge em seu pleno vigor a noção gritante de que as Divisões de Cavalaria, constituindo as forças de eleição para o cumprimento deste relevante encargo, devem continuar instaladas em sólido pedestal no quadro de organização dos exércitos modernos.

Salvo melhor juízo, esta é a conclusão da mais alta magnitude a que chegamos. Dela estamos profundamente convencidos.



A TIRANIA DO TERRENO

Major CARLOS ALBERTO DA FONTOURA



MANOBRAS de "quadros" realizada pela 2ª D.C., na região de HARMONIA (entre os Municípios de Alegrete, Quaraí e Uruguiana), em cumprimento ao programa de instrução do ano de 1932, deu margem a uma série de cogitações, relacionadas ao terreno, que, tanto quanto possível, tentaremos fixar no papel.

Antes de entrar no exame analítico dos assuntos que desejamos tratar, deixemos desde logo perfeitamente esclarecido, que um único elemento ou fator — o terreno — servirá como fundo de pano às considerações que fizeremos.

Como é por demais sabido, o terreno dessa região, que chamaremos de "quadrilátero fluvial", de vez que é delimitada por quatro rios: URUGUAI, IBICUI, QUARAÍ e IBIRAPUITA, apresenta como característica principal, bem capaz de defini-la perfeitamente, a ausência de toda e qualquer vegetação que não sejam os campos de pastagem, os limpos campos de gramínea, tão rica e nutritiva, que faz a fortuna dos pecuaristas. Executam-se, apenas, alguns bosques de eucaliptos, em torno às casas das "fazendas" e "estâncias", que, de longe em longe, quebram a monotonia do panorama e dão sinal de vida humana, em léguas e léguas quadradas, onde pastam pacientemente centenas de milhares de cabeças de gado.

O terreno é de tal maneira limpo, livre de arbustos e arbustóides, ou da mais elementar vegetação rasteira, que, ao desconhecedor da região, poderá parecer um gramado

artificial, cuidadosamente mantido pelo capricho do homem. São intermináveis campos de pouso de emergência, não raro em melhores condições que muitos dos chamados aeroportos das pequenas cidades. São tabuleiros sem fim, onde a vista percorre, a olho nu, vastíssimas extensões, até esbarrar em algum pequeno curso d'água, com sua característica vegetação em galeria.

Do ponto de vista geológico, e face às injunções de ordem tática, o terreno se apresenta de molde a dificultar a permanência da tropa. A camada de terra é insignificante, não atingindo, em grandes faixas, a mais de quinze centímetros. Afiora, em seguida, a rocha, impermeável, e intangível às ferramentas portáteis. É o pleno domínio do arenito.

Do exposto, surge uma conclusão primeira: vastos campos de vista e de tiro e impossibilidade quase que absoluta de organização do terreno, mesmo passageira.

Então, à luz dessas características do terreno e face à conclusão acima, vejamos como se apresentam os problemas relativos ao: MOVIMENTO, RECONHECIMENTOS, ORGANIZAÇÃO DO TERRENO, DISFARCE E INSTALAÇÕES DE P.O. E P.C., LINHA DE PARTIDA E BASE DE FOGOS, DIREÇÕES DE ATAQUE.

A) Movimento — Parece ser absolutamente fora de dúvida que o "movimento" não terá lugar durante o dia. Qualquer elemento de tropa, mesmo de pequeno efetivo, é visível com extraordinária facilidade, quer em viatura, a cavalo ou a pé, nas estradas e cami-

nhos e mesmo através campo. Se o adversário dispuser de aviação de reconhecimento, por insignificante que seja, e mesmo que não conte com aviação capaz de perturbar o movimento, ficará senhor absoluto do segredo, em condições de concluir sobre a manobra em esboço, já que as direcções de deslocamento obedecem a imperativas razões de emprego.

Mistério se torna, pois, que todo o movimento seja noturno, se se pretende alguma surpresa na manobra. Daí surge uma conclusão imperiosa e que nos parece muito descurada atualmente: a necessidade da instrução noturna, principalmente para os "quadros". Oficiais e graduados devem ser intensamente instruídos em deslocamentos à noite, nas estradas e caminhos e, em particular, através campo. Habituações à orientação noturna e ao emprego da bússola.

B) Reconhecimentos — O problema dos reconhecimentos é daqueles que merece cuidadosa atenção. Focalizaremos o assunto no escalão DIVISÃO (inclusive) para baixo, atinente à uma operação ofensiva, de vez que no caso defensivo o fator tempo, via de regra, é favorável e a intervenção inimiga normalmente se fará à "posteriori". Recebida, pois, a MISSÃO, e após os "exames preliminares", trata-se para o comando e estado maior, de realizar, no terreno, os "exames pormenorizados". Aí deverão ser objeto de reconhecimento: as direcções de ataque de todos os elementos a serem empenhados, os limites de zona de ação, não só da Divisão, como dos elementos subordinados; os objetivos de todas as unidades participantes. Só então poderá o cmt. da Divisão dar "missões" aos seus executantes. Ora, a frente de atuação de uma Divisão (no caso da cavalaria), via-de-regra, é larga.

Nem sempre a escolha de um único P.O. possibilitará o reconhecimento completo. Haverá necessidade de utilizar dois ou mais. Os deslocamentos motorizados ("jeeps") deverão ser feitos a co-

berto. Aí reside uma grande dificuldade, que implica em perda de tempo. Pois no terreno limpo e plano, ou ligeiramente ondulado, o desenfilamento às vistas terrestres só é obtido à longas distâncias do local que se deseja atingir: o P.O. Este, por sua vez, é um ponto de estação qualquer, sobre um "coxilhão" muito longo e suavemente ondulado, à grande distância também da linha de contacto ou da futura linha de frente. No escalão Divisão, o problema dos reconhecimentos, de certa forma, é resolvido sem grandes dificuldades, mas no âmbito das pequenas unidades e mesmo subunidades (que são em resumo as que atacam) o assunto muda de figura, pois aí o detalhe é imprescindível. Os reconhecimentos, minuciosos, pormenorizados, demandam tempo. Os deslocamentos paralelos à frente devem ser feitos a distâncias convenientes, a fim de subtrair à observação inimiga, o que somente será conseguido se realizado muito à retaguarda. O acesso ao local exato do P.O. (repetimos: um ponto qualquer no dorso nu da "coxilha") não será muito fácil. Não poderá ser feito em viaturas. Esta terá de ser abandonada na "contra-encosta", e "contra-encosta" no terreno em foco, significará comumente da ordem de um quilómetro ou mais de deslocamento, havendo ainda talvez necessidade de "ras-tejar" para atingi-lo (o P.O.).

Isso não representa excesso de prudência ou exagero de precaução, mas imperativo de ordem tática, se se deseja manter a surpresa, e de ordem econômica, se se deseja, de algum modo, proteger "quadros" superiores: tão caros à Nação e de difícil recompletamento em tempo de guerra.

A esta altura, considere-se uma G.U. empregando duas ou mais unidades em primeiro escalão e necessitando, todas elas, de realizarem os seus reconhecimentos e patrocinarem ainda os reconhecimentos dos escalões subordinados, e estes chegando até o detalhe do pelotão e do G.C. Medite-se sobre as dificuldades aí expostas e a elas

acrescente-se as condições meteorológicas e a estação do ano, as pequenas e inevitáveis contrariedades de ordem material, e, por fim, a maior ou menor interferência inimiga, em particular de sua aviação. Daí concluiremos sobre os prazos dados aos reconhecimentos, os quais têm influência capital no prazo de conjunto atribuído à G.U. para montar a sua operação. Pensamos que antes, de três ou quatro horas, os reconhecimentos não estarão concluídos.

C) *Organização do Terreno — Disfarce — Instalação dos P.O. e P.C.* — Conforme foi dito preliminarmente, a natureza do terreno em estudo não permite a sua organização, a não ser em raríssimas e pequenas "manchas". De ordinário, muito pouco ou nada se obterá com a atual ferramenta portátil. Naturalmente, em se tratando de operações ofensivas, de guerra de movimento (como será justo prever em território sulamericano), a necessidade de organização do terreno, ainda que passageira, não ocupa papel de relêvo. Todavia, há um mínimo indispensável e que se traduz pela necessidade de manter o terreno conquistado, de possibilitar os reajustamentos, de obter condições mais favoráveis para os "observatórios" e "postos de comando". Trata-se então, da construção de abrigos individuais, de espaldões para armas automáticas e abrigos para armas anti-carro, artilharia, para P.O. e para P.C. No entanto, praticamente pouco se poderá realizar. A ferramenta portátil é absolutamente inoperante. A "pesada" talvez não tenha tempo de intervir nos moldes atuais, pois é transportada muito à retaguarda. Dado que esse inconveniente seja obviado, não se deve esperar muito, pois mesmo a esse tipo de ferramenta o terreno é intenso, e só com o trabalho de muitos "homens-hora" se conseguirá algo, mas nem sempre em tempo útil. De outro lado, a utilização das "casas" das "estâncias" ou "ranchos", não parece aceitável, pois isoladas e geralmente no topo das "cochilas",

constituem magníficos pontos de referência, que certamente atrairão não só a observação inimiga, como seus tiros de artilharia e de morteiro.

Diante do exposto, conclui-se, sem muito esforço, que o emprego de meios artificiais de disfarce será o lugar comum. Dizemos artificiais, porque os naturais primam pela ausência. Será então mister utilizar, em larga escala, as "rédes de disfarce", as "falsas" posições ou "falsos" abrigos, e outros meios modernos, entre os quais se alinham os "engenhos fumígenos". A exemplo do que se faz com viaturas e canhões, talvez surtisse algum efeito a pintura em cor verde oliva de todas as armas e engenhos, ferramentas e outros petrechos.

D) *Linha de Partida e Base de Fogos* — Ao problema da ocupação da linha de partida parece não restar alternativas: a ocupação deverá ser feita ao abrigo da noite. De fato, a planura despida e sem fim permite a observação à grande distância. No caso da ocupação da linha de partida durante o dia, as tropas seriam expostas aos tiros longínquos de armas e engenhos, instalados e com boa observação, antes mesmo de poderem reagir pela fogo.

No que concerne à base de fogos, à sua montagem ou instalação se antepõem condições as mais adversas. Ainda e sempre o terreno, plano e limpo, cria sérios embarços ao apoio da base de fogos. Com efeito, O tiro sobre tropa, em raríssimos casos poderá ser cogitado. O tiro de flanco, ideal sempre perseguido, terá de ser feito com as armas instaladas na encosta, o mais à frente possível, a fim de que seu alcance útil seja bem aproveitado. Isso implica na entrada em posição à noite e na necessidade imperiosa de se contar com alguns minutos de luz, talvez trinta (30), no dia seguinte, para que as guarnições vejam o terreno, recebam suas missões de fogo e identifiquem ou assinalem objetivos a bater de inflicção. Parece-nos que na maioria dos casos, a base de fogos deverá

ser iminentemente móvel, deslocando-se quase junto com o escudo de ataque.

Também a largura da frente (via de regra muito extensa), associada à natureza do terreno, condicionará, por vezes, a descentralização da base de fogos, cuja repartição, nesse caso, como é lógico, deverá atender, com prioridade, os elementos encarregados do esforço.

Conclui-se também, do exposto, que a hora do ataque, em boa parte, estará condicionada à maior ou menor dificuldade de ocupação da linha de partida e da instalação da base de fogos.

E) *Direção de Ataque* — A inexistência de pontos de referência no terreno, complica de muito o balizamento ou definição das direções de ataque atribuídas às pequenas unidades. Surge, pois como conclusão indiscutível, a obrigatoriedade do uso da bússola. Daí, conseqüentemente, a necessidade do longo emprêgo desse meio na instrução dos quadros, desde o Coronel Comandante até o Sargento Comandante de Grupo de Combate. Este é outro aspecto completamente descuidado em nossa deficiente instrução de quadros, nos corpos de tropa.

F) *Conclusão* — Tudo quanto se expôs, com relação à faixa de terreno em estudo, poder-se-á, sem grande erro, estender a vastas extensões da fronteira com o Uruguai, nas regiões de Jaguarão, Bagé, D. Pedrito, parte de Livramento e Quaraí. Haverá diferença no tocante à geologia, mas no que respeita à vegetação, isto é, à vestimenta do terreno, a semelhança é muito grande. Isso faz crescer de importância o problema em foco, pois não se limita apenas a um insignificante localismo, mas atinge mesmo o caráter de regionalismo, já que a área atingida é por demais extensa.

Finalizando estas modestas considerações, não abrigamos a pretensão, está claro, de haver esgotado o assunto. Nem de leve. Agitamos-lo apenas, e esperamos que outros mais credenciados o estudem e discutam, em busca das "soluções possíveis", para que a "decisão" seja tomada em tempo útil e pacífico e não sob a pressão da realidade, a custa de muito sangue, na hora da guerra sobre as "coxilhas" nuas, imposição tirânica do terreno.



REGIMENTO-ESCOLA DE ARTILHARIA

IMPRESSÕES SOBRE O CONTINGENTE RECEBIDO PELO REGIMENTO-ESCOLA DE ARTILHARIA

(Incorporação de 1952)

Major LINCOLN FREIRE DE CARVALHO

NOTA DA REDAÇÃO — O Cmt. do R.E.A. houve por bem mandar realizar interessante inquérito bio-social no seu contingente de 374 conscritos de 1952. Uma ficha de modelo próprio serviu para o levantamento dos dados. O sistema usado foi tão simples e os resultados tão interessantes que nos animamos, ao publicá-los, a sugerir às autoridades militares a sua generalização, contribuindo o Exército, assim, para o levantamento de uma série de dados antropológicos e bio-sociais relativos ao homem brasileiro, de cuja falta tanto se ressentem os meios científicos do país.

Para os próprios Cmta. de Unidades, conhecido o contingente, através tantas informações positivas e negativas, este inquérito serve para orientá-los no sentido da valorização dos homens, seja por providências que acentuem as suas qualidades, seja por outras que eliminem fatos ou causas que os debilitam.

Iniciativa feliz, portanto e que merece ser apoiada.

I

APRESENTAÇÃO



CONTINGENTE de convocados mandados apresentar ao Regimento, em janeiro de 1952, provém do território da 1ª Região Militar.

Feita a seleção física (a cargo das J.M.S.) foi procedida a intelectual (pelas equipes selecionadoras dos P.R.) e, então, encaminhados os homens a este Regimento com as atas de inspeção de saúde e as fichas de classificação preenchidas (modelo C.A.E.R.).

A seleção intelectual baseou-se nos testes "I a b c", completados pelos "testes profissionais" e pelas "entrevistas".

Desejando conhecer outros fatos concernentes à caracterização sociológica desse Contingente, organizei uma ficha para inquérito social, modelo R.E.A., adiante transcrita, contendo dados essenciais e simples, porém capazes de me orientar melhor na organização de horários e dosagem do trabalho, bem como no regime alimentar, no "tonus" disciplinar e na compreensão dos problemas sociais e humanos dos jovens do contingente.

Preenchida a mesma pelas subunidades do Regimento e já de posse da documentação enviada pelo P.R.-20, designei o Major Lincoln Freire de Carvalho, oficial Regimental de Informações, para reunir, estudar e interpretar os dados colhidos.

Os resultados do estudo procedido por este official, condensados em monografia semelhante às de Le Play, pelos métodos empregados por este sociólogo, revelaram-se tão interessantes que não me furto ao trabalho de publicá-los — (a) *João Punaro Bley*, Cel. Cmt. do R.E.A.

II

RESULTADOS DE INQUÉRITO BIO-SOCIAL

O official encarregado de proceder a um inventário do contingente recebido pelo Regimento-Escola reuniu a seguinte documentação:

1. Fichas de Inquérito Social (Modelo R.E.A.);
2. Fichas de Classificação Individual (Modelo C.A.E.R.);
3. Relatório da Comissão de Recepção e Classificação dos Convoçados do ano de 1952 para o Regimento-Escola de Artilharia;
4. Boletins Internos Diários, do Regimento-Escola de Artilharia (títulos relativos às incorporações);
5. Quadros-estatísticos do Official Regimental de Operações;
6. Quadros de Pesagem Mensal dos Recrutas, elaborados na Formação Sanitária Regimental;
7. Notas Complementares Informativas, tomadas nas Subunidades.

Da massa de dados contidos nesta documentação extraiu totais e condensou, em formas breves, observações e resultados.

Para facilitar a exposição do assunto, onze parágrafo grupam indicações afins. Os dados numéricos, em certas informações, acham-se acompanhados por breves notas ou observações.

No penúltimo parágrafo, foi tentada uma "interpretação dos dados" expostos nos parágrafos anteriores; não é sentença universal, válida para todos os contingentes, em quaisquer das regiões brasileiras; deve ser admitida como visão particularista de fenómeno provisório local ou mera tendência de fundo estatístico. As generalizações e coincidências são acusadas claramente, a fim de evitar confusões com o que apontaram os dados do inquérito.

Por fim, no décimo parágrafo, há uma impressão geral dos homens do Contingente, em largas linhas medianas, tornando quase fatal a inclusão de cada recruta em mais de 50 % das afirmativas.

FICHA DE INQUÉRITO SOCIAL

(Contingente de 1952)

a R.M. e 1^a D.I.
C.A.E.R. — G.U. e
R.E.A.

N. NOME SUBUNID.

SITUAÇÃO SOCIAL

- 1) Qual a profissão do pai ?
- 2) Quanto ganha ?
- 3) Seus pais são casados ; na igreja ? ☐
no civil ? ☐
Nem num nem outro ? ☐
- 4) Qual seu estado civil ? Solteiro ? ☐
Casado ? ☐
Amigado ? ☐

ALIMENTAÇÃO

- 1) Quantas refeições faz por dia ?

1	2	3	4
---	---	---	---

- 2) Do que consta a refeição de :

Manhã
Almôço
Jantar

HABITAÇÃO

- 1) Mora em : Casa própria ☐
Pensão ☐
Quarto alugado ☐
Barracão ☐
- 2) Dorme em cama ☐
Estrado ☐
Rêde ☐
Esteira ☐
Chão ☐

DIVERSOS

- 1) Ficou muito prejudicado com a convocação ?
SIM NÃO
- 2) Tem pai ; VIVO-MORTO-IN-
VÁLIDO
- 3) Tem mãe ; VIVA-MORTA-
INVÁLIDA
- 4) Quantos irmãos (ãs).....
- 5) Quantos maiores do que você ?
.....
- 6) Costuma andar de pé no chão ?
às VEZES-SEMPRE-NUNCA.

NOTA — As perguntas deverão ser feitas na ordem em que estão escritas.

IV

1 — DADOS ANTROPOLÓGICOS

a) *Naturalidade* :

Embora a convocação incidisse unicamente sobre os naturais do território da 1ª Região Militar, 92 dos 574 conscritos nasceram em outros Estados e um na Inglaterra. A contribuição das Unidades Federadas da República foi a seguinte :

- 187 naturais do Estado do Rio de Janeiro ;
- 167 naturais do Distrito Federal ;
- 125 naturais do Estado do Espírito Santo ;
- 50 naturais do Estado de Minas Gerais ;
- 9 naturais do Estado de Pernambuco ;
- 8 naturais do Estado de Alagoas ;
- 8 naturais do Estado de São Paulo ;
- 5 naturais do Estado da Paraíba ;
- 4 naturais do Estado da Bahia ;
- 4 naturais do Estado de Sergipe ;
- 2 naturais do Estado do Rio Grande do Norte ;
- 2 naturais do Estado de Santa Catarina ;
- 1 natural da Cidade de Hull, Condado de York, Inglaterra.

Verifica-se que 92 nascidos ao norte e ao sul do citado território, quase todos moradores do Distrito Federal, acorreram ao alistamento fora da terra natal e constituem os 7,8 % do contingente incorporado nesta Unidade.

A situação inicial foi a seguinte :

- 529 Centro-orientais ;
- 32 Nortistas ;
- 10 Sulistas ;
- 1 Anglo-brasileiro.

b) *Raças* :

A contribuição das duas principais raças humanas formadoras das populações Centro-orientais brasileiras apresenta os seguintes números :

- Branca — 234 indivíduos — 40,7 % ;
- Negra — 100 indivíduos — 17,9 %.

Estes grupos entraram com 58,6 % dos efetivos mandados incorporar.

Os mestiços, sob a denominação de cores parda e morena, os caboclos e mulatos, apresentaram 236 indivíduos, ou 41,1 % do total.

Deixaram de fornecer esse dado, quatro fichados, ou sejam 0,3 % do Contingente.

Se somarmos os tipos mestiços aos brancos, encontraremos 570 indivíduos, com 81,8 % do total incorporado.

O gradativo caldeamento das raças vai se realizando, apesar da permanência de muitos indivíduos puros dos tipos étnicos fundamentais.

Pelos estudos raciológicos, em séries numerosas, verifica-se ano a ano, a tendência para a crescente mestiçagem do povo brasileiro.

As fichas dos homens deste Contingente confirmam, uma vez mais, as indicações dos estudiosos : predominância dos característicos raciais do Branco, embora com escurecimento da pele (Faiodermia) ; o "homo

brasiliensis" será produto heterogêneo atípico ainda por muitos anos; a raça negra tende a influir decrescentemente na fusão étnica pela contração de seus efetivos.

É observação notável que, no centro-leste brasileiro, historicamente a zona de fixação de grandes levas de escravos, venham se processando tais ocorrências.

c) *Idades:*

Os recrutas incorporados neste Regimento distribuem-se pelas seguintes classes e idades:

513 homens, da classe de 1933, com 18 anos;
43 homens, da classe de 1932, com 19 anos;
16 homens, da classe de 1931, com 20 anos;
1 homem, da classe de 1930, com 21 anos;
1 homem, da classe de 1930, com 21 anos.

d) *Alturas:*

A seguinte tabela mostra tôdas as alturas em centímetros:

Indivíduos	Alturas	Indivíduos	Alturas	Indivíduos	Alturas
2	182	31	171	13	160
1	181	27	170	32	159
3	180	36	169	8	158
7	179	39	168	5	157
7	178	37	167	1	156
6	177	28	166	6	155
5	176	67	165	9	IGN
12	175	31	164		
10	174	39	163		
18	173	39	162		
23	172	32	161		

Se reunirmos estes convocados por grupos cujas alturas difiram de 5 centímetros, teremos:

Alturas entre 155 e 160 cm.....	65 indivíduos
Alturas entre 160 e 165 cm.....	221 indivíduos
Alturas entre 165 e 170 cm.....	234 indivíduos
Alturas entre 170 e 175 cm.....	121 indivíduos
Alturas entre 175 e 180 cm.....	37 indivíduos
Alturas entre 180 e 185 cm.....	6 indivíduos

Outro agrupamento mostra que há duas alturas médias separadas por uma central, dominante; em torno da geral se aglomeram o maior número de alturas:

Altura média inferior, de 162 cm: 154 homens;
Altura média central, de 163 cm: 202 homens;
Altura média superior, de 168 cm: 167 homens.

A turma incorporada possui 280 indivíduos, ou sejam 50 %, entre as alturas de 162 cm e 168 cm, com predominância para a altura média superior, pois apresenta 340 homens com alturas superiores a 165 cm e apenas 215 cujas alturas são inferiores a esta.

e) Pesos:

A distribuição de pesos pelos conscritos de 1952 é a seguinte:

Kg	Homens	Kg	Homens	Kg	Homens	Kg	Homens
52	1	70	14	62	31	54	30
79	2	69	7	61	40	53	20
78	1	68	10	60	30	52	15
75	1	67	15	59	40	51	20
74	3	66	14	58	45	50	10
73	6	65	22	57	55	49	5
72	4	64	25	56	40	48	5
71	10	63	27	55	30		

Pela leitura desta distribuição conclui-se que 60,1 % dos conscritos apresentam pesos inferiores a 61 kg.

A comparação das tabelas de alturas e pesos faz ressaltar:

Os recrutas de alturas até 151 cm possuem pesos aceitáveis;

— a partir de 162 cm de altura, todos os incorporados apresentam sérias deficiências de peso, com situação mais singular na altura de 165 cm, onde apenas 22 homens dos 67 acusaram o peso de 65 kg;

— o ramo descendente do histograma dos pesos apresenta quedas em quilogramas menos acentuadas que as quedas em centímetros do histograma das alturas; e se mantem, a partir de 61 kg, com suas ordenadas sempre inferiores às das alturas.

Anexo, um gráfico em que se constata essas variações, em curvas cheia (altura) e pontilhada (peso).

2 — CONDIÇÕES SOCIAIS

1) Tipos de Habitação:

As famílias das quais provieram os homens deste Regimento moram nos seguintes tipos de habitação:

Casas.....	464 ou 79,3 %
Barracões.....	34 ou 5,9 %
Quartos.....	72 ou 12,6 %
Pensões.....	5 ou 0,8 %
N/D.....	2 ou 0,3 %

g) Permanência de Moradia:

As declarações consignadas nas fichas indicam que moram transitória ou definitivamente nas residências, os seguintes efetivos:

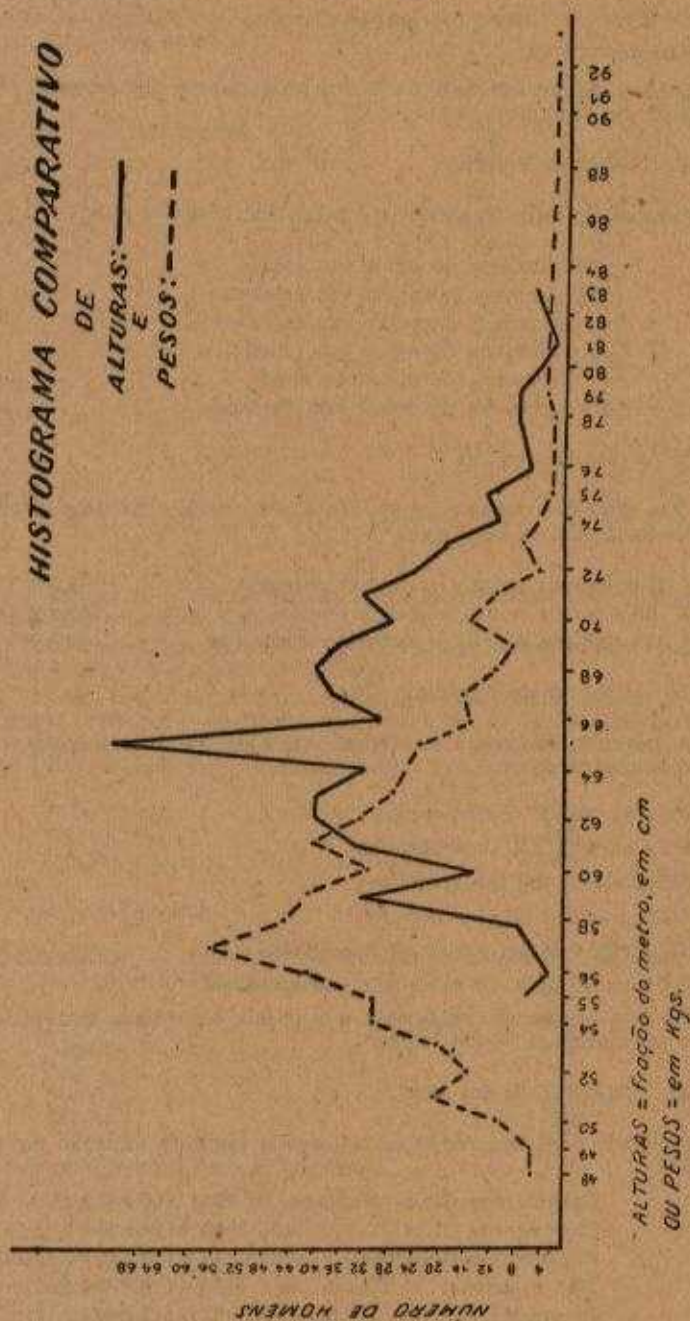
Transitórios:

Por aluguel.....	258
Por cessão.....	5

HISTOGRAMA COMPARATIVO

DE

ALTURAS: —

E
PESOS: - - -

Definitivos :

Por propriedade.....	310
Não declarados.....	2

Conclui-se que cerca de 54 % dos progenitores dos recrutas são proprietários de suas moradias.

h) *Descanso Noturno :*

O interrogatório transcrito nas fichas informa-nos que :

- 551 homens dormiam em camas ;
- 11 homens dormiam em esteiras ;
- 6 homens dormiam em estrados ;
- 3 homens dormiam em rédes ;
- 3 homens dormiam no chão ;
- 3 homens dormiam não declaram.

i) *Proteção dos Pés :*

Nas respostas dadas a perguntas sobre o hábito de usar calçados, os resultados foram os seguintes :

294 homens sempre andavam descalços.....	(46,9 %) ;
83 homens nunca andaram descalços.....	(13,4 %) ;
249 homens às vezes andavam descalços.....	(39,7 %) .

j) *Membros da Família :*

A inquirição sobre a existência dos pais dos incorporados resultou nos seguintes dados :

- Pais vivos, 425 incorporados ;
- Pais mortos, 151 incorporados ;
- Mães vivas, 486 incorporados ;
- Mães mortas, 87 incorporados ;
- São orfãos de pai e mãe, 26 incorporados ;
- Existem 12 pais e 5 mães que são inválidos ;

Há 9 pais que são ignorados e 9 casais separados, sem poder seus filhos afirmarem se ainda existem.

k) *Estado Civil dos Pais :*

O estado civil dos cônjuges acusava a seguinte situação em janeiro de 1952 :

Casamentos Cívico-religiosos...	392	(68,1 %) ;
Casamentos Cívicos.....	82	(14,1 %) ;
Casamentos Religiosos.....	49	(8,5 %) ;
Não casados.....	39	(6,7 %) ;
Ignorados.....	27	(2,8 %) .

1) Número de Irmãos:

O quadro abaixo, fornece, por "número de irmãos" e "efetivo em conscritos", estas respostas:

Número de Irmãos	Recrutas	Total de irmãos
Não declarados ou sem irmãos.....	32	0
1 irmão.....	48	48
2 irmãos.....	61	122
3 irmãos.....	72	216
4 irmãos.....	68	272
5 irmãos.....	90	450
6 irmãos.....	47	282
7 irmãos.....	51	357
8 irmãos.....	41	328
9 irmãos.....	28	234
10 irmãos.....	12	120
11 irmãos.....	12	132
12 irmãos.....	4	48
13 irmãos.....	3	39
14 irmãos.....	5	70
15 irmãos.....	0	0
16 irmãos.....	2	32
17 irmãos.....	2	34
18 irmãos.....	1	18

Nota-se que as famílias numerosas estão diminuindo, não ultrapassando a 10 filhos a maioria delas.

Nos 2.767 irmãos dos conscritos, 1.577 deles pertencem a famílias de 3 a 7 filhos (56,9 % e média de 5 filhos).

Das 577 fichas consultadas com as respostas corretamente preenchidas, verifica-se que os recrutas do Regimento-Escola, acham-se ligados moral, biológica e economicamente ao total de 3.678 pessoas, que, indiretamente, não de ser influenciadas pela situação militar de seus parentes, e são:

Pais vivos.....	425
Mães vivas.....	486
Irmãos vivos.....	2.767

m) Regime Alimentar:

O quadro sinótico abaixo mostra o comparecimento diário às refeições por 574 homens, antes da incorporação:

Desjejum.....	569
Almoço.....	573
Ceia.....	11
Merenda.....	165
Jantar.....	570

Conseqüentemente, faziam, diariamente:

- 1 refeição, apenas, 1 indivíduo;
- 2 refeições, apenas, 8 indivíduos;
- 3 refeições, o total de 456 indivíduos;
- 4 refeições, o total de 149 indivíduos;
- 5 refeições, apenas, 11 indivíduos.

É de se concluir de tais declarações que :

- a população reduziu para três o número de refeições diárias;
- algumas famílias, ainda conservam a merenda (cerca de 26 %);
- raríssimos indivíduos fazem ceia.

n) *Composição das refeições :*

Em geral, as refeições se compõem dos seguintes alimentos :

Desjejum : Café puro e pão comum simples ;

Almoço : Feijão preto, arroz, carne e verdura ou legumes cozidos ;

Jantar : Idêntico à 2ª refeição.

Cerca de 40 % das famílias, misturam leite vacuum ao café e passam manteiga ao pão branco, por ocasião do desjejum ; mas o uso do leite é em porções diminutas.

Raros os casos em que frutas, queijos ou mingaus são usados na primeira refeição.

O consumo de massas alimentícias é quase nulo.

O chá, o mate ou o chocolate não fazem parte da alimentação regular. Nenhuma declaração foi encontrada sobre o uso de mel ou melado, de geléias, de ovos e de carnes de peixe ou de aves nas refeições diárias comuns.

Declina rapidamente o uso da farinha de mandioca misturada ao feijão (pouquíssimas informações acusaram-no).

Parece, pois, que apesar do que propagam livros, jornais e instituições, as rações diárias, embora possam acusar quantidade, ainda são pobres em qualidade e variedade. Continua, a falta de alimentação a ser o flagelo das populações, requerendo soluções definitivas, embora complexas.

3 — NÍVEL DE INSTRUÇÃO

O inquérito levado a efeito apurou que :

Acham-se em curso superior.....	2 homens
Possuem curso científico completo.....	7 homens
Possuem curso científico incompleto.....	12 homens
Possuem curso ginásial ou equivalente, completo.	16 homens
Possuem curso ginásial ou equivalente, incompleto	26 homens
Possuem curso primário completo.....	85 homens
Possuem curso primário incompleto.....	400 homens
São analfabetos.....	48 homens (8%)

Confirma-se :

- a evasão escolar primária é muito grande e constitui fenômeno alarmante, já denunciado pelas autoridades do Ensino (67,1 % não completaram o curso primário) ;
- as condições econômicas dos pais (baixos salários, muitos filhos e residências afastadas das escolas) contribuíram para o abandono do curso pelos filhos ;
- o regime alimentar deficiente teria provocado diminuição de aproveitamento e consequente desistência do curso por suspeita de incapacidade intelectual ou por ilusão de tratar-se de obstáculo superior às possibilidades individuais ;
- os conscritos estavam relativamente atrasados em seus cursos, pois com 18, 19 e 20 anos, ainda freqüentavam as séries inferiores do curso secundário, ou primário.

4 — CRENÇAS

Das 574 fichas consultadas, repartem-se os recrutas pelas seguintes opiniões e crenças:

Cristãos católicos-romanos.....	493
Cristãos protestantes, diversos.....	22
Espíritas diversos.....	7
Nenhuma confissão religiosa.....	10
Não declarados.....	42

5 — ATIVIDADES ESPORTIVAS

As declarações que consignam atividades esportivas dos convocados são as seguintes:

Praticavam "Foot-ball".....	405
Praticavam Ciclismo.....	374
Praticavam Natação.....	240
Praticavam "Voley-ball" ou "Basquete- bol".....	131
Praticavam Caça e Tiro ao Alvo.....	101
Praticavam Pugilismo.....	20

6 — HABILIDADES ARTÍSTICAS

Nossos conscritos não mostram entusiasmo pelas Artes.

Declararam gostar de praticar o Canto (modinhas e sambas) nove homens; outros nove apreciam a Pintura; dois são tocadores de violão e um de gaita; a Escultura e a Gravura obtiveram dois aficionados; o Teatro, dois, a Música (não declararam os instrumentos) conta com nove executantes.

7 — SITUAÇÕES PROFISSIONAIS

a) Ocupações Cíveis:

As profissões paternas são em número de 115, havendo 12 pais inválidos, dois desempregados, quatro sem profissão e 49 de atividade econômica ignorada.

Formando grupos de atividades afins, resulta que entre os trabalhadores urbanos (375 homens) e rurais (103) encontra-se a distribuição seguinte:

Urbanos (77,9 %):

Construções.....	35
Produções.....	68
Transportes.....	59
Escrita.....	50
Comércio.....	37
Segurança.....	34
Higiene.....	20
Alimentação.....	15
Vestuário.....	7

Rurais (22,1 %) :

Agricultura.....	88
Agropecuária.....	2
Mineração.....	4
Pesca.....	2

Em anexo, poder-se-á examinar a lista contendo os nomes e os efetivos das ocupações civis dos pais dos recrutas.

p) Salários :

Recebem salários diários ou mensais 509 progenitores e Pensões do Estado ou de Institutos outros 12.

A lista de salários é a seguinte :

Total que recebe até Cr\$ 1.000,00 mensais.....	68
Sendo até Cr\$ 350,00.....	1
Sendo até Cr\$ 450,00.....	5
Sendo até Cr\$ 500,00.....	9
Sendo até Cr\$ 600,00.....	18
Sendo até Cr\$ 800,00.....	13
Sendo até Cr\$ 1.000,00.....	22
Total que recebe de Cr\$ 1.001,00 a Cr\$ 1.500,00 mensais.....	105
Sendo até Cr\$ 1.200,00.....	20
Sendo até Cr\$ 1.500,00.....	85
Total que recebe de Cr\$ 1.501,00 a Cr\$ 3.000,00 mensais.....	110
Sendo entre Cr\$ 1.501,00 e Cr\$ 2.000,00.....	59
Sendo entre Cr\$ 2.001,00 e Cr\$ 2.500,00.....	34
Sendo entre Cr\$ 2.501,00 e Cr\$ 3.000,00.....	17
Total que recebe de Cr\$ 3.001,00 a Cr\$ 5.000,00 mensais.....	18
Sendo entre Cr\$ 3.001,00 e Cr\$ 3.500,00.....	13
Sendo entre Cr\$ 3.501,00 e Cr\$ 4.000,00.....	9
Sendo entre Cr\$ 4.001,00 e Cr\$ 4.500,00.....	3
Sendo entre Cr\$ 4.501,00 e Cr\$ 5.000,00.....	6
Total que recebe de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000,00 mensais.....	15
Sendo entre Cr\$ 5.001,00 e Cr\$ 5.500,00.....	3
Sendo entre Cr\$ 5.501,00 e Cr\$ 6.000,00.....	4
Sendo entre Cr\$ 6.001,00 e Cr\$ 6.500,00.....	1
Sendo entre Cr\$ 6.501,00 e Cr\$ 7.000,00.....	1
Sendo de Cr\$ 8.000,00.....	1
Sendo de Cr\$ 10.000,00.....	5

E, por fim, há um indivíduo para cada um dos salários excepcionais de Cr\$ 13.000,00, Cr\$ 15.000,00, Cr\$ 25.000,00 e Cr\$ 50.000,00 mensais.

Do exame desta lista se depreende que 80 % dos chefes de família ganham até Cr\$ 3.000,00 mensais. Se tomarmos a média de seis filhos por casal e a renda mensal de Cr\$ 3.000,00 para cada família, o resultado do cálculo é o seguinte :

385 chefes de família, com 385 esposas e 2.310 filhos (inclusive os recrutas), percebendo o total de Cr\$ 1.155.000,00 de salários, sustentavam-se com a quota mensal de Cr\$ 371,00 para cada pessoa.

Esta quota é, na realidade, ainda menor, pois que há 68 salários inferiores a Cr\$ 1.000,00 e 105 até Cr\$ 1.500,00; o número de filhos, por outro lado, é superior a seis em casais de parques rendimentos.

Sem dificuldade, pode-se admitir que toca a cada um dos membros das famílias dos recrutas importâncias que pouco ultrapassarão de Cr\$ 250,00.

q) Ocupação dos convocados:

Os homens do Contingente incorporado em janeiro de 1952 no Regimento-Escola de Artilharia exerciam 142 diferentes profissões e 39 não possuíam nenhuma habilitação profissional.

O grupo de trabalhadores urbanos é o maior, representado por 133 profissões e 427 homens, ou seja 72 % do Contingente.

Os trabalhadores do campo, em número de 61, representam apenas 28 % dos grupos profissionais.

O regime de trabalho não foi apurado, mas o será no próximo ano, por ser dado de grande interesse.

Uma lista anexa fornece o número de homens discriminando-lhes cada ocupação civil.

8 — QUALIFICAÇÃO MILITAR

r) Conscrição:

De início, declaram-se, diante das exigências do Serviço Militar:

Prejudicados.....	175 convocados
Não prejudicados.....	396 convocados
Indiferentes.....	3 convocados

Fixa-se, assim, o fato de não haver propriamente aversão geral à conscrição militar. O que parece haver é prejuízo em dinheiro que ela acarreta ao convocado empregado, motivo suficiente para que os pais de prole numerosa fiquem sem a ajuda dos filhos.

Parece que a afirmativa de haver-se prejudicado com a convocação decorre de causas financeiras, como se vê nas fichas em que há numerosos irmãos e pequenos salários paternos.

s) Nível Mental:

A classificação dos conscritos pelo "Teste I a b c", fixado pelo C.A.E.R., apresentou o seguinte resultado:

Grupo I —	18 indivíduos, possíveis candidatos a sargentos;
Grupo II —	33 indivíduos, possíveis candidatos a sargentos;
Grupo III —	45 indivíduos, possíveis candidatos a cabos e especialistas;
Grupo IV —	51 indivíduos indicados para soldados de fileira;
Grupo V —	78 indivíduos indicados para soldados de fileira;
Grupo VI —	297 indivíduos analfabetos e retardados.

A combinação destes "Testes" com os de classificação profissional proporcionou os dados necessários à indicação às diversas funções militares.

t) Classificação :

Esta distribuição pelos diferentes grupamentos de qualificação militar foi a seguinte :

Fileira :

Apontadores	12
Serventes de peça	64

Comunicações :

Telefonistas	53
Operadores de Central Telefônica	8
Rádio-operadores	38

Munições :

Municiadores	18
Remuniciadores	12

Direção de Veículos :

Motoristas	104
------------------	-----

Armas Automáticas :

Metralhadores	32
---------------------	----

Observação e Informações :

Agentes de Ligação	3
Auxiliares de Ligação	5
Esclarecedores-observadores	6
Centro de Mensagens	1
Mensageiros	2

Tiro e Topografia :

Topógrafos	9
Auxiliar de Operações	1
Operador de Controle	2

Escrita e Arquivos :

Dactilógrafos	7
Escrevente-dactilógrafo	5
Auxiliares	3
Arquivistas-dactilógrafos	11

Rancho :

Cozinheiro	13
Auxiliar de Suprimentos	3
Encarregado de Suprimentos	1
Auxiliares de Rancho	13

Artífices :

Carpinteiros	5
Sapateiro-correio	4
Mecânico de automóvel	0
Mecânico de Artilharia	5
Armeiros	4
Soldadores	1
Pedreiros	2

Saúde :

Enfermeiros	2
Enfermeiro-cirúrgico	0

Meteorologia :

Ledores de Instrumentos.....	4
------------------------------	---

Música :

Clarim.....	5
-------------	---

Serviços Gerais :

Ordenanças.....	28
Auxiliares.....	19
Suplementares.....	64

Graduados :

Curso de Formação.....	83
------------------------	----

V

9 — INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Dos dados, em números e percentagens, apresentados, nesta exposição, sobre os característicos bio-sociais dos recrutas incorporados para o Ano de Instrução de 1952, poder-se-ão deduzir informações gerais e relativas, importantes às decisões do comando.

Assim, atendo-nos unicamente às situações particulares dos convocados para esta Unidade-Escola, é possível admitir :

- 1º. Nossos claros não puderam ser preenchidos por naturais do Distrito Federal.

Se o Distrito Federal conta com 2.413.152 habitantes, não foi possível retirar nem 1 % dessa população para os claros da Região.

E lamentável que o centro de maior progresso e cultura não possa fornecer seus homens mais fortes e inteligentes para o serviço militar.

- 2º. Há uma tendência para o aumento de altura no homem brasileiro, embora sem fixação em tipo étnico definido.

- 3º. Há diminuição do número de conscritos da raça negra, que parece estacionária ou, por via de miscigenação cada vez maior com o branco, tender a futuro desaparecimento.

- 4º. A idade do recruta não parece a melhor pelos inconvenientes que apresenta :

- habilitações profissionais de baixa qualificação ;
- fraca noção de responsabilidade ;
- imaturidade biológica ;
- abandono de cursos escolares ;
- incompreensão de deveres.

- 5º. Se o critério de distribuição dos encargos militares, por todas as ocupações civis, foi idêntico ao ocorrido com o Regimento-Escola de Artilharia, estaremos em termos de nos opor, com as provas na mão, contra a afirmativa de que "o serviço militar despovoa os campos" e é "causa da crise de produção agrícola".

- 6º. Há insuficiência de peso em relação à altura, o que reflete deficiente estado de nutrição.

- 7º. Grande número de habitações não satisfaz aos requisitos mínimos de proteção, higiene e conforto que a civilização exige.

- 8º. Cresce o número de proprietários de residências nas zonas rural e suburbana.

- 9º. Rariza a dormida em condições penosas, pela gradativa eliminação da rede e da esteira.
- 10º. Mais da metade da população ainda vive descalça, principalmente os menores.
- 11º. Os progenitores morrem mais cedo que as progenitoras.
- 12º. É relativamente alto o número de casais irregularmente ligados (mais ou menos 17 %).
- 13º. Não há mais famílias muito numerosas, embora, excepcionalmente, hajam casais com elevado número de filhos (29 casais com mais de 10 filhos).
- 14º. Se a convocação afeta, direta ou indiretamente a pais e irmãos dos conscritos, é evidente que se deva levar em conta essas influências, delas tirando partido em benefício do Exército e da Nação.
- 15º. O número normal de refeições diárias se acha reduzido a três, sendo que a primeira é muito fraca em teor nutritivo. Sendo os salários fracos e a produção escassa, não havendo horário para merenda nos intervalos de trabalho e a residência se situando longe do local da atividade profissional, há um conjunto de causas a influir no número e precariedade das refeições. É o que todos sabem e comprovam as fichas.
- 16º. As rações, além de nutritivamente pobres, são mal organizadas. Continua de pé o aforisma de que o "brasileiro come sem se alimentar".
- 17º. O nível de instrução é precário e, por isso, alarmante. Na Capital da República, 67 % dos recém-incorporados a uma Unidade-Escola da Arma de Artilharia não fizeram todo o curso primário de cinco anos e há 8 % de analfabetos.
- 18º. A Nova Lei do Serviço Militar e a qualificação dos homens de uma classe inteira chamada, encerravam esperanças que se desvanecem: não dispomos nem dos mais fortes, nem dos mais inteligentes, nem dos mais aptos da população carioca. Há evasão incompreensível, uma vez que os C.P.O.R. e as várias escolas militares são insuficientes para incorporar totalmente mais de 25 mil homens de curso ginásial completo que as estatísticas acusam, sem contar o ensino equivalente ou de níveis superiores.
- 19º. As classes sociais mais pobres, ou mais necessitadas, são as que contribuem mais fortemente para o serviço militar obrigatório, quase que suprimindo todos os claros.
- 20º. O esporte popular é o "foot-ball", também transformado em diversão pública.
- 21º. Desenvolve-se, dia a dia, a prática de outros esportes; e mais da metade dos conscritos sabe nadar e andar de bicicleta. A prática não é nem intensiva nem sistemática, através de Grêmios. É apenas oportunidade ou diversão de que se aproveitam curiosos e amadores.
- 22º. Aumentam as "especialidades" das profissões civis, embora não haja verdadeiros técnicos diplomados por institutos de formação sistemática. A prática e a experiência ainda são as grandes mestras do trabalhador.
- 23º. O trabalho urbano dispõe de maiores efetivos que o rural.
- 24º. Os salários da Cidade são mais altos que os do campo. Assim é que o salário médio dos lavradores, pelo inquérito, orça por Cr\$ 750,00 mensais, enquanto que o correspondente dos operários urbanos alcança cerca de Cr\$ 1.500,00.

Nota-se, também, que a proteção ao trabalhador do campo continua a ser mais do que precária. O êxodo rural não pode ser atribuído ao serviço militar, mas ao baixíssimo salário e às condições de vida, nada satisfatórias, existentes no campo.

- 25º. Os salários são insuficientes para o trabalhador casado com filhos. As pessoas da família recebem a quota média, estimada, de Cr\$ 250,00 mensais por boca a alimentar.

Como consequência :

- Subnutrição crônica ;
- Absenteísmo e falta de aproveitamento escolar ;
- Fraca produção ;
- Desânimo ou conformismo ;
- Atrazo geral ;
- Incultura.

- 26º. Os lavradores têm mais filhos que os operários da cidade.
- 27º. O tamanho da prole é inverso ao valor do salário (exemplo : 20 pais com salários médio de Cr\$ 1.271,00 sustentam 216 filhos, ou cerca de 11 filhos por pai).
- 28º. Quanto mais alto o valor do salário, menor a probabilidade em declará-lo. Talvez receio de taxas ou do imposto sobre a renda.
- 29º. A conservação não prejudica profunda e totalmente às classes pobres.

Realmente, ela significa :

- Menos um para alojar, alimentar, vestir e calçar ;
- Menos um a causar preocupações ;
- Mais um a ganhar dinheiro, com várias oportunidades profissionais abertas ;
- Mais um a ganhar experiência e a buscar independência.

- 30º. Há desproporção flagrante entre a capacidade do solo e a do homem que o habita. Numa região relativamente rica, a grande maioria de seus habitantes é pobre.
- 31º. O nível mental da turma é baixo. Apenas 9,7 % poderão ser encaminhados a cursos para sargentos.

VI

10 — IMPRESSÃO GERAL DO CONTINGENTE

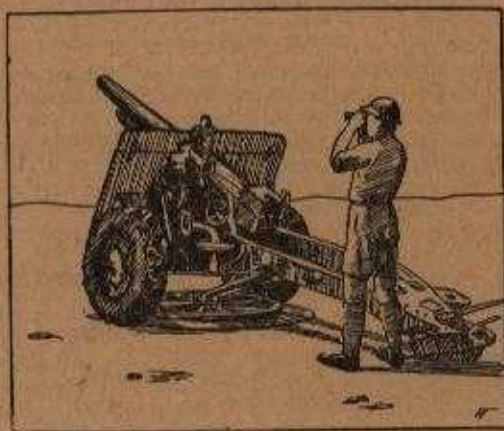
Pelos dados colhidos no inquérito levado a efeito no Regimento, combinados aos constantes das fichas do "modelo C.A.E.R.", analisados no decorrer desta exposição, pode-se reunir a impressão geral do Contingente de 1952 nos seguintes termos médios :

O recruta recém-incorporado ao R.E.A. é mestiço brasileiro do centro-oriental, de forte dose de sangue branco ; está com pouco mais de 18 anos e apresenta altura média de 165 cm, tendente ao crescimento até 168 cm ; seu peso é deficiente e orça em torno dos 57 a 60 quilogramas ; habita em casas pequenas, próprias ou de aluguel ; dorme em colchão e cama e quase sempre andou descalço ; tem pais vivos e, se perde um deles, em 35 vezes sobre 100, o alcançado é o pai. A família é organizada sob o mesmo teto, desde o matrimônio civil e religioso ; há raras deserções do lar ; cinco ou sete irmãos e os dois pais, constituem, medianamente, família de oito a dez pessoas ; as três refeições diárias são

defeituosas nos tipos de ração e valor alimentício ; cedo, desiste da escola primária por falta de recursos e necessidade de dinheiro ou desânimo ; adota o cristianismo, na modalidade católica-romana, como crença ; gosta de esportes, principalmente do "foot-ball" ; possui fracas aptidões artísticas ; conforma-se com o serviço militar, uma vez que é obrigação que não o prejudica muito ; tem fraco nível mental, abaixo do mediano, devido, talvez à baixa qualificação profissional dos pais, quase sempre pequenos artesões, negociantes, operários, lavradores e funcionários inferiores, de empresas particulares ou do Estado, cujos salários mal atingem Cr\$ 3.000,00 mensais.

O interrogatório, para preenchimento das fichas, forneceu ainda outras indicações :

- incerteza de situação e desconhecimento de fatos de interesse capital para o indivíduo civilizado ;
- humildade, receio e desconfiança ;
- confusão de idéias e apercebimento obscuro ou parcial de noções básicas à existência urbana e civil.



DO COMBATE SINGULAR À GUERRA TOTAL

Pelo Coronel ACHARD-JAMES, publicado na revista "Revue de Défense Nationale"

Tradução, "data vênia", do Major de Artilharia
RAIR DE FIGUEIREDO MOREIRA



PRIMEIRA manifestação humana de atividade guerreira foi certamente o combate singular. Inspirados pela aversão, pela cólera, pelo desejo de se apro-

priar do mesmo objeto, dois homens se projetam um sobre o outro; o mais fraco é sempre vencido. Pouco a pouco, uma idéia vai tomando forma em seu cérebro ainda incipiente. Entretanto, quem sabe se ele não poderá vencer o inimigo, atacando-o por trás, durante o seu sono, procurando um ponto vulnerável, os olhos, o coração? Nesse dia, nasceu a tática (1).

Mas os adversários compreenderam rapidamente que o único meio de obter definitivamente a tranquilidade era o desaparecimento do inimigo. Nesse caso muito elementar, sua morte. Então, vinha ao seu turno a idéia de que o inimigo podia tornar-se inofensivo em lhe arrebatando seus meios de combate, em lhe vasando os olhos, em lhe decepando o braço direito, subjugando-o. Enfim, pensou que o mesmo resultado podia ser obtido, conservando o inimigo sob uma tal ameaça, tirando-lhe mesmo a idéia de lutar, suprimindo-lhe a vontade de combater.

Sózinho, depressa o homem se associou a outros homens para combater; a tática encontrou novos desenvolvimentos. Alguns combatentes podiam se defender de frente, enquanto outros atacavam de flanco. Al apareciam as combinações de atitudes e de direções.

Domado o cavalo, surgiu a cavalaria. Ela constituiu uma tática própria. Pois que ela combina sua ação com a dos homens a pé. Ao lado das táticas das armas, uma tática geral. Ao mesmo tempo que se engrossavam os efetivos, aumentava-se a experiência. A tática melhorava, os processos para vencer multiplicavam-se. O fim não mudava: destruir os meios de combate do inimigo, ou sua vontade.

Conduzir para o lugar do combate os grossos efetivos torna-se um problema cada vez mais difícil. Procura-se conduzi-los em condições tais que a superioridade numérica seja realizada e a tática preferida melhor possa se exercer, levando o inimigo para o campo de batalha mais favorável. Depressa se apercebe que as batalhas mais eficazes eram as que eram seguidas por uma exploração: ações rápidas no curso das quais os restos do exército inimigo eram definitivamente dispersados e destruídos, por

(1) Lançar-se diretamente sobre o inimigo tornava-se então uma tática. Existe a tática quando existe raciocínio e escolha.

vêzes sem combate (2). Mas, também, ações que abriam vias de penetração importantes, conquistando províncias, permitiam, em breve, atingir os fins da guerra.

Já havia alguma coisa de diferente daquilo que se realizava no combate: disposição dos meios para a batalha, escolha do terreno em vista dos resultados posteriores à batalha, utilização dos efeitos do choque vitorioso. O período da tática da arma e da tática geral tinha passado. A elas sobrepunha-se a estratégia (3).

Não se pode deixar de observar que certas ações, que não eram dirigidas sobre o próprio exército, obtinham, entretanto, resultados interessantes. Uma ameaça sobre as retaguardas, por exemplo, obrigava as forças inimigas a refugar a batalha, a abandonar o terreno. Esses resultados não eram entretanto decisivos. Enquanto o exército não fosse atacado e destruído, subsistia o perigo de voltar à carga outra vez; a guerra não estava ganha. Com efeito, dentro em pouco, o exército se tornava independente das retaguardas e se bastava a si próprio. Ele não se ligava ao país senão por uma linha de comunicações pelas quais lhe chegavam víveres e munições. Uma ameaça sobre esta linha desfazia os movimentos de retirada. Porém, de fracos efetivos, tendo poucas necessidades, o exército podia se reabastecer no país. Isso não era o costume, mas era possível.

Ele não estava mais ligado moralmente ao país. Exército de mercenários à serviço de um príncipe, na ocupação de uma província e mesmo da capital, nela não tocava porque, se isso fizesse, deixaria de ser pago. Se a este príncipe importava dissolver o exército, isso não seria possível senão por via da batalha. Também, a batalha era o ato estratégico por excelência, o único do qual se podia obter uma decisão. E, em consequência, a estratégia

tornava-se exclusivamente a arte de preparar e explorar a batalha. A tática ficava a arte de ganhar a batalha; os fins da tática e da estratégia se achavam, aparentemente pelo menos, confundidos. Como na tática, encontrava-se na estratégia as combinações de atitudes, de direções; a diferença era pois difícil de fazer.

Destruído o exército, a decisão intervinha. Porque? É que o poder guerreiro dos estados era constituído de forças militares isoladas, terrestres ou navais. Ora, os exércitos se batiam na conformidade de como eram constituídos desde os tempos de paz, em permanência. Um exército era um luxo, sua colocação em pé de guerra onerosa. Ele era formado, em geral, por alistamentos mais ou menos voluntários, mas geralmente mediante pagamento e não por conscrição; a instrução dos homens era demorada. Eram conservados em serviço enquanto pudessem marchar e combater. A fabricação do armamento, artesanato, era demorada também. Por trás desses exércitos nada havia. Quase nada de reservas humanas, de estoques de materiais e de munições. Destruído o exército, era preciso reorganizar um outro com todas as peças, nas mesmas condições, isto é, lentamente. E, ao demais, isso era exigir do país novos sacrifícios. Ora, isso não compreendia sempre a política do príncipe, o interesse de constituir o "pré carré". Ele não via na derrota senão a parte material, os tributos. Moralmente, ele não sofria. "Os exércitos do rei foram batidos" dizia-se. Também, o príncipe hesitava em empreender um novo rearmamento, e seu exército, batido, aceitava todos os tratados. Nesta época, pois, para obter-se a decisão, era necessário destruir o exército e para isso se o atacava; era suficiente destruí-lo. Nova razão para fazer da batalha o objeto único da estratégia.

(2) A coroação das guerras da antiguidade era um massacre, sem perigo para o vencedor; exploração no lugar dos resultados da vitória.

(3) É necessário, bem entendido, considerar esta exposição como esquemática; a passagem dum período a outro não tem sido nitidamente acentuada.

O século XVIII viu uma modificação total da questão. Para isso, houve três causas: o despertar do sentimento nacional, o serviço militar obrigatório, o desenvolvimento da indústria. O patriotismo certamente não nasceu no século XVIII, mas a idéia de pátria era, até esta época, limitada à "la petite patrie", salvo, talvez, para alguns indivíduos em cada país. A Revolução Francesa é que revela o patriotismo nacional: a invasão das fronteiras distantes, a perda duma província, repercuteira em todo o país; o povo inteiro participa da guerra, material e moralmente.

A conscrição generalizada teve consequências de ordens diversas. No setor material, ela deu aos governos recursos em homens quase inesgotáveis e sobretudo gratuitos. No setor moral, ela uniu o exército à nação. Não havia família que não tivesse um de seus membros no exército, não havia combatente que não tivesse laços na retaguarda; o moral do exército e o do país tornavam-se solidários. Donde o cuidado que ordena, já, a Convenção, em sustentar e fiscalizar o estado de espírito das retaguardas.

Os exércitos anteriores ao século XVIII tinham poucas necessidades em armamento. Este, simples, podia ser fabricado por métodos artesanais em oficinas dispersas. Os exércitos de grandes efetivos do século XVIII conheceram necessidades imensas. As necessidades em armamentos, em munições, em víveres também, de outras partes, exigiram uma corrente contínua da retaguarda para a frente. O progresso industrial permite responder a essas necessidades. Mas o armamento se complica, se diferencia. Não foi mais possível recorrer aos recursos locais. Por outro lado, o artesanato não era mais suficiente. Foi preciso a usina, depois a concentração industrial. Unicamente, a grande fábrica de origem podia fornecer

peças de armas e munições apropriadas. Privado de suas grandes fábricas, mal sustentado por um país enfraquecido, o exército, daqui em diante, desmoronava-se.

O poder guerreiro de um estado foi sempre constituído por suas forças militares: de terra, de mar e, em breve, de ar. Seria sempre necessário destruí-las para obter uma decisão. Mas o processo podia diferir; se os exércitos haviam ganhado em poder, eles seguramente haviam perdido em solidez. Os exércitos do século XVIII não tinham nem o potencial de choque, nem o potencial de duração dos exércitos modernos. Se eles eram o objeto único que era necessário atender, eles eram também por excelência o ponto forte do país. Daí em diante, ele não seria mais o mesmo; o exército moderno disporia de reservas em homens, e de um armamento poderoso. Mas o moral do país, as grandes fábricas concentradas, constituíam bases vitais para ele, e essas bases eram-lhe exteriores. Ele não lhes assegurava sequer indiretamente a proteção. Essas bases eram, desse modo, objetivos mais vulneráveis

(4). Ali havia, em estado potencial, uma nova estratégia, da qual não se tinha talvez compreendido todas as consequências. A ação sobre esses objetivos foi, primeiro que tudo, secundária, empírica. A nova estratégia apareceu verdadeiramente logo que se fez o balanço, entre a batalha propriamente dita e o ataque das grandes fábricas e do moral, pela aplicação dos meios.

Determinados objetivos estavam ainda sujeitos a meios puramente militares. Desde 1914, a aviação permite o ataque aos centros industriais. Porém, outros objetivos exigiam a colocação de meios não militares em ação: durante a primeira guerra mundial, igualmente, a guerra psicológica se exerce para destruir o moral do inimigo. Ludendorff atribui à propaganda

(4) A dizer a verdade, em todos os tempos tem existido um objetivo exterior ao exército: o comércio, a economia do país. O bloqueio é visto como o mundo. Mas sua aplicação representava de preferência uma extensão da noção de cerco.

aliada, no seu livro "A Guerra total", uma influência primordial na capitulação da Alemanha. Ela possibilita, pois, a destruição das forças armadas, sem que seja necessário atacá-las diretamente, mas, em grau melhor, atacando objetivos não militares e talvez mesmo objetivos militares com fins não militares. Toda ação se traduz sempre por uma aplicação de meios, de créditos, de matérias primas... Ela podia ter a faculdade de, daqui para diante, escolher o modo de realizar a sua distribuição entre as forças armadas e os outros organismos. A estratégia puramente militar sobrepunha-se uma estratégia geral, como à tática da arma sobrepoz-se uma tática geral. É preciso estabelecer diferença entre a conduta das operações confiadas aos militares e a conduta da guerra, que cabe ao governo.

O nascimento do sentimento nacional, o desenvolvimento da indústria e a conservação foram uma outra consequência, capital. O exército de primeira linha derrotado, o problema não é mais resolvido. As reservas instruídas servem para reconstituir um exército, as grandes fábricas para produzir um novo armamento; além disso, torna-se preciso, agora, contar com a vontade do povo para obter uma revanche, donde o rearmar. A dizer a verdade, isso não é absolutamente novo: o reerguimento da Prússia, depois de 1806, a constituição dos exércitos nacionais em 1870-1871, são exemplos. Mas o que tinha sido excepcional, voltou a ser geral.

Neste período, foi preciso sempre destruir o exército. Não se podia fazê-lo, senão atacando-o diretamente. Mas não foi só suficiente destruir o exército: foi preciso destruir igualmente tudo o que podia servir para reconstituir um exército.

O número de objetivos estratégicos extra-militares vai então se multiplicando, pois que, tudo, no mundo moderno, contribui para a constituição das forças armadas: o potencial humano, a indústria, as matérias primas, a economia, os la-

boratórios. As coisas podem ser compelidas para muito longe. Desunindo os lares, os alemães tem visado o potencial humano da geração seguinte. Proibir a instrução, é reduzir o enquadramento futuro em qualidade e em quantidade. Diminuir as rações é tocar na própria vitalidade do país. A estratégia torna-se então verdadeiramente total.

Porém, mudando de objetivo, não se muda por isso de princípios e de processos gerais. Como na estratégia militar, existe combinações de atitudes, de direção, seja no mesmo domínio, seja em domínios diferentes. Poder-se-á defender-se no domínio industrial, mas atacar no domínio moral e da propaganda. Poder-se-á tomar como objetivos a neutralização dos transportes e escolher a direção: fábricas de rodas, a mais vulnerável, ou agir sobre os privilégios de um país inimigo no estrangeiro em matéria de exploração petrolífera. Combinar-se-á em seguida a ação militar: ofensiva de envergadura, e ação extra-militar: pressão maciça sobre o moral do país, precedendo a operação militar.

A guerra toma um novo aspecto. Longe de procurar sistematicamente a batalha, procuram-se as direções estratégicas que permitem evitá-la, pois elas podem achar logo o caminho da vitória. Este o jágo conduzido pela Alemanha em 1939-1940. "Eu apodrecerei vossa guerra" disse Hitler. A "manha da guerra" era uma ação estratégica sobre o moral. Se ele não houvesse tomado a dianteira sobre a direção estratégica militar da Noruega, quem sabe se a decisão não teria sido tomada sobre a França, sem batalha? Ela havia sido bem tomada no ano precedente na Tchecoslováquia, sobre uma Europa reduzida à passividade. A batalha tornou-se um acidente lamentável, podia-se dizer, na estratégia. Foi um pior caminho.

Nisso não nos enganamos entretanto, pois que ele não se inquietava ~~segão~~ com a batalha militar; os outros domínios não estão isentos do choque com o inimigo.

Viu-se atacar o moral de um grupo da população, operários e camponeses; direção estratégica? Não só escolherá os meios — rádio, etc., — mas, também, o momento mais favorável: o operário será atacado à tarde quando volta fatigado da fábrica, o camponês pela manhã para que a idéia lançada o acompanhe na sua jornada de trabalho solitário.

Ainda mais, o inimigo usa do mesmo meio? Ele aí terá batalha: o fim da batalha das ondas já tem sido empregado. O que, nesse domínio, corresponde à defensiva militar, é a desordem; tem todos os defeitos: caráter sistemático, desperdício de forças, lacunas. Não há nisso uma verdadeira tática?

Assim, em todos os domínios, daqui em diante se acham objetivos e direções estratégicas, e, se se tem de encontrar com o inimigo, uma tática a plicar. A estratégia não tem mais, como único objetivo, a batalha militar. Ela retoma o lugar que um caso particular, o do exército profissional, única força guerreira de um país, lhe havia feito perder. Seu fim é a submissão obrigada do inimigo sob todos os seus aspectos. A batalha é, para ela, somente um meio. Para a tática, a vantagem da batalha permanece como um fim. Estratégia e tática são bem diferenciadas. Mas as noções de tática e de estratégia são singularmente ampliadas.

* *

A primeira consequência desta situação é lógica. A guerra é, cada vez mais, o seguimento da política. Outrora, ela era absolutamente distinta. Quando, renunciando à ação diplomática, recorria-se às armas, o objetivo imediato, o exército inimigo estava ordinariamente sem ligações com a política. Hoje, a estratégia militar mais não é que um fragmento da estratégia geral. Ela se combina intimamente com as outras estratégias das quais ela não pode mais estar separada. Sem a coordenação dessas estratégias diversas, não há sucesso possível. Ora, o domínio é complexo, não se pode satisfazer o estudo da estratégia militar por antecipação e im-

provisar para a abertura do conflito uma estratégia geral. Ainda mais, esta, para ter bom êxito, não pode esperar o desencadeamento das hostilidades. Ela é de longo prazo e deve ser estudada e conduzida desde o tempo de paz, bem na frente, enquanto não se abra a data da estratégia militar. A guerra fria é o período das estratégias extra-militares. É necessário pois um organismo permanente no escalão governamental para estabelecer os princípios desta estratégia geral, seus domínios de aplicação, orientar a escolha do responsável para o esforço a ser fixado num e noutro domínio, desencadear as ações. Este organismo deve naturalmente dispor de todos os meios necessários para agir, mas também para se informar em todos os domínios.

* *

Está terminada a evolução? Há dois modos de levar um inimigo a ceder: ou arrebatar-lhe seus meios, ou arrebatar-lhe a vontade de deles servir-se. É freqüente, quando uma parte de seus meios foi destruída, que o inimigo perca a sua vontade. Mas, por vezes, esta persiste e o inimigo privado de tudo chega, entretanto, a refazer-se.

Os meios a destruir tornam-se cada vez mais consideráveis: a destruição total é quase inimaginável. Onde a tendência em se atacar repentinamente a vontade, a vontade do chefe ou a vontade do povo. É com efeito, o fim da guerra psicológica. É também o dos bombardeios de terror aplicados a objetivos não militares. A vontade do inimigo pode reduzir a direção estratégica essencial.

Foi dada uma explicação curiosa do efeito que teve a bomba atômica. O exército nipônico estava certamente com seus dias contados, a derrota inevitável. Mas a dinastia japonesa, de origem divina, não podia inclinar-se, sem perder a aparência, diante de um poder humano. Os resultados extraordinários da explosão puderam ser considerados como supra-humanos. A vontade do soberano podia ceder diante deles. Existe nisso, parece, um exemplo particularmente no-

tável da estratégia moderna: um objetivo estratégico abstrato extra-militar, e a vontade de combater do soberano. Uma direção: duas cidades não tendo nada de militar. Uma ação conduzida por um meio militar, mas não de batalha. Uma fase tática, mas não de batalha. Uma fase tática reduzida às medidas tomadas pela fortaleza voadora para atravessar as barragens de aviões e de defesa anti-aérea. Uma parte considerável de técnica. O resultado alcançado, a capitulação, não o poderia ter sido outrora senão pela batalha.

Por mais poderosas que sejam, as armas modernas entram contudo, no clássico quadro dos meios de força. Muito parece que, em contra-partida, se desenvolve um processo que lhe abrirá uma era toda criada de novo. É preciso distinguir nitidamente a vontade de conduzir uma política verdadeira, da vontade de ir para isso até o extremo de uma vitória pelas armas. Impor um tratado por uma vitória, seja ela devido à uma batalha, à uma ação sobre as retaguardas, à uma ação sobre a vontade de combater, ou manter o *statu quo* por uma ameaça, é fazer admitir ao inimigo que ele não tem, ou que ele perdeu, a possibilidade de conduzir a sua política. Isso não significa, em nenhum caso, que se tenha sido bem sucedidos para suprimir-lhe o desejo. Ora, é desse desejo que renasce a vontade de combater.

Também, a ação psicológica não se satisfaz mais daqui por diante em enfraquecer unicamente a vontade de combater, propaganda de tempo de guerra. Ela vai mais longe. O ideal para um estado é hoje levar consigo outros estados, adversários possíveis, à uma completa adesão à sua política própria, tanto exterior como interior. A forma democrática dos governos e os modernos meios de propaganda tem tornado viável este método. A diplomacia — dir-se-á — outrora não procurava o mesmo resultado? Sem dúvida. Mas ela não continuava com os compromissos e, aliás, era tanto mais eficaz quanto mais a força a auxiliava.

A propaganda ideológica é instrumento de base. Se ela não tem bom êxito em alcançar e em convencer senão uma parte do país, ela tem entretanto assegurada uma destruição parcial da soberania de seu governo. Isto talvez o conduza a renunciar a toda ação de força e mesmo a toda política exterior coerente. Se a propaganda convence a totalidade do país, ou ao menos uma maioria, torna-se inútil atacar as forças armadas. Estas tornar-se-ão, ipso facto, forças aliadas que têm, pelo contrário, interesse em manter sólidas. É inútil citar exemplos.

Mas é um fato a observar. Esta propaganda ideológica se exerce mais facilmente em tempos de paz do que em tempos de guerra. A guerra arrisca mesmo comprometer os resultados. Há pois aí uma estratégia particular, exclusiva da ação militar. É perfeitamente exato que estes que a conduzem enfraquecem a paz. Isso não significa de nenhum modo que eles abandonem toda a vontade de ação.

Assim, depois do combate singular sem tática, vimos aparecer a tática, depois a estratégia. Esta tinha como fim único a batalha, até que importava, para obter uma decisão, destruir as forças armadas; para isso se as atacava e bastava destruir essas forças. Depois surgiu um novo período. Tornava-se preciso ainda destruir as forças armadas. Era possível isso fazer sem as atacar. Por conseguinte não era mais suficiente destruí-las; devia-se atacar todo o potencial da nação e em particular a sua vontade de lutar. E agora, não vemos abrir-se uma nova era? Nela ataca-se a própria personalidade dum país. Não é mais necessário destruir as forças armadas. Elas não se tornam um objetivo que, no caso, cabe à guerra psicológica. O essencial da ação estratégica se densenrola primeiro que as hostilidades. Dissipa-se a guerra, como outrora frequentemente dissipava-se a batalha.

Não podemos, desde hoje, dizer onde há, de uma parte e de outra, sucessos estratégicos?

COOPERAÇÃO ENTRE A ARTILHARIA ANTIAÉREA E A AVIAÇÃO

Comandante de Aviação FERNANDO QUEROL
MULLER, Instrutor da Escola Superior do Ar
e da Escola de Guerra Naval da Espanha.
(Extraído de Ejército)

Tradução, data pénia, e adaptação dos Majores
CESAR GOMES DAS NEVES e HERACLIDES
De ARAUJO NELSON.



DAS armas tão diferentes, mas que, no entanto, têm a mesma missão: abater aviões inimigos. Vejamos como devem cooperar para tornar mais fácil

sua tarefa comum.

Por ser muito maior o alcance da aviação de caça do que o da Artilharia Antiaérea, há enormes espaços aonde esta não chega, lugares onde, em compensação, o caça pode atingir; nestes, como é natural, não se apresenta problema algum de cooperação, uma vez que a dificuldade reside em combinar a atuação da aviação de caça e da Artilharia Antiaérea dentro dos volumes de alcance desta última; pretensão ambiciosa porque os direitos de ambas as forças têm permanecido sempre em luta, já que o ideal da primeira é percorrer o céu sem fronteiras, e o da segunda é vê-lo livre de aviões amigos.

A aviação de caça pode cobrir mais espaço que a Artilharia Antiaérea, porém esta pode cobrir durante mais tempo. O Avião tem que repousar periodicamente; sua autonomia é limitada; suas possibilidades de voo dependem, em parte, da meteorologia; em troca, a ação antiaérea goza de maior continuidade e capacidade de reiteração.

Em uma primeira repartição de atribuições, onde deve atuar a

aviação de caça e onde a Artilharia Antiaérea? Em princípio, a Artilharia Antiaérea deve situar-se, de preferência, nas faixas de fronteira, onde a cobertura radar não for suficiente para assegurar a oportuna chegada da aviação de caça de interceptação. Assim ocorrerá, por exemplo, nas fronteiras montanhosas, nas em que as "sombras" topográficas não permitam uma boa detecção radar; a rede tem que ser colocada mais atrás, retardando-se, portanto, o aviso à aviação de caça; esta alcançará os aviões inimigos quando estes já tiverem sobrevoado parte do território amigo, território que, em consequência, deve ser confiado à proteção da Antiaérea.

A respeito da especial aptidão da aviação de caça e da Artilharia Antiaérea, pode dizer-se que, em geral, contra formações compactas, é melhor empregar a Artilharia Antiaérea; e contra aviões disseminados a aviação de caça. Porém, mesmo neste caso, à noite, é mais indicado o emprego da Artilharia Antiaérea, uma vez que a ela os inconvenientes da falta de luz não lhe afetam tanto como à aviação de caça.

Depois destas generalidades, entremos na matéria, passando a comentar as diversas soluções que devem ser adotadas para coordenar a ação da aviação de caça, e a da Artilharia Antiaérea.

ATUAÇÃO EXCLUSIVA

Por sua vez, existem diversos modos de concebê-la. Um deles é que a caça tenha as mãos livres, devendo a Artilharia Antiaérea calar quando aquela voar por cima. Assim se fez durante a Batalha da Inglaterra. Nestes casos, sem dúvida, a Artilharia Antiaérea pode cooperar eficazmente, assinalando à aviação de caça, por meios de rajadas de projéteis coloridos, a direção em que voam os aviões inimigos, e também atuando com os seus projétores.

Ao contrário, outro sistema consiste em ordenar à aviação de caça que se abstenha de penetrar dentro dos alcances da Artilharia Antiaérea amiga, pois quando o fizer, nem por isto deixará esta de disparar, caso em que apenas atirará para obrigar aquela a afastar-se. Durante a última guerra, os aviadores infringiam muito este sistema, adotado com frequência sobre as frentes de contacto, não somente porque lhes obrigava a recordar em cada momento qual era a situação das posições de bateria, como também pela necessidade de reter tais dados na memória, de vez que era proibido levá-los marcados de acordo com o plano de prevenção contra a captura pelo inimigo, caso o avião fosse abatido. Sem dúvida, em muitas ocasiões era impossível comunicar aos aeródromos qual era a situação da Artilharia Antiaérea na frente, pois, quando se deslocava nos grandes lances, as mudanças de posição se efetuavam constantemente e não havia tempo para avisar; em tais casos, era frequente que a Artilharia Antiaérea tivesse prioridade sobre a aviação de caça, a qual, enquanto aquela começava a disparar, devia procurar afastar-se para deixar-lhe o campo livre.

Uma terceira solução, intermediária, dava a prioridade à aviação de caça, menos em alguns setores designados previamente como privativos da Artilharia Antiaérea. Tal fato ocorreu, por exemplo, nas frentes aliadas na Nor-

mândia, nas quais se fixavam para a Artilharia Antiaérea umas tantas zonas de voo proibido. Para os pilotos era muito desagradável, ao voltar de um serviço cansados, feridos ou com pouca gasolina, ter de ir desbordando as zonas de Artilharia Antiaérea.

REPARTIÇÃO DE ALTURAS

Nas localidades ou nas zonas onde havia uma grande densidade de Artilharia Antiaérea, esta cobriam-nas total ou quase totalmente com os seus fogos, e utilizou-se, frequentemente, a repartição de alturas. Até 3.000 metros, por exemplo, atuava apenas a Artilharia Antiaérea; em seguida deixavam 500 metros livres para evitar a "barbeiragem" (ataque por confusão aos aviões amigos), e depois, de 3.500 metros para cima, era domínio exclusivo dos caças.

Uma variante deste sistema entrou em vigor nas costas inglesas do Canal, no ano de 1942. Nesta época, e para dificultar a detenção pelo radar, os aviões alemães costumavam aproximar-se muito baixos, atacavam um objetivo próximo da costa e voltavam, imediatamente, permanecendo muito pouco tempo sobre o território inimigo. Com a finalidade de afastar os perigos da "barbeiragem" o Comando de Defesa da Grã-Bretanha proibiu que os aviões amigos cruzassem a costa a menos de 350 metros, pois a baixa altura correspondia atuar uma densa cadeia de metralhadoras antiaéreas que cobriam, sem solução de continuidade, toda a Costa do Canal; assim, estas peças tinham a segurança de poder disparar contra qualquer avião voando baixo sem perder tempo com a sua identificação. Inclusive se previu que, se por causa justificada, como, por exemplo, uma avaria, um avião inglês se visse obrigado a perder altura, devia baixar logo o trem de aterrissagem para que este detalhe chamasse a atenção dos serventes da Artilharia Antiaérea.

REPARTIÇÃO DE ZONAS

No início da ocupação das costas francesas, em 1940, os alemães organizaram sua defesa aérea do seguinte modo: Na costa do Canal, que é por onde teriam que penetrar os bombardeiros ingleses, criaram uma cadeia de bases aéreas com raios de ação em seguimento, de modo a constituírem uma faixa contínua. Durante a noite, sobre cada uma destas bases, atuavam caças noturnos conhecidos com o apelido de "olhos de gato", e eram auxiliados por uma cadeia de projetores paralela também à costa. Como naquela época os bombardeiros ingleses tinham pouca autonomia, geralmente limitavam-se a atacar o Ruhr, sem se aprofundar mais em território alemão. Por este motivo, na citada bacia industrial concentravam os alemães a maior parte da sua Artilharia Antiaérea. De modo que, na distribuição por zonas, vieram a estabelecer-se: caças na costa e Artilharia Antiaérea no Ruhr.

Em 1942, como a maioria dos caças noturnos alemães estivessem equipados com os detetores radar, já não necessitavam tanto de projetores, razão por que grande número destes foram retirados da costa.

Como, ao mesmo tempo, houvessem aumentado a potência e o raio de ação das forças aliadas de bombardeio e este ultrapassasse, com frequência, o Ruhr, para estender-se por outras regiões alemãs, a Artilharia Antiaérea e os projetores tiveram que ser repartidos por um maior número de objetivos a serem defendidos.

A medida que se tornava maior a área sobrevoada pelos bombardeiros aliados, ia também se tornando necessário estender a atuação da aviação de caça, para o que esta se organizou em três escalões. Primeiro, a citada cadeia costeira. Depois, nas rotas que conduziam à Alemanha, os caças bi-motores aproveitavam sua maior autonomia para atacar repetidamente os aviões inimigos durante seus vôos

de aproximação e de regresso. Em terceiro lugar, próximo dos objetivos, atuavam os caças monomotores, combinando sua intervenção com a da Artilharia Antiaérea. Como era montada esta coordenação? Um dos sistemas empregados era o chamado de "espiral de fogo", idealizado pelo Comandante da Defesa de Hamburgo, sistema que prontamente foi adotado em outras localidades alemãs.

Dos lados e fora da cidade, um anel de Artilharia Antiaérea constituía a base de um cilindro onde somente ela podia atuar. Externamente, a caça tinha por missão encurralar os aviões inimigos até conduzi-los ao interior deste cilindro, onde a Artilharia Antiaérea tomava-os a seu cargo, encurralando-os por sua vez até o centro, onde a densidade de fogo era muito maior.

Semelhante a este era um sistema inglês que começou a ser usado em setembro de 1941. Uma grande zona central, chamada "Killer Zone" (zona matadoura), correspondia também exclusivamente à antiaérea, estando circunscrita por um anel circular formado por uma série de "Fighter Box" (caixas de caça); estas eram retângulos de 70 por 20 quilômetros, com o perímetro definido por linhas de projetores. Cada uma destas caixas correspondia a um caça, que era auxiliado pelos projetores, tanto para iluminar os aviões inimigos, como para servir de referência para indicar ao caça amigo os limites da caixa.

O Plano Diver, de defesa do sudeste da Inglaterra, elaborado para fazer face ao ataque das bombas V-2, originou-se também de uma divisão em zonas. A ordem era a seguinte: primeiro, sobre as águas do Canal atuava a caça; a faixa costeira correspondia à antiaérea; depois vinha uma zona de caça, seguida de uma de antiaérea e de outra posterior para a caça, até chegar ao cinturão antiaéreo de Londres. No total, o Plano Diver contava com 800 canhões pesados,

2.000 leves, 500 projétores e 2.000 balões.

As bombas V-1, os alemães escolheram cuidadosamente suas características para tornar mais difícil de serem derrubadas. Frente à aviação de caça, interessava dar-lhe grande velocidade, que julgaram haver conseguido quando, em vôos de prova, comprovaram que a V-1 corria mais que um "Spitfire V" que haviam capturado intacto. Para diminuir a vulnerabilidade diante da anti-aérea, escolheu-se uma altura de 700 metros, um tanto excessiva para a eficácia das pequenas armas de fogo e demasiado escassa para os projétores e canhões.

Porém, não contaram os alemães que os ingleses tivessem uma magnífica anti-aérea que estava começando a utilizar o radar na direção do tiro dos seus canhões e nos apontadores automáticos dos seus projétores, nem que dispusessem de projéteis foguetes com espoleta V.T.

Além disso, as bombas V-1 encontraram-se com aviões mais velozes como o "Spitfire XIV" e o "Tempest", e inclusive com os modernos aparelhos de reação, como o "Meteor", que então iniciava sua entrada em serviço.

A época das V-1 representou um esplêndido treinamento para a anti-aérea, a tal ponto que os artilheiros ingleses afirmam que aprenderam, então, em algumas semanas, mais do que em vinte anos de paz. E uma das primeiras coisas que aprenderam foi a periculosidade de se misturar tanto a caça com a anti-aérea; por isso bem cedo, em 14 de julho de 1944, decidiram levar toda a anti-aérea para a costa, pois esta era uma linha fácil de ser identificada, sem risco de confusão pelos caças.

DIFICULDADES

Tanto a repartição de zonas como as de alturas são sempre de difícil observância. E foram tais os erros, que por mais de uma vez foram abatidos mais aviões amigos do que inimigos.

O único modo de evitar confusões lamentáveis é buscando-se linhas claramente marcadas, como, por exemplo, a costa, para separar a caça e a anti-aérea. Outro processo era materializar esta separação pelos feixes de projétores, tendo-se, também, adotado o recurso de se empregar emissões radioelétricas que acendiam uma luz vermelha no painel da "cabine" do avião, quando este penetrava em uma zona proibida.

Não se deve deixar de levar em conta a dificuldade de conter a aviação de caça e a anti-aérea dentro dos seus limites, pois, para ambas, tornar-se-á difícil ter que cessar fogo quando estiverem a ponto de concluir a derrubada, deixando de acossar a vítima porque esta haja saído da zona de suas atribuições, ou tenha que contemplar do seu campo de ação o tiro ineficaz da outra Arma, sem poder intervir.

Em suma a coordenação entre a caça e a anti-aérea é um problema delicado. Na frente, com mais razão, dadas as frequentes mudanças de posição. Na retaguarda será mais fácil, se bem que sempre ter-se-á de agir com muito cuidado. Indiscutivelmente, o melhor é chegar-se a uma direção conjunta por meio do rádio, que combinê por sua vez a atuação da caça e da anti-aérea.

CONDUÇÃO DA CAÇA

Na famosa Batalha da Inglaterra, os caças ingleses emitiam um sinal que durava quinze segundos e que se repetia a cada minuto. Isto permitia que, de terra, com a ajuda dos goniômetros, se pudesse seguir sua rota, localizando-os a cada instante numa carta. Por meio da rádio-telefonía, eram transmitidas ordens oportunas até pô-los em contacto com as formações inimigas. Os caças noturnos eram dotados de radar A.I. (Air Interception), com um alcance de detecção de uns 300 metros.

A condução da caça noturna alemã chegou, também, a ser muito eficaz. Quando se tinha conhecimento da aproximação de aviões

inimigos, cada caça noturno se colocava acima de um rádio-baliza, sobre o qual permanecia dando voltas até que, por meio de estações terrestres Freya, lhe era transmitido o rumo e a altura para sair ao encontro do inimigo. Na estação Freya, eram acompanhados numa carta as posições sucessivas da formação inimiga e da caça amiga, a qual se indicavam as variações do rumo que devia adotar sempre que havia alterações no rumo seguido pelo inimigo.

Assim, o caça era conduzido até que o piloto conseguisse ver a fumaça dos tubos de escapamento do adversário ou até que o detectasse, graças ao seu radar Lichtenstein de bordo. Os êxitos obtidos eram devidos tanto à perícia do piloto, como ao servente do Freya, razão por que a metade dos aviões abatidos é atribuída ao primeiro, e a outra metade ao segundo. Este sistema de direção tinha o inconveniente de que cada estação terrestre somente podia dirigir um único caça.

Em geral, estes caças noturnos eram empregados para atacar as formações inimigas em seus vãos de ida ou de regresso, evitando-se conduzi-los próximo das áreas onde houvesse artilharia amiga. Sobre o objetivo, não eram levados os caças, para que ali pudessem atirar livremente a antiaérea que o defendia.

Uma invenção que parece destinada a realizar uma grande revolução é o "Teleran". Consiste num quadro que se leva a bordo do caça, no qual vem desenhado um mapa da zona que se sobrevoa e na qual as emissões rádio-elétricas terrestres acendem dois sinais luminosos indicadores das posições do caça amigo e da formação inimiga.

BALÕES DE BARRAGEM

Em 1940, durante a Batalha da Inglaterra, a Marinha britânica empregou alguns balões carregados de minas, soltando-os sobre o Canal e o Mar do Norte, com a pretensão de abater alguns aviões

alemães que atacavam a Inglaterra. Porém, além das citadas minas serem pouco potentes e eficientes, deram-se vários casos em que as mudanças de vento trouxeram os balões até o território amigo. Por tudo isto, a experiência foi considerada um fracasso e não voltou a repetir-se.

Os balões cativos foram, em compensação, muito empregados durante a 2ª Guerra Mundial, tanto em terra como no mar. No Atlântico, alguns navios mercantes costumavam levar um balão na popa que era içado quando se previa a ameaça de um ataque aéreo. Em terra, junto aos grandes objetivos, era muito frequente o uso de massas de balões, elevados a diversas alturas. Contra eles revelou-se pouco prática a ação de alguns aviões que levavam, da proa até as azas, uns dispositivos de corte.

Os balões de barragem apresentavam o inconveniente de não conhecerem amigos nem inimigos, razão por que nas proximidades das barragens de balões se recorria à colocação de um transmissor especial que avisava a sua presença aos aviões amigos para evitar que eles penetrassem nas barragens.

NÚMERO DE TIROS NECESSÁRIOS PARA ABATER UM AVIÃO

A Artilharia Antiaérea vai ganhando precisão rapidamente. Na 1ª Guerra Mundial eram necessários 5.000 tiros para se obter uma derrubada; em nossa guerra de Libertação apenas 600.

Da 2ª Guerra Mundial recolhemos alguns dados estatísticos. Eles nos indicam, por exemplo, que durante a Batalha da Inglaterra, em 1940, para abater um avião alemão, foram necessários 433 tiros de artilharia pesada ou 187 da leve.

Nas operações da Normândia, durante a segunda metade de 1944, as cifras correspondentes aos diversos calibres são as seguintes: 300 tiros das peças de 90 milímetros; 200, das de 40; 300, das de 37 e 20.000 das metralhadoras de 12,7 milímetros.

Nas últimas etapas da guerra apareceram, como é sabido, as ar-

mas antiaéreas dotadas de dispositivos radiotelegráficos de direção de tiro. Os únicos que chegaram a empregá-los foram os aliados, que contra as bombas V-1 empregaram, com muito êxito, os projéteis-foguete "Tonsil" e "Bonzo", ambos com espoleta de aproximação, comprovando-se que bastavam 40 para assegurar uma derrubada. A paz chegou quando os alemães tinham, em período de provas, curiosíssimos engenhos rádio dirigidos, entre eles o "Schmetterling" (mariposa), com o qual se esperava obter uma derrubada a cada disparo.

PROPORÇÃO DE DERRUBADAS

Vamos apresentar agora alguns dados relativos ao número de baixas causadas pela caça e pela antiaérea.

Na 1ª Guerra Mundial, calcula-se que uns 43 por cento dos aviões se perderam devido a acidentes; uns 38 por cento devido à ação da aviação de caça, e uns 19 por cento, pela antiaérea.

Durante nossa guerra de Libertação, a caça conseguiu cinco vezes mais derrubadas que a antiaérea.

Das estatísticas da 2ª Guerra Mundial pôde extrair-se a conclusão de que, quando os dados se referem à defesa de um determinado objetivo, conseguia mais derrubadas a antiaérea do que a caça, como consequência de que, em geral, na segunda se lhe impedia atuar em benefício da primeira. Assim não se apresentam, por exemplo, os dados das derrubadas obtidas sobre os navios de guerra e sobre as cidades.

Quando as estatísticas se referem às derrubadas obtidas sobre uma localidade de regulares dimensões, são maiores as correspondentes à aviação de caça. O que é explicado pelo fato de que, tratando-se de espaços reduzidos, podia montar-se uma boa e completa defesa à base dos caças, aos quais se dava a prioridade sobre a antiaérea. Assim ocorreu, por exemplo, durante a Ba-

talha da Inglaterra. Dos 2.400 aviões alemães abatidos, corresponderam 2.179 à caça e 221 à antiaérea. Ou seja, dez vezes mais à caça.

Sobre Malta, a proporção foi de 4 para 1. Assim, durante 1942, foram abatidos 955 aviões do Eixo: 773 pela caça e 182 pela Artilharia Antiaérea.

Durante a luta em "Okinawa", a caça abateu 3.062 aviões japoneses e 460 a antiaérea.

Esta regra tem uma exceção nas V-1. A luta contra elas também se travou numa região pequena, a mesma da Batalha da Inglaterra, porém, sem dúvida, a antiaérea conseguiu algumas derrubadas mais do que a caça, o que tem uma plena explicação. Traziam sempre a mesma direção e voavam de um modo muito regular, circunstâncias que simplificavam o problema do tiro antiaéreo. Além do mais, contra estas armas era perigoso disparar de um caça, pois a explosão de sua tonelada de explosivo podia prejudicar o avião caçador. Por tudo isto, a antiaérea obteve 2.950 derrubadas, enquanto a caça apontava 1.975, e 300 os balões.

Se os dados de derrubadas computam os produzidos de modo global sobre toda uma nação ou sobre um Teatro de Operações, observa-se que a caça se mantém também por cima da antiaérea, embora em menor proporção do que quando se tratava de uma localidade. A explicação é também razoável: quanto maior for a extensão a defender, mais difícil será saturar o ar de escalões sucessivos de caça.

No Teatro de Operações da Europa, os alemães perderam 30.000 aviões: 14.000 pela caça, 10.000 pela Artilharia Antiaérea e 6.000 destruídos no solo.

No Pacífico foi maior a superioridade aliada, do que resultou, também, maior a proporção de aviões inimigos destruídos no solo. Em suma, dos 24.000 aviões japoneses destruídos, 12.000 o foram pela caça, 9.000 no solo e 2.000 pela Artilharia Antiaérea.

VISO DO FUTURO

A defesa aérea adquire cada dia maior importância, à medida que vai se tornando maior também os danos que possa causar às incursões da aviação inimiga. Quando esta se aproximar de nós com bombas atômicas, não se resolverá nada abatendo 5 por cento ou 10 por cento dos aviões atacantes, é necessário abater 100 por cento.

Se é crescente a importância da defesa, dentro dela o é o problema

da cooperação entre a caça e a antiaérea, cooperação que parece se tornar mais fácil se levarmos em conta que as duas Armas tendem a confundir-se. O caça-foguete de interceptação de partida quase vertical, os projetis rádio-dirigidos que este dispara, e os projetis anti-aéreos com espoleta V.T. vão se assemelhando cada vez mais. Na direção conjunta de todos eles haverá o momento em que serão aplicados os aperfeiçoamentos progressivos da eletrônica.



SENTINELA TEDESCA!

(Anedotário da F. E. B. — Oferta da Casa Neno)

Uma patrulha, comandada pelos Tens. Rigueira e Carijó, do 1º Btl. (Maj. Uzeda) depois de atravessar na noite gélida a terra de ninguém, chega, sorrateiramente, diante de uma sentinela alemã. Um civil, que, forçado, guiava a patrulha, tomado de "paúra" grita, precipitadamente: "sentinela tedesca"! O boche, rápido, tenta dar o alarme. Momento crítico: PEDRO AMORIM, na ponta, num relance percebe que tudo estará perdido se o tedesco atira, pois seria "o alarme geral", e de um salto abate a sentinela com certo punhalão no peito, não dando tempo a qualquer gesto de defesa. (Bravos, Pedro Amorim). Mas com o ruído, os outros boches acorrem em defesa da sentinela. O SARGENTO SILVA, lépido, alveja com a sua submetralhadora duas vezes e a arma não funciona. Não há tempo a perder. PEDRO AMORIM e SILVA sacam de suas granadas de mão e as atiram, à queima roupa, sobre o grupo: explosões secas, gritos de feridos, confusão! E mais um posto alemão ficava assim fora de ação (quem foi que disse que o boche era melhor que nós?).

Na patrulha ainda se destacaram: Ten. RIGUEIRA, pelas decisões que tomou e preciosas informações que colheu, com o poderoso auxílio do TEN. CARIJÓ. Conseguiram ainda retrain a patrulha, depois de quase cercados, sob intenso fogo inimigo, tendo antes balizado toda a sua LINHA DE RESISTÊNCIA, mal conhecida neste lugar.

Tivemos dois dos nossos, feridos: o audacioso PEDRO AMORIM e BENEDITO RAMOS: o Cabo ZANETA e o soldado FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS, conseguiram transportá-los, assim mesmo, enquanto o cabo MANOEL ALVES DE OLIVEIRA garantia o retraimento da patrulha até o seu último homem.

É assim que patrulham os brasileiros no Front da Itália! Mas é assim, também o sobretudo, que combate uma PATRULHA DO SAMPÁIO!

Um hurrah a esses bravos!



DO MILITAR PARA O MILITAR AVISO AOS COMPANHEIROS A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, TELEVISÃO, GELADEIRAS, MÁQUINAS DE COSTURA, MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS, ENCERADEIRAS, ASPIRADORES DE PÓ e demais utilidades para seu lar — TUDO EM 10 ou 15 PAGAMENTOS, BASTANDO A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE — Entrega imediata.

ENDEREÇOS:

RUA 7 DE SETEMBRO, 145 — TELS.: 43-9134 E 43-2215
RUA DO NÚNCIO, 7 E 16 (Atual República do Líbano)
RUA BUENOS AIRES, 151

ENSINO EM SÉRIE OU ENSINO EM PARALELO ? ... EIS UM PROBLEMA NOVO PARA A A.M.A.N.

Cap. R. J. PORTUGAL



ENHO de ser auxiliar de instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras durante dois anos e a mais forte impressão que trago em meu

espírito é quanto à falta de interesse que o cadete tem pela aprendizagem, na sua mais completa significação.

Sendo esse um fato inegável, procurei expor aqui, apenas, as idéias que formei sobre as causas do que considero o maior entrave à eficiência do ensino na Academia.

Primeiramente, tenho que dizer que a máquina do ensino na A.M.A.N. é complicada. Com o correr dos anos, à medida que a guerra vai sendo feita de maneira mais complexa, as Escolas que ensinam a fazê-la tendem a se complicar também, ou acrescentando matérias novas aos seus cursos, ou ampliando os seus programas. E, como esse crescimento é espontâneo e natural, fruto exclusivamente de uma característica da época, o fenômeno se processa como uma cidade que se desenvolve sem plano de urbanização: agora, para se abrir uma avenida, será preciso demolir muitos edifícios novos.

A complexidade do ensino na Academia consiste no excessivo entrosamento de tudo e de todas as partes. Tudo é ministrado simultaneamente. Tudo se entrosa de tal maneira que qualquer modificação acarreta grande agitação em toda a "colméia".

É o ensino em paralelo: o aluno recebe aulas, paralelamente, de di-

versos assuntos, numa mesma semana.

Na semana de 15 a 21 de setembro de 1952, os cadetes de minha arma tiveram os seguintes assuntos, na ordem: Ed. Fis. — Circ. Aut. História Militar — Balística — Técnica Automóvel — Administração e Legislação Militar — Ordem Unida e Maneabilidade — Metodologia — Tiro de Metralhadoras — Guerra Química — Adm. e Leg. Mil. — Comunicações — Equitação — Tática — História Militar — Ed. Física — Informações — Equitação — Tática — Balística — Combate — Metodologia — Equitação ... 15 assuntos diferentes!

Fácilmente se concluirá, então, que não houve continuidade — para o aluno — em nenhum desses assuntos ministrados. O ensino em paralelo é eminentemente cômodo para os que ensinam. Em 1952, eu só me encontrava com os meus instrutores nas terças e sextas-feiras. Nada poderia haver de mais confortável para mim, porquanto tinha o resto da semana para preparar as instruções. No entanto, os cadetes não se lembravam, na sexta-feira, do que eu havia ensinado na terça, porque, nos outros dias, muitos outros assuntos tomavam-lhes o tempo e dissociavam-lhes a atenção.

É opinião unânime dos que servem em Resende, que os cadetes, no começo do ano letivo, são sempre interessados e estudiosos e, no fim, indiferentes e desatentos.

Contou-me um oficial que o que mais o impressionara, quando ingressou na antiga Escola do Rea-

lengo, era "o quanto se estudava e o quanto se era reprovado". No começo de cada ano, os cadetes constituem o conjunto de estudantes mais diligente do mundo! Entretanto, no final, que diferença! Não há professor ou instrutor que se não queixe de falta de interesse pela sua matéria.

— Por que o cadete se modifica do começo para o fim de cada ano? No primeiro mês, queria *aprender* todas as matérias. Agora só quer saber de "tirar grau".

— Que é aprender?

— Aprender compreende três fases:

1º) tomar conhecimento do assunto;

2º) compreendê-lo;

3º) fixá-lo definitivamente na memória, ou transformá-lo em reflexos, ou ainda modificar os hábitos de vida em consequência dele.

Havendo grande variedade de assuntos numa mesma semana, assuntos esses nem ao menos correlatos, não pode o aluno realizar a concentração espiritual necessária para atingir aquela terceira fase de aprendizagem, em tudo o que lhe foi apresentado. No início, desconhecendo o tipo de luta que terá que enfrentar, tenta acompanhar o "combate em toda frente". Enquanto *compreende*, não desanima.

No sistema em paralelo, o aluno, um iniciante, joga uma "simultânea" de complicado xadrez contra porção de campeões. Não é possível vencer, a não ser que se considere a *aprovação sem aprendizagem* como vitória.

Para mim, a solução desse problema está em se simplificar o ensino para o aluno, ministrando um assunto, ou grupo de assuntos correlatos de cada vez. Primeiramente, no conjunto do ensino, os três ramos — Fundamental, Profissional e Militar, — que atualmente são ministrados simultaneamente, deveriam ser colocados em série.

O Ensino Fundamental, que consta de seis matérias, poderia ser

dado em doze meses, dois para cada matéria. O atual programa de Física, por exemplo, para ser cumprido em dois meses, bastaria que se ministrasse duas aulas por dia, sobrando o resto do tempo para estudo, laboratório, filmes e Educação Física. Creio que, assim, poderia o cadete se concentrar intelectual e espiritualmente na matéria do bimestre e, então, atingir as três fases da aprendizagem.

No final do bimestre, far-se-ia o exame da matéria ministrada, à qual não se voltaria mais.

Não pretendo, aqui, abordar os detalhes de execução, pois o problema, posso afirmar, não é intransponível. Desejo apenas que fique lançada a idéia, em tese, para ser discutida por aqueles que se interessem pela maior eficiência do principal estabelecimento de ensino do Exército.

Muitas pessoas, a quem tenho exposto estas idéias, acham que seria monótono se estudar uma matéria de cada vez. A essas pessoas eu convido para, no segundo terço do ano letivo, assistirem à maneira como os cadetes se comportam, nos intervalos das aulas e nos momentos vagos em geral. Raros são aqueles que conversam sobre assuntos relacionados com as matérias do curso.

Cada matéria nova que surge exige, do aluno, um esforço para começar a se integrar na sua linguagem específica e os cadetes se cansam da repetição desse esforço, de cinquenta em cinquenta minutos.

Contra o argumento da monotonia, quero lembrar que os sábios se dedicam a um assunto só, às vezes a vida inteira e, até hoje, não vi um oficial de estado-maior se queixar de ter sido monótono estudar tática durante três anos. Pelo contrário, observa-se, em todos eles, grande entusiasmo pelo tempo em que se absorveram inteiramente naquele estudo.

Ademais, o ensino em série é empregado, com grande êxito, na maioria dos estabelecimentos de ensino dos Estados Unidos e Ingla-

terra. No Brasil, o Seminário Jesuíta de Friburgo o adota inteiramente. Há um período só para as línguas mortas, outro para química, outro para física, etc.

A primeira vez que senti verdadeiro prazer, no estudo, foi quando, em 1949, cursei a Escola de Transmissões, pois pude me dedicar inteiramente, durante 5 meses, à electricidade e assuntos correlatos. Lá, até mesmo o emprêgo tático das transmissões tinha um sabor eléctrico e, ao contrário de me sentir saturado, experimentei grande prazer em me absorver aprendendo. E mais ainda, a mesma Física que me foi intolerável, quando cadete, proporcionou-me momentos de grande

entusiasmo e orgulho pela sua aprendizagem.

Finalmente, quero chamar a atenção para o fato de os aspirantes saírem sem o amor à Academia que era de se esperar. Alguns chegam a dizer que nunca mais querem voltar a Resende! Creio que isso se deve ao fato de o ensino em paralelo privar o aluno da justa satisfação de aprender em proporção com o seu esforço. Quando começa a interessar-se por dado assunto, é forçado a mudar a sua atenção para outro inteiramente diverso: da História Militar, para a Ballística; da Mecânica, para a Equitação; da Química, para o Combate... e assim por diante.

Relação dos Associados para os quais os Associados poderão dar Procuração para representá-los na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em fevereiro de 1953:

General Heitor Augusto Borges
 General Renato Batista Nunes
 General Benjamin Rodrigues Galhardo
 General Jair Dantas Ribeiro
 General Francisco Gil Castelo Branco
 General Tristão de Alencar Araripe
 General Antenor de Alencar Lima
 General José de Lima Figueiredo
 General Inimá Siqueira
 Coronel João Batista Magalhães
 Coronel João Batista de Mattos
 Coronel Djalma Dias Ribeiro
 Coronel Armando Baptista Gonçalves
 Coronel Augusto da Cunha Magessi Pereira
 Coronel Armando Villanova Pereira Vasconcelos
 Coronel Alberto Ribeiro Paz
 Coronel Nizo de Viana Montezuma
 Coronel José Horacio da Cunha Garcia
 Coronel Enio da Cunha Garcia
 Tenente-Coronel Geraldo Menezes Côrtes
 Tenente-Coronel Everaldo Acastes da Fonseca
 Tenente-Coronel Umberto Peregrino S. Fagundes
 Tenente-Coronel Nelson Rodrigues de Carvalho
 Tenente-Coronel Adailton Sampaio Pirassununga
 Tenente-Coronel Belarmino Neves Galvão
 Tenente-Coronel Floriano Möller
 Tenente-Coronel Jair Jordão Ramos
 Tenente-Coronel João Baptista Peixoto
 Major João Capistrano Martins Ribeiro
 Capitão Lauro Paraense de Faria

OS AVIÕES DA ARTILHARIA

Cap. SALLI SZAJNFERBER



RCÉM diplomados pela E.A.O. (turma de 1952), nela pudemos observar que, de modo geral, os nossos companheiros dos Serviços, e mesmo os das Armas, desconheciam haver, hoje em dia, na dotação orgânica dos grupos de Artilharia dois aviões, chamados de ligação e observação.

Considerando esta lacuna é que nos propusemos a, de modo sucinto, fazer desfilar aqui alguns dos mais importantes emprêgos que têm os citados aviões.

Cada grupo de Artilharia possui dois aviões, havendo igual número de primeiros-tenentes, no estado-maior, com a função de pilotos-observadores, e mais pequena turma de manutenção (2º e 3º sargentos mecânicos de avião).

Como se vê pela própria designação da função, a previsão é de que os próprios tenentes sejam os pilotos; isto porém não vem acontecendo, pelo menos no Grupo de Obuses 105 do R.E.A., pois seus aviões têm sido pilotados por oficiais da F.A.B.

Como características dos aviões atualmente por nós utilizados, podemos indicar que são tipo "tecto" com capacidade para duas pessoas; que podem permanecer no ar por mais de três horas; que são mui econômicos e que é de 105 kph a sua velocidade de cruzeiro. Faixa de aterragem de 300 metros, em média, é o suficiente para eles, podendo, pois, decolar e aterrar em qualquer estrada média; sua ligação normal com a terra é por meio do rádio (RAD-103).

Estas características permitem ao comandante de grupo, ou ao de grupamento tático ou de grande unidade que o enquadre, larga série de serviços, dentre os quais vamos salientar:

- suplementar a observação terrestre, não apenas confirmando suspeitas como também vigiando pontos não observados do solo, o que só acontece nos terrenos mui dobrados; não será então útil nas regiões planas, nas estepes, nos desertos? selo-á sem dúvida, dada a ineficiência da observação terrestre — constituirá o meio normal de vigilância e busca, como já ficou provado nas campanhas do deserto africano, durante a última guerra;

- localizar objetivos que se abriguem nas contra-encostas e terrenos desenhados, como sejam: baterias inimigas, zonas de reunião, etc.;

- regular o tiro de artilharia; quanto a isto, mais adiante, teceremos pormenorizadas considerações com o intuito de mostrar aos tenentes de Artilharia como é, além de atraente, muito simples esta operação;

- reconhecer zonas de desdobramento e itinerários de marcha, principalmente nos casos de exatidão de tempo;

- controlar colunas em marcha;
- patrulhar, analisando e informando à Unidade, tudo que possa influir na sua segurança, quer de estacionamento, de marcha ou de combate;

- informar sobre tropas amigas e inimigas próximas da frente;
- verificar o disfarce da própria Unidade, o que atualmente é

de capital importância; nesta atividade, ou o próprio comandante de bordo do avião verifica a camuflagem ou, ordenando que o piloto fotografe as regiões ocupadas, examina ulteriormente estas fotografias; sob este aspecto, o nosso aviãozinho coopera com a Engenharia;

— indicar objetivos para a Força Aérea Tática de apoio, conduzindo sobre os mesmos os tiros fumígenos de artilharia.

Como fôra acima indicado, abordemos agora o problema da regulação do tiro por meio da observação aérea, assunto que diz mais respeito aos artilheiros.

REGULAÇÃO DO TIRO

O nosso avião, a par das vantagens de pequena velocidade e alta capacidade manobreira, que lhe conferem certa proteção quanto à caça inimiga, apresenta grande vulnerabilidade à Artilharia Anti-aérea, o que limita, em profundidade, a sua zona de observação.

De fato, nos casos em que é cerrada a defesa anti-aérea inimiga, o S2 dá ao piloto-observador a linha do terreno que não deverá ser ultrapassada (em geral a linha de contacto ou uma outra já no interior das nossas posições). Destarte, para observar e conduzir o tiro sobre objetivos mais distantes e que sejam compensadores para a Artilharia Pesada, é necessário o auxílio de aviões da Força Aérea Tática que age em proveito da GU.

Tratemos apenas do caso relativo aos aviões orgânicos, pois o outro já foge da alçada do Cmt. do Grupo indo para o escalão AD ou AC Ex.

Antes de decolar, deve o piloto-observador receber do S3 a altura mínima de voo (é função da flecha máxima esperada), pois é também ela uma das suas medidas de segurança; receberá ainda, além de outras indicações, a localização das linhas de fogo e a do posto de painéis.

São missões normais do piloto-observador, neste particular:

- regulações e destruições;
- tiros sobre zona;
- regulações por centro de impacto.

No cumprimento de qualquer delas o piloto deve orientar-se no terreno, identificar bem a sua zona de ação, a linha de contacto e a que não deve ultrapassar, mais as próprias linhas de fogo, o ponto de vigilância, os alvos auxiliares, as concentrações previstas na central de tiro, dispondo, para isto, de cartas, fotocartas ou fotografias. Feito isso e bem apreendendo o seu objetivo, vai iniciar o trabalho.

A indicação dos objetivos à CT é feita na mensagem inicial por um dos meios abaixo:

- usando coordenadas métricas ou hectométricas, se possível;
- fazendo o transporte em relação a um ponto de referência existente na prancheta de tiro da CT (PV, AA, concentrações);
- pedindo para assinalar o centro da zona de ação, recaindo, a seguir, no caso anterior.

Na mensagem, é óbvio dizer, o lançamento para o objetivo não é enviado; dificilmente nela aparece a diferença de altitude, pela dificuldade que tem o observador em percebê-la.

A conduta da regulação ou ajustagem é semelhante à da observação terrestre, com as seguintes diferenças:

- não há o uso de binóculos ou lunetas, sendo os lances estimados no terreno;

— os transportes de tiro, nas mensagens iniciais são feitas em relação à linha peça-ponto de referência;

— as correções e desvios são feitos segundo a linha peça-objetivo;

— o piloto observador comporta-se sempre como no caso da observação axial terrestre.

De acordo com esta particularidade, ideal seria que a observação dos impactos fosse feita quando o avião estivesse deslocando-se na linha peça-objetivo; tal proceder

revelaria porém a posição da bateria e, por isto, o processo normal de vôo é o transversal à direção de tiro, descrevendo elipses achatadas ou figuras com a forma do algarismo oito (fig. 1).

É norma padrão de ação ser o primeiro tiro ou rajada só desencadeado a comando do piloto, e os demais quando prontos.

Caído o primeiro tiro ou rajada no terreno, o observador comandará apenas alongar (ou encurtar) de 400 metros, para ter a idéia, na região, o que representa aquela distância.

Esta referência irá sendo melhorada à proporção que a missão prosseguir. Começa, então, a fazer lances, procurando, como no caso terrestre, o enquadramento do objetivo, para entrar na fase da melhora ou eficácia; entretanto, se o observador está próximo do objetivo, com bom comandante e se

tem prática da função, poderá bem avaliar os desvios em direção e alcance, conseguindo atingir o objetivo mesmo sem enquadrá-lo.

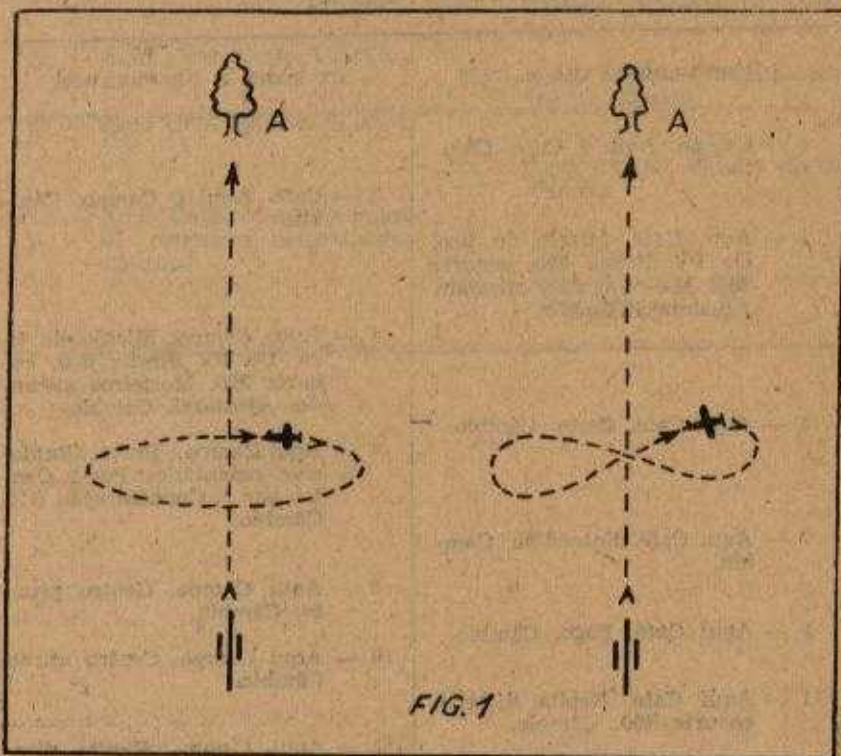
Formenorizando a conduta do observador:

1) na regulação, ele assegura, de início, a direção corretamente; a seguir, procura um enquadramento de 100 m no alcance (ou um tiro no objetivo); conseguido o exposto, é iniciada a melhora, na qual os desvios da direção são enviados em metros à CT, e tirados em relação à linha peça-objetivo, enquanto que os desvios em alcance são apenas ditos longos ou curtos.

Exemplos:

- 1) 10 esquerda, curto;
- 2) boa direção, longo.

Não obstante sua dificuldade em avaliar, no tiro de tempo, a al-



tura de arrebrandamento, o piloto-observador distingue bem o dito tiro do de percussão, o que vai tornar possível à CT determinar a altura nula de arrebrandamento, ou seja, o observador aéreo faz ainda a regulação em tempo.

II) na ajustagem, obtendo direção, alcance e distribuição ajustados, ou tendo certeza de que partindo o enquadramento em alcance atingirá o alvo em boas condições, o observador do ar pedirá eficácia. Como ilustração, apresentamos, anexo, exemplo completo de tiro sobre zona.

A regulação pelo centro de impacto é arrolada também como uma das missões normais; como sabemos, consiste na locação do ponto médio de série de seis tiros, não apresentado a menor dificuldade para o observador aéreo.

Ao encerrar esta fugaz notícia, não podemos deixar de referir-nos à gloriosa Esquadrilha de Obser-

vação e Ligação da Artilharia da FEB, a qual, com sua fôlha de patrióticos e eficientes serviços de guerra, é a prova mais eloquente e viva de como esses aviões podem elevar mais ainda o tradicional padrão de alta eficiência de um Grupo de Artilharia do Exército Brasileiro!

ANEXO

Situação:

Um piloto-observador de bordo de seu avião vê o terreno conforme distinguimos a figura 2; ele identificou PV e descobriu no ponto A morteiros. Ajustando com o centro (2 peças) obteve os impactos 1, 2, 3 e 4; após obteve a eficácia sobre A.

A seguir apresentamos as mensagens via rádio trocadas entre o piloto-observador (seja Café seu indicativo) e a CT (indicativo: Campo).

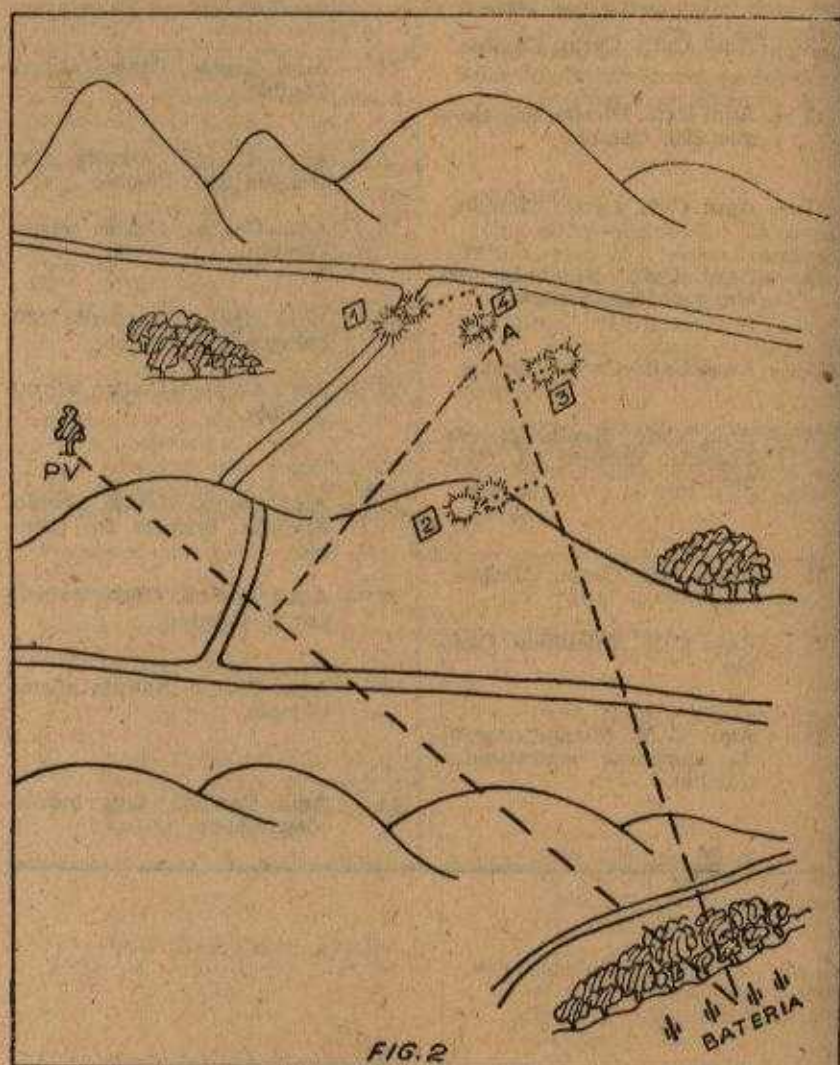
OBSERVADOR PARA A CT

- 1 — Campo. Aqui é Café. Câmbio.
- 3 — Aqui Café. Missão de tiro. Do PV direita 600, encurte 300. Morteiros atirando. Ajustarei. Câmbio.
- 5 — Aqui Café. Certo. Câmbio.
- 7 — Aqui Café. Entendido. Câmbio.
- 9 — Aqui Café. Fogo. Câmbio.
- 11 — Aqui Café. Repita direção, encurte 400. Câmbio.

CT PARA O OBSERVADOR

- 2 — Café. Aqui é Campo. Câmbio.
- 4 — Aqui Campo. Missão de tiro. Do PV direita 600, encurte 300. Morteiros atirando. Ajustarei. Câmbio.
- 6 — Aqui Campo. Preta. Explosiva instantânea. Por 2. Centro por 1. Concentração B10. Câmbio.
- 8 — Aqui Campo. Centro pronto. Câmbio.
- 10 — Aqui Campo. Centro atirou. Câmbio.
- 12 — Aqui Campo. Repita direção, encurte 400. Câmbio.

OBSERVADOR PARA A CT	CT PARA O OBSERVADOR
13 — Aqui Café. Certo. Câmbio.	14 — Aqui Campo. Centro atirou. Câmbio.
15 — Aqui Café. Direita 200, alongue 200. Câmbio.	16 — Aqui Campo. Direita 200, alongue 200. Câmbio.
17 — Aqui Café. Certo. Câmbio.	18 — Aqui Campo. Centro atirou. Câmbio.
19 — Aqui Café. Esquerda 100, alongue 100. Câmbio.	20 — Aqui Campo. Esquerda 100, alongue 100. Câmbio.
21 — Aqui Café. Certo. Câmbio.	22 — Aqui Campo. Centro atirou. Câmbio.
23 — Aqui Café. Repita direção. Eficácia. Encurte 50. Câmbio.	24 — Aqui Campo. Repita direção. Eficácia. Encurte 50. Câmbio.
25 — Aqui Café. Certo. Câmbio.	26 — Aqui Campo. Toda bateria por 2. Câmbio.
27 — Aqui Café. Entendido. Câmbio.	28 — Aqui Campo. Bateria atirou. Câmbio.
29 — Aqui Café. Missão cumprida, morteiros neutralizados. Câmbio.	30 — Aqui Campo. Siga instruções. Apago.



INSTRUÇÕES PARA OS SELECIONADORES

GENERALIDADES SOBRE A SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E INCORPORAÇÃO DOS CONSCRITOS DA 4ª REGIÃO MILITAR

1º Tenente GUSTAVO LISBOA BRAGA

SUMÁRIO

- I — Introdução
- II — A seleção na 4ª R.M.
- III — Estudo dos meios
- IV — Conclusão

ABREVIATURAS EMPREGADAS NESTE TRABALHO

- P.R. — Ponto de Reunião
- P.C. — Ponto de Concentração
- E.T. — Escalão Territorial
- C.R. — Circunscrição de Recrutamento
- J.M.S. — Junta Militar de Saúde
- J.A.M. — Junta de Alistamento Militar
- D.R. — Delegacia de Recrutamento
- J.D. — Junta de Distribuição
- S.S.R. — Serviço de Saúde Regional

BIBLIOGRAFIA

O presente trabalho foi calcado, principalmente, nos moldes preconizados pela D.A., divulgados através dos trabalhos:

- A seleção científica no Exército (Gen. Adriano Saldanha Mazza);
- Serviço de Seleção (Organizado na D.A.).

Ainda nos estribamos nas seguintes fontes:

- MR 1-7 Reception of Selective Service Men.;
- Special Serial Number;
- Instruções de outras regiões militares.

I

INTRODUÇÃO



SELEÇÃO humana, desde os tempos mais remotos, se fez sentir como uma necessidade dos grupos na luta contra a natureza pela sobrevivência e já Hipócrates, séculos antes de Cristo, propunha conceitos a respeito.

Uma simples inspeção visual, os esportes, o êxito nas empreitadas por si só classificavam os indivíduos nas épocas imemoriais, quando na falta de instrumentos aperfeiçoados, a robustez e a destreza elevavam os seus possuidores às melhores categorias.

Eram estes fortes e audazes, os guerreiros por excelência. O homem vivia para a luta e era escolhido para a guerra por sistemas empíricos, mas já havia uma seleção. Era ou não um forte, servia ou não.

A evolução natural, imposta pelo decorrer do tempo, modificou, aperfeiçoou, sistematizou a classificação, que o evento da medicina permitiu propor sob os mais variados prismas, com a finalidade única de atingir a perfeição e segurança do resultado; e a guerra da atualidade exige do combatente uma preparação militar tão sólida quanto inteligente e os Exércitos modernos têm que ser formados por equipes de homens, a que são afetos tarefas precípua e bem definidas e algumas delas, por vezes, obrigando conhecimentos e habilidades especiais.

Sabemos, ainda, que os homens selecionados para servirem no nosso Exército formam um grupo heterogêneo onde notamos principalmente uma divergência de instrução, ocupação, resistência, conformação física, sensibilidade emocional, aptidões, interesses, ...

Destarte, o recrutamento, a incorporação, a seleção, a classificação, a instrução e a verificação da instrução precisam ser guiados por processos científicos para que possamos obter o máximo de rendimento com o mínimo de desperdício, ou seja, para que possamos obter eficiência.

Procurando dar conhecimento, visando a solução científica e o aperfeiçoamento, de alguns problemas acima mencionados, é que vamos passar em rápida revista o processo de seleção usado pelo Exército Americano, para, em seguida, estudarmos detalhadamente o mecanismo de seleção do soldado da 4ª Região Militar e dos meios que aqui dispomos. Se nos detivermos em maiores detalhes, na parte da seleção do Exército Americano, estudando mais minuciosamente o "perfil físico serial", é por julgarmos essa parte de grande interesse para nós e vermos a possibilidade de se adotar, em futuro próximo, na nossa Região, um sistema de seleção física semelhante, com bons resultados.

No Exército Americano, os homens são submetidos a:

- 1 — Diagrama ou perfil físico (e testes de aptidão física);
- 2 — Testes (S) Geral (AIS);
- 3 — Aptidões (testes e entrevistas);
- 4 — Interesse (testes e entrevistas).

A classificação de praças de acordo com o diagrama ou perfil físico, é uma tentativa inteligente para utilizar qualidades adquiridas eficazmente. No entanto, a experiência mostra que, para ser mais útil ao Exército, a inteligência e a habilidade de um indivíduo deve ser secundada e sustentada pelo vigor físico.

A secção de pessoal necessita um código simples para indicar a aptidão física, a fim de designar os homens de acordo com essas qualificações.

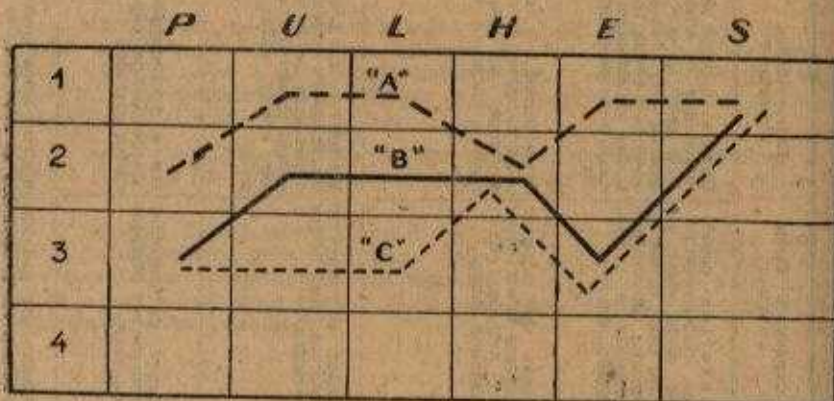
O objetivo de um perfil físico é dar uma avaliação descritiva funcional da capacidade geral e aptidão física do soldado, a qual, com as suas outras qualificações, será um meio de poder encaminhá-lo eficazmente a uma função onde tanto será de mais proveitoso ao Exército como também sentir-se-á melhor.

Perfil Serial	P (physical)	U (upper)	L (low)	H (hear)	E (eye)	S (soul) (a)
	Capacidade Física ou Vigor	Extremidades Superiores	Extremidades Inferiores	Ouvído	Vista	Neuropsiquiátrico (b)
Fatores a considerar.	Defeitos orgânicos, idade, constituição, força, vigor, altura, peso, agilidade, energia, coordenação muscular e fatores semelhantes.	Força, alcance de movimento e eficiência geral da parte superior do braço, ombros e costas, inclusive vértebras cervicais torácica e lombar.	Força, alcance de movimento e eficiência geral dos pés, das pernas e costas inferiores e bacia.	Acuidade de audição e defeitos orgânicos dos ouvidos.	Acuidade visual e defeitos orgânicos dos olhos e das pálpebras.	Estabilidade emocional, personalidade e história neuropsiquiátrica (c).
1	Capaz de suportar esforços máximos por períodos extremamente longos.	Ossos, juntas e músculos normais. Deve ser capaz de lutar corpo a corpo.	Ossos, músculos normais. Deve ser capaz de fazer longas marchas e ficar de pé por longos períodos. Nenhum defeito que inabilite para correr e trepar ou cavar.	Audição 15/15 num ouvido e 8/15 ou melhor no outro.	Satisfazer o padrão para o serviço geral de MR 1-9.	Emocionalmente estável e manifestações leves e transitórias psiconeuróticas comitido com a partida para além mar (d).
2	Capaz de suportar esforços por longos períodos.	Movimento um pouco limitado das juntas, fraqueza muscular ou outros defeitos musculares que não impedem lutar corpo a corpo, marchar, trepar, correr, cavar, ou esforços prolongados.	8/15 bilateral ou 15/15 num ouvido e menos que 8/15 no outro.	Não há grau intermediário. Use o perfil 1, acima.	Não há grau intermediário. Use o perfil 1, acima (e).	
3	Capaz de suportar esforços por períodos moderados.	Defeitos prejudicando moderadamente funções ainda capazes de esforços por curtos períodos.	Não há grau intermediário. Use o perfil 2, acima.	Abaixo de 1, porém, satisfazer o padrão mínimo para convocação do MR 1-8.	Psiconeuroses leves além da do perfil 1, acima, ou psiconeuroses transitórias de grau moderado (f).	
4	Abaixo dos padrões mínimos para convocação. Desqualificação exacto para os homens que foram treinados e desempenham adequadamente as suas funções (g).					

"O perfil físico serial" baseia-se no funcionamento dos vários órgãos, sistemas e partes integrais do corpo humano. Como a análise do estado físico e mental do indivíduo tem papel importante na sua subsequente designação e bem-estar, deve-se ter grande cuidado no seu enquadramento funcional, como também são essenciais a clareza e prescrição das suas condições físicas e mentais. Como última conclusão, no Exército Americano, as funções humanas foram consideradas em seis categorias. Para facilidade do funcionamento e aplicação do sistema, essas categorias foram designadas como P-U-L-H-E-S (letras iniciais dos nomes ingleses. Ver quadro anterior). Os fatores a serem considerados, as partes afetadas e as funções do corpo envolvidas em cada uma dessas categorias são as seguintes: (Ver linhas b) e c), do quadro anterior). Em cada uma das seis categorias, há quatro graus (Ver linhas d) a g), do quadro anterior). Para facilitar a aplicação e assegurar a uniformidade do registro, os dois primeiros graus são considerados representar um alto nível de aptidão física. Para esse fim, os dois primeiros graus podem ser considerados representar a categoria geral do serviço militar. O terceiro grau representa geralmente indivíduos com defeitos físicos ou enfraquecimento funcional que não permite sejam classificados no serviço militar geral, mas considerados aceitáveis sob os padrões de convocação para o serviço limitado. O quarto grau representa defeitos, que colocam abaixo dos padrões físicos mínimos para a convocação.

Dê-se modo, o quadro anterior oferece um esquema para avaliar o físico dum homem, o seu vigor, seus braços, suas pernas, seus ouvidos, suas vistas e a sua estabilidade emocional, classificando-o em perfis A, B e C. Para ser enquadrado no perfil A, ele tem de ser pelo menos grau 2 em vigor geral e ouvido e grau 1 nos quatro outros itens. Para ser perfil B, deve estar abaixo do perfil A e ter, pelo menos, grau 3 em vigor e vista e o grau 2 no resto, exceto em estabilidade emocional, a qual tem de ser grau 1. Para ser perfil C, ele tem de estar abaixo de B, mas deve ter pelo menos grau 2 em ouvido, grau 1 em estabilidade emocional e grau 3 no restante.

O gráfico que se segue, representa graficamente os perfis A, B e C. Os equivalentes numéricos ou seriais seriam 211211, 322231 e 333231.



É visível ser o perfil "A" o do "Super-homem" ou tipo "Comando", capaz do máximo de esforço por longos períodos. O perfil B é do homem médio ou um pouco acima, são de mente e extremidades, capaz de esforços por longos períodos. O homem de perfil C tem uma ou mais deficiências físicas, que o não desqualificam para certas funções do serviço

militar. Abaixo do perfil C está o homem que não seria convocado, mas se ele cai abaixo de C, enquanto no serviço, pode ser retido se estiver treinado e desempenhando bem as suas funções. Empregam-se iniciais junto à serial dos perfis para indicar informações especiais; assim quer dizer que o indivíduo tem servido além-mar, R que ele tem defeitos remediáveis e D que está impossibilitado permanentemente de servir além-mar.

Tal classificação, é óbvio, requer cuidadoso exame por médicos experimentados. No melhor dos casos, o perfil inicial é apenas uma avaliação geral da condição física. A verdadeira prova é a capacidade de ação atual. O perfil de um homem deve ser mudado conforme sua condição física melhore ou piore. O perfilamento físico é inicialmente feito e registrado no Centro de Recepção, verificado ou corrigido ao fim ou quase do treino básico e é pôsto em dia ao sair o homem de qualquer hospitalização que ocorra durante o seu tempo de serviço. O perfil inicial pode ser verificado pela observação do desempenho dado às funções atuais e adicional inspeção médica. O sistema oferece um método simples e rápido de designar grande número de homens para as funções militares, nas quais as suas condições físicas e vigor geral lhes permitirão ser mais eficazes. Assim, para ser um infante em combate, o homem deve ter o perfil A; para uma tarefa dos serviços na zona da retaguarda, ele pode ter o perfil C.

Como o perfil físico é utilizado na designação dos homens para várias funções de acordo com sua capacidade física (Ver figura 1).

Para se tirar o maior proveito possível das nossas limitadas reservas de material humano, o perfil A só deve ser empregado nas funções de tal modo árduas que o B não servirá. Em geral, os perfis A têm a tendência de ir para as zonas de combate; mas um certo número deles será necessário para as tarefas mais difíceis das linhas de abastecimento.

O sistema de perfilamento físico é suscetível de adaptação e aperfeiçoamento para atender pedidos militares urgentes de grupos especiais de homens com graus determinados de capacidade física. Dentro de tais grupos, selecionados tendo em vista as condições de guerra, o sistema de classificação continua a assegurar a coleta e o registro de informações a respeito de cada indivíduo. Cada um destes fatores auxilia o comandante na tarefa de utilizar eficazmente os homens a ele distribuídos. Certo da capacidade dos homens para um esforço contínuo por longos períodos e ainda de posse das informações concernentes às aptidões, educação e à referência civil e militar, o comandante está apto para agir. Dessa maneira, força e cérebro estão aparelhados para trabalhar eficazmente em conjunto.

Terminado o estudo do diagrama físico, vejamos como os americanos procedem na pesquisa das aptidões e interesses.

Na parte de aptidões, o Exército americano conta com dez (10) "áreas de aptidões", numeradas em algarismos romanos de I até X e compreendendo cada área uma série de aptidões correlatas. Por intermédio de testes e entrevistas, determinamos um grau para cada área de aptidão.

O mesmo acontece com o interesse, onde existe nove (9) "campos de interesses" grupando interesses correlatos, sendo cada campo designado pela letra do alfabeto A, B, C, ... até I. Por intermédio de testes e entrevistas determinamos uma menção para cada campo de interesse. A menção nos diz que para o campo de interesse A, o homem apresentou uma menção "elevada", o que quer dizer ter ele elevado interesse para os tra-

COMO O PERFIL FÍSICO É UTILIZADO NA DESIGNAÇÃO DOS HOMENS, PARA AS VÁRIAS FUNÇÕES DE ACÓRDO COM SUA CAPACIDADE FÍSICA.

PERFIL SERVIDO E A DESIGNAÇÃO MILITAR APROPRIADA	CAPACIDADE FÍSICA OU:	EXTREMIDADES SUPERIORES (OSSOS, JUNTAS E MÚSCULOS)	EXTREMIDADES INFERIORES (OSSOS, JUNTAS E MÚSCULOS)	AUDICÃO (AGÜDEZA AUDITIVA, DEFECITOS ORGÂNICOS)	VISÃO-OLHOS (ACUIDADE VISUAL, DEFECITOS ORGÂNICOS)	NEURO-PSIQUIATRIA (ESTABILIDADE EMOCIONAL, PERSONALIDADE, RESISTÊNCIA À PRESSÃO)
211211 COMBATE (OU QUALQUER TRABALHO EXTREMAMENTE CANSATIVO) 	1	X	X	X	X	X
	2					
	3					
	4					
322251 FUNÇÕES PRÓXIMAS DA L.F. 	1	X	X	X	X	X
	2					
	3					
	4					
333251 LINHAS DE COMUNICAÇÕES 	1	X	X	X	X	X
	2					
	3					
	4					

balhos do grupo A. Assim, a ficha de um soldado americano, se apresenta com os seguintes dados:

Soldado: Silva (João).

Campo de interesse:

- A (Elevado).
- B (Médio).
- C (Neutro).
- D (Neutro).
- E (Médio).
- F (Médio).
- G (Negativo).
- H (Neutro).
- I (Elevado).

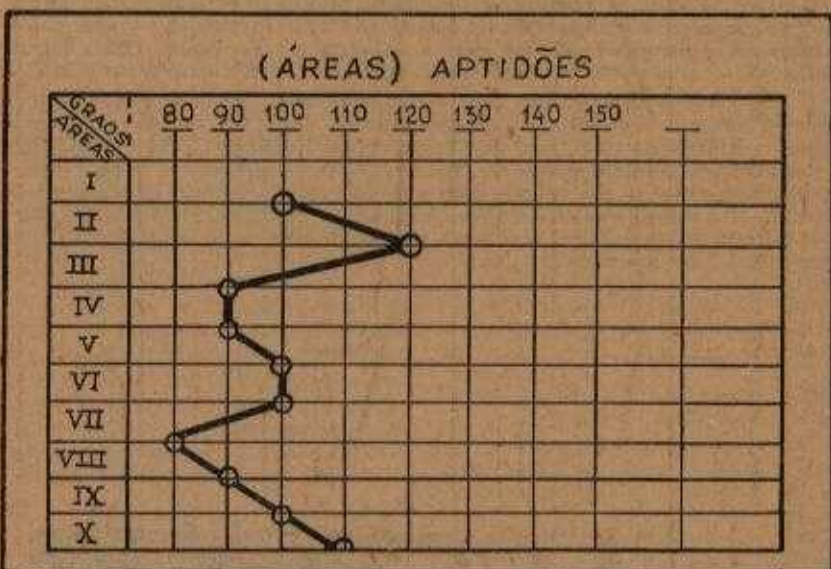


Fig. 2

O manual americano nos indica ainda para a área de aptidão II, onde o soldado obteve grau máximo (120), os campos de interesse A, B e C, por exemplo. Verificamos, então, que o campo de interesse A é onde o soldado obteve o melhor resultado (Elevado) e procuramos, em consequência, aproveitá-lo aí, dependendo o seu aproveitamento da existência de vaga. Conjugamos, desse modo, a aptidão do indivíduo, com o interesse e com a necessidade do Exército.

A conclusão é a parte mais importante do que acabamos de estudar. Senão vejamos:

I — na parte do exame físico, o nosso Exército ainda permanece na classificação de aptos A e B e inaptos C e D. Aqui na 4ª R.M. já avançamos um pouco mais e procuramos classificar o homem apto em ro-

busto (R), médio (M) ou fraco (F), que procura dar idéia do conjunto. Para tal, distribuímos, a título de referência, a tabela abaixo:

Valor Físico	Pêso	Estatuta	P. Torácico
Robusto	+ de 65 kg	+ de 1,71	+ de 86 cm
Médio	65 a 59 kg	1,71 a 1,66	86 a 83 cm
Fraco	59 a 49 kg	1,66 a 1,55	— de 83 cm

Se fizemos um estudo comparativo do diagrama físico adotado pelo Exército Americano, acabado de estudar páginas atrás e o processo por nós empregado, verificamos quanto podemos progredir e melhorar nesse setor.

II — na parte da pesquisa das aptidões, interesses e classificação geral, já fazemos algo por intermédio de questionários e entrevistas — onde contamos como principal auxiliar com o "Manual de Perguntas Orais sobre Ofícios", — e na parte de classificação geral contamos com o teste 1 ABC.

Um estudo comparativo com o material usado pelo Exército Americano, assinala um atraso de nossa parte. Cumpre, porém, ressaltar, aqui, o esforço que o "Curso de Classificação de Pessoal", do CAER, por intermédio do seu laboratório de Psicologia, vem dispensando nesse ramo. Esforço esse que se concretizou com a publicação da bateria experimental F.P.A. 1 e outras em elaboração, pesquisando aptidões e interesses, que nos permitem alimentar a esperança de grande progresso no assunto, para um futuro bem próximo.

(Continua)



BAIONETA: DUALIDADE DE DOUTRINA

1ª Ten. MANOEL LUIZ OSÓRIO, aluno da
E.E.F.E.

I — A UNIDADE DE DOUTRINA: SUA NECESSIDADE

"A instrução deve ser dirigida e executada de modo que se obtenha um Exército uno, homogêneo e com o mesmo padrão de eficiência" (C-21-5).

Todos nós, instrutores, conhecedores dos problemas da instrução militar e do seu objetivo, concordamos em que a necessidade da unidade de doutrina é inconteste.

O esforço do Exército, na obtenção desta unidade de doutrina, tem crescido nos últimos anos, evidenciando-se principalmente nos famosos e discutidíssimos P.P.

Apesar de todos esses esforços, algumas falhas subsistem e é uma dessas que nos propomos estudar.

O presente trabalho é uma investigação imparcial, em que procuramos analisar e lançar alguma luz sobre um assunto que nos parece controvertido.

II — A BAIONETA NO C-21-151 (TREINAMENTO ESPECIALIZADO)

Um exame simples do C-21-151 basta para que se veja que ele em nada altera o velho espírito do emprego da baioneta, espírito esse que todos nós conhecemos da Escola Militar e que se pode sintetizar na paráfrase e resposta, que nada mais é que o espírito da esgrima convencional.

Esse espírito percebe-se quando o nosso C-21-151 diz que a preparação do combatente consiste na aprendizagem de uma técnica e de uma tática extremamente simples, a saber: guardar-se antes de atacar; ...

Tal idéia, arraigada no nosso subconsciente, é altamente perniciosa, se considerarmos o emprego da baioneta realisticamente. Esse emprego não é nem mais nem menos que um combate de encontro, onde toda chance será de quem for mais resolutivo e primeiro tomar iniciativa.

Na página seguinte do mesmo C-21-151, lemos: "as sessões de Preparação do Combatente devem ser ministradas com a maior realidade possível, com gritos de incitamento, batidas fortes nos golpes, a fim de tornar o soldado confiante nas suas possibilidades e sobretudo criar atos reflexos, tão necessários ao combatente. A astúcia e, ainda mais, o moral do combatente entram aí como fortes coeficientes para vencer".

Concordamos integralmente com a sentença acima e especialmente no referente ao moral e observamos que qualquer idéia defensiva irá produzir no subconsciente do soldado o medo, que virá diminuir o moral — coeficiente da vitória. Adiante, com auxílio da psicologia, procuramos mostrar como irá aparecer esse medo.

— "O soldado é forte e vencedor, fraco e vencido, segundo ele cre que é" (Napoleão).

Continua o nosso Manual de Treinamento Especializado: "em todas as lições, desde os primeiros aos últimos ensinamentos, deve-se fazer os soldados viverem as situações mais aproximadas da realidade, a fim de torná-los confiantes nas suas possibilidades de hábil combatente à baioneta, ..."

Vejamos se o C-21-151 cumpre o acima citado. ... Começemos a aná-

lise pela posição de guarda, por uma série de perguntas e respostas objetivas.

1 — É a posição dos pés, na guarda prevista no C-21-151, uma posição natural?

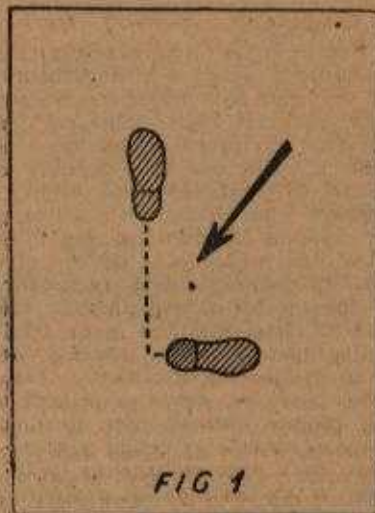
R — Não. Porque nossos pés são naturalmente voltados para a direção habitual de nosso deslocamento.

2 — A posição de guarda facilita o deslocamento rápido?

R — Não. Porque a perna que dará a impulsão será a da retaguarda e a sua extensão se processará num plano perpendicular ao do deslocamento.

3 — A posição de pés perpendiculares, dará melhor base para resistir ao choque?

R — Não. Para constatarmos isso basta que nos ponhamos em guarda e suponhamos uma pancada aproximadamente na direção e sentido que mostra a figura 1, isto é, sobre o nosso tronco. Nosso corpo fará charneira nos calcanhares e o equilíbrio será perdido. Não precisamos nos estender mais se nos lembrarmos que as guardas de todos os desportos de luta são tomadas com os pés paralelos e que nelas também se busca a rapidez no deslocamento e o equilíbrio.



4 — A posição horizontal da arma na guarda será a melhor?

R — Não. A arma inclinada em relação ao solo facilitará as batidas, da mesma maneira que a ponta alta do florete facilita as paradas. Torna-se mais fácil encontrar a arma do adversário.

5 — Há alguma razão que determine colocarmos a arma na guarda, com a alavanca do ferrólho para cima?

R — cremos que não. Haveria razão, no entanto, para que segurássemos a arma com a alavanca do ferrólho para a direita: esta posição evitaria um movimento de torção da arma para direita, no apontar, simplificando o movimento.

Vejamos agora as paradas em face do seu emprêgo real no combate.

No combate, duas cousas podem acontecer: percebemos o assaltante ou somos surpreendidos por ele.

Se percebemos o assaltante, só uma coisa temos a fazer: desentocarmo-nos e partirmos na sua direção, sem esquecer que, se ficarmos parados, teremos contra nós uma força que variará no sentido direto da massa e do quadrado da velocidade do atacante, além dos fatores de ordem moral.

Nesse primeiro caso, calmos no combate de encontro, em que nos basta, além da vontade de vencer, saber bater na arma do inimigo para afastá-la e atingi-lo. Tudo ficará resolvido em frações de segundo.

No segundo caso, "a surpresa produz um movimento instintivo de recuo, uma espécie de anestesia mais ou menos longa que retarda a defesa e, com mais forte motivo, a reação. Durante esse tempo de impotência, pode-se surpreender uma pessoa ou uma tropa de tal modo que não se defenda ou se defenda mal" (Ten.-Cel. Bouchacourt). Neste caso, será de pouca utilidade ao homem saber defender-se com várias paradas. Sua inferioridade moral não poderia ser suprida por uma possível superioridade técnica.

Dai concluímos que a perda de tempo que traria o ensinarmos aos



FIG. 2

nossos recrutas bisonhos, essa série de movimentos, para eles complexos, não encontraria compensação alguma, pela sua inaplicabilidade real.

Examinemos agora os deslocamentos.

Haverá justificativa para que se perca tempo com o treinamento de mudanças de frente ou vários tipos de deslocamentos? — Cremos que não, porque as mudanças de frente e os passos à direita e à esquerda não têm nenhuma aplicação prática; quanto aos passos à frente e à retaguarda e aos passos duplos, são movimentos lentos que não resistem a uma comparação com os movimentos naturais.

Não podemos, também, dizer que tais movimentos sejam educativos, porque não "servem de base de preparação para nenhuma aplicação".

Quanto ao "apontar", fazemos uma única observação: seria desnecessário "girar a arma de modo a fazer que a alavanca do ferrôlo fique voltada para o lado", se, na posição de guarda, ela já estivesse nesta situação. Isto simplificaria muito esse movimento e, simplificar sempre é bom.

Vejamos, agora, o lugar do C-21-151, como fonte de consulta, na instrução prevista pelo P.P. Tomemos, por exemplo o P.P. 7-1, I.B.Q. (ou I.B.A.) para Regimento de Infantaria Categoria Normal. No assunto 13. Educação Física, encontramos as sessões 30 a 33, sessões de Preparação do Combatente, e nos dá como fonte de consulta o C-21-20. O C-21-20, depois de discorrer sobre os objetivos a atingir com essa instrução, nos manda consultar, para maiores detalhes, o "Manual de Aplicações

Militares", atual "Manual de Treinamento Especializado", C-21-151.

III — A BAIONETA NO FM-23-25

Todos nós, tenentes, já tivemos oportunidade de examinar a fundo o FM-23-25. Conhecemos seu espírito e sua objetividade através da técnica e do método de instrução prescritos.

"A baioneta é essencialmente uma arma ofensiva. Com ela o soldado lança-se diretamente sobre o adversário e ataca-o vigorosa e decisivamente. Nesta espécie de combate, a esgrima não deve ser empregada. Quando não conseguir encontrar o adversário com a guarda aberta, o atacante trata de obrigá-lo a descobrir-se". Nisto resume-se a doutrina do manual.

A instrução é fácil e objetiva. Fácil pelo número reduzido de movimentos e posições e objetiva porque desenvolve ao máximo o espírito ofensivo, graças ao emprego do bastão de treinamento, dos manequins e da pista.

Mesmo no estudo das paradas, vemos a objetividade de sua doutrina ofensiva: "A importância do deslocamento do corpo e do fuzil para a frente deve ser ressaltada. Apenas um pequeno movimento lateral do fuzil é o bastante para desviar a ponta da baioneta do adversário e suficiente para que se lhe possa acertar uma ponta. Os homens deverão aprender a considerar a parada como um movimento ofensivo e, como tal, a deverão executar".

O C-23-25, possivelmente o atual FM-23-25, acha-se previsto como fonte de consulta do assunto 18 (Baioneta) do P.P. -7-I e dos correspondentes em outras armas. Notemos que há perfeita coincidência entre os títulos das sessões previstas no PP e os dos parágrafos do FM-23-25.

IV — EMPREGO DA BAIONETA: PSICOLOGIA E TÉCNICA

"Toda a instrução deve ser conduzida de modo que desenvolva, no Exército, o espírito ofensivo, no combate e na batalha."

"Para criar o espírito ofensivo, a instrução deverá ser orientada, principalmente, no sentido de desenvolver a agressividade, a vontade, a iniciativa, a confiança e a aptidão, capazes de incutir nos indivíduos e nas unidades o desejo de se encontrarem com o inimigo e destruí-lo" (C-21-5).

Nenhum outro ramo de instrução militar deve seguir mais à risca essas diretrizes que a "Baioneta".

Devemos sempre lembrar-nos da situação em que a baioneta será empregada na realidade. Uma Infantaria abriga-se e resiste ao fogo dos obuses e infantis inimigos. Haverá destruição e morte mas sempre restará a esperança de viver. Entretanto, no assalto, a coisa é bem outra. Não temos um obus sem enderêço, mas um homem que corre para nós com vontade de vencer-nos, armado de uma baioneta. É a morte certa de um dos contendores: daquele que tiver menos vontade, menos iniciativa, menos confiança em si. É a destruição do que não estiver psicologicamente preparado.

Tendo em vista isso, é que examinamos e comparamos os dois manuais: C-21-151 e FM-23-25.

O C-21-151, calcado no velho espírito da baioneta, apresenta exercícios mais compatíveis com demonstrações do que propriamente com emprego real. Seus movimentos são em tudo semelhantes aos de esgrima (paradas e respostas) e a instrução é ministrada como se fosse esgrima. Para que constataremos isso, basta consultar as "Sessões de Trabalho do C-21-20" e assistir às sessões de reparação do Combattente da E.E.F.E.

O "guardar-se antes de atacar" parece-nos ir de encontro ao "espírito ofensivo" pregado pelo C-21-5 e outros manuais.

A simples observação de uma briga de rua nos mostra que toda a vez que um indivíduo entra na posição de guarda é porque não quer brigar, espera que outros apartem, ou é dos que, para criar coragem, primeiro precisa ser agredido.

Aquêle que quer brigar, de início, agride sem mais discussões ou tomadas de guarda: êste sim, tem espírito ofensivo.

Cremos que, com o emprêgo da baioneta, se dê o mesmo.

É necessário que tenhamos cuidado no assunto que ministrarmos e nos processos empregados, não abusando da defesa e mesmo tirando-lhe o espírito defensivo.

As associações de idéias são perigosas e nos podem levar a resultados imprevistos.

Quem de nós, ao sentir medo, já não esboçou um movimento de defesa? Houve assim, em todos nós, uma contiguidade entre a emoção medo e a reação defesa, contiguidade essa suficiente para que associemos sempre a idéia de defesa, o medo.

"Duas idéias que anteriormente fizeram parte de um mesmo ato integral de conhecimento se sugerem naturalmente", diz William Hamilton.

É interessante também notar que nem sempre nos apercebemos da união existente entre as duas idéias, pois ela está em nosso subconsciente.

O FM-23-25, já por nós comentado, enquadra-se perfeitamente na doutrina prevista no nosso manual básico de instrução, talvez por terem uma origem comum.

O emprêgo da baioneta interessa a todas as armas, mas em particular à Infantaria e o seu espírito é o próprio espírito da Infantaria e pode ser sintetizada nas seguintes linhas do Regulamento Alemão: "A força da Infantaria está no seu espírito ofensivo. Ela deve cultivá-lo, confiada em suas próprias forças. Sua ação deve ser dominada por uma única idéia: para a frente em busca do inimigo".

V — DUALIDADE DE DOUTRINA

Como já vimos, tanto o C-21-151, como o FM-23-25 são fontes de consulta diferentes, sobre um mesmo assunto, previsto num mesmo P.P., sob títulos diferentes. Nisto reside a dualidade de doutrina.

Aqui, então, emitimos um parecer. A Sessão de Preparação do Combatente não é uma modalidade de trabalho físico indispensável ao método de educação física, por ser uma aplicação militar dêsse mesmo método.

Temos então três soluções para o problema:

1ª) Retirarmos a Sessão de Preparação do Combatente do C-21-20, por quanto todas as qualidades que ela produz podem ser produzidas pelas demais sessões.

2ª) Retirarmos do P.P. o assunto 18 (Baioneta) e adaptarmos a Sessão de Preparação do Combatente, aumentando também o número de sessões.

3ª) Continuarmos a ministrar os dois assuntos, desde que haja identidade de técnica e de processo de instrução.

Fontes de consulta:

P.P.-7-1.

Plano de Treinamento Físico.

Sessões de Trabalho do C-21-20.

C-21-20.

C-21-151.

FM-23-25.

Desarmar e Luta Corpo a Corpo — E.S.A.

Regulamento de Combate à Baioneta e Luta Corporal.

C-21-5.

Ensaio sobre a Psicologia da Infantaria — Ten.-Cel. Bouchacourt.

Psicologia Militar — Mira y Lopez.

ABC da Psicologia — Armand Cuvillier.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO Q.A.O.

MILTON DE BARROS LIMA, 1º Ten. Q.A.O.



TM sido o Q.A.O. últimamente objeto de estudos, análises, críticas e de observações de toda natureza: do ponto de vista militar, quando os observado-

res estudam a sua organização, no seio da Tropa; a sua formação legal, quando se procura fixar a criação do Quadro, os direitos dos Oficiais que o compõem, a graduação dos mesmos em face das limitações legais, a melhoria e aposentadoria dos seus componentes; do ponto de vista histórico, quando se analisam os motivos que deram lugar ao seu aparecimento.

A quem estude, observe ou medite sobre a organização do Q.A.O., a quem lhe siga a vida dentro da organização militar que o integra, não passará despercebido que o Q.A.O. se compõe nitidamente de dois elementos: os que provierem da Reserva de 2ª classe, e os que saíram das próprias fileiras como Subtenentes, Sargentos-Ajudantes ou Primeiros Sargentos, tendo mais de cinco anos de praça e mínimo de dois anos de posto, conforme dispõe o art. 8º do Decreto-lei n. 8.760. Além destes requisitos exigidos para estes Oficiais, outros fatores se tornam imprescindíveis para o ingresso no referido quadro, especificados no parágrafo único do artigo mencionado. São exigências estas que repontam normal e naturalmente ao pretendente ao Oficialato. Poder-se-ia mesmo dizer que o filtro legal, rigoroso e estável, por ser Lei, abarcou não só a sua vida funcional do Subtenente, Sargento-Ajudante ou Primeiro Sargento no exercício da função, como ainda se

alargou à vida social e familiar, desde que exigiu, como condição fundamental, que o candidato fosse de bom conceito geral, boa conduta e tenha idoneidade moral, além de conceito no meio civil. É evidente, que a própria Lei do Q.A.O. especificou exigências para o ingresso ao Quadro. Não é todo Subtenente, Sargento-Ajudante ou Primeiro Sargento que pode ingressar no Q.A.O., mas somente os que satisfaçam os requisitos legais.

E os oriundos dos C.P.O.R., oferecem aspecto diferente, desde que são cidadãos que apresentam curso secundário completo, com aptidão intelectual comprovada e ainda muitos de Faculdades de Direito, Engenharia ou Medicina e que foram colhidos em sua vida pela fatalidade da Guerra. Com o curso do C.P.O.R. foram chamados às fileiras no posto que os seus estudos lhe deram no exercício das Armas. Abandonaram assim a vida das carreiras a que a vocação de cada um escolhera e integraram-se no seio da Tropa como elemento armado. E de tal sorte se conduziram no curso da Guerra, no desempenho das missões de que foram incumbidos, que a história sendo tão nova, não se faz mister enriquecer de exemplos sobre a atuação destacada de cada um deles.

Não só nos campos longínquos da Europa, onde o choque terrível das Armas se deflagrou com a intensidade da maior tragédia da história, revelaram eles capacidade militar, honra, espírito de sacrifício, decisão comprovada, energia permanente, disciplina exemplar, eu suma, todos os requisitos, assim militares, como capacidade intelectual e moral a toda prova!

Não pode pois o crítico que estude a organização do Q.A.O. negar ou omitir que esses Oficiais são capazes, moral e tecnicamente de prestarem serviços militares que eles sempre honraram, e muito menos esquecer que, egressos da vida universitária, com os cursos completos de Ciências, não tenham eles capacidade para desempenharem os cargos que ocupam.

A distinção assim feita mostra evidentemente a diferença existente e o problema do aproveitamento dos Oficiais do Q.A.O. simplifica-se pela observação dos fatos. Durante longos cinco anos estiveram os Oficiais do Q.A.O., afastados dos seus deveres civis, ingressaram em vida totalmente diversa da que levavam, deixaram os cursos, que por vocação abraçaram e restabelecida a paz, tinham eles uma outra mentalidade, um outro horizonte inte-

lectual e moral dentro de si mesmo. A disciplina militar, o severo controle dos impulsos, a dureza da Campanha, a áspera formação do indivíduo para a luta, transformara o colorido da vida civil, na severa rigidez da Caserna. Ao invés do civil estudante despreocupado, era o homem que se superara pelo poder da disciplina e pelo contacto direto da tragédia. E foi essa superação que revelou o Oficial formado pelos embates tremendos da luta; foi o afastamento do Oficial de sua vida civil que humanamente criou o Q.A.O., porque não era possível, por não ser justo, que se deixasse ir, quem tantas provas dera de aptidão ao Serviço; a quem se afastara por motivo de ordem histórica, da sua vida comum e dela se desajustara completamente. E neste País a Justiça é a célula mater da formação dos seus homens.

DO EXTERIOR

Artigo sobre o Duque de Caxias

A "Revista de las Fuerzas Armadas", órgão do Ministério da Defesa da Venezuela, em seu número de maio último, publica excelente artigo, acompanhado de numerosas fotografias, sobre a vida de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Assina-o o Major de Estado-Maior J. M. Perez Morales. Trata-se de uma síntese biográfica, na qual são abordados, com rara felicidade, os seguintes pontos: Nascimento e formação militar, A Balaia da Insurreição de São Paulo, Insurreição de Minas Gerais, Revolução Farroupilha, O Vencedor Generoso, Uribe e Rosas, Paz por separado entre Uribe e Urquiza, A marcha contra Rosas, Caxias no Paraguai, Comandante em Chefe, Manobra anfíbia, Itororó, Awaí, Piquisiri-Lomas Valentinas, Assunção, Regresso de Caxias, Testamento de Caxias, Morte de Caxias e O enterro.

Parabéns ao Major Perez Morales pelo seu excelente estudo e congratulações à Redação da "Revista de las Fuerzas Armadas"!



POLÍTICA DO PETRÓLEO, NO ORIENTE MÉDIO

MANOEL IGNACIO CARNEIRO DA
FONTOURA, Gen. Bda. R.1

Ninguém ignora a importância do petróleo na economia mundial. Basta dizer que, enquanto a produção do carvão mineral tende a se estabilizar, a do petróleo não cessa de crescer. Por sorte, há petróleo em quatro dos cinco continentes e em variadas latitudes.

Quem observar o mapa-mundi do petróleo, constatará, em regra, a existência de grande número de jazidas em regiões de topografia uniforme, que são reconhecidas como sendo de idêntica estrutura geológica e que estão a fornecer indicação sobre os sítios subterrâneos de habitual paradeiro de tão disputado produto.

Com efeito, conforme teorias científicas mais em voga, quimicamente, o petróleo é uma mistura líquida de hidrocarburetos gasosos, líquidos e sólidos, de procedência orgânica; e, geologicamente, é evidente a estreita relação entre a maior parte das jazidas e os geosinclinais, antigos ou recentes.

No hemisfério oriental é apreciável a extração petrolífera nas rochas sedimentárias de ambas as grandes bacias continentais, resultantes da formação do sistema de montanhas, que, sensivelmente no

sentido dos paralelos, em linhas gerais, estende-se da Espanha, passando pela Itália do Norte, Balkans, Cáucaso, Irã, Índia do Norte, até a Birmânia, onde se bifurca em dois segmentos: um na direção do Japão e outro, de Nova Zelândia, através da Malásia. Toda essa cadeia de montanhas, que tem a mesma formação orogênica, é conhecida pela denominação de sistema alpino, evidentemente da autoria de algum geólogo europeu.

Na parte da bacia do sistema alpino limitada pelo Cáspio, mar Negro, Mediterrâneo Oriental, mar Vermelho, Oceano Índico e golfo Pérsico, isto é, a Ásia Menor, tudo indica concentra-se uma das áreas petrolíferas mais importantes do mundo. O mapa político revela que, nesse recanto do mundo, acoovelam-se mal os seguintes Estados soberanos: — Turquia, Líbano, Palestina (Israel), Transjordânia, Síria, Arabia, Kowait (sultanato), Irã, Iraque, parte caspiana da União Soviética e os pequenos principados da costa da península árabe, no Índico. São interessados, entretanto, na política do petróleo: diretamente, por serem produtores, o Irã, o Iraque, a Ara-

bia, a União Soviética e o Kowait; indiretamente, por terem seus respectivos territórios atravessados por oleodutos (destinado a evacuar, por enquanto só a produção do Iraque) a Síria, a Transjordânia, o Líbano e o Israel. A Turquia, além da vizinhança imediata das fontes de produção, bem como dos oleodutos, é a guardiã dos Estreitos. E, finalmente, o Egito, situado do outro lado do mar Vermelho, tem não pequena parcela de interesse, por ser não só produtor como também pelo fato de achar-se o Canal de Suez, embora internacional, em território egípcio.

Com efeito, a conclusão que assalta o espírito, em face de tal mosaico de países, é que a criação de múltiplos pequenos estados soberanos parece indicar a existência de um poder super-nacional interessado em impedir a unificação política, senão da totalidade, pelo menos de parte, dos povos da Ásia Menor, coisa que não ocorria, outrora, anteriormente à invenção do motor de explosão, que tanto revolucionou a técnica dos transportes, continentais como intercontinentais.

No quadro da economia mundial do petróleo, a parte da Ásia Menor conhecida pela denominação francesa de MOYEN-ORIENT, atende, sem exclusividade, as necessidades das áreas densamente povoadas da Europa Ocidental.

Os negócios do petróleo, por uma ou outra razão que escapa à nossa apreciação, constituem tema pelo qual é evidente o interesse dos governos dos grandes e poderosos estados modernos. Os EE. UU., por exemplo, sob a dura experiência do último conflito armado, definiram, seguindo a esteira de outros países, a sua política nacional. Uma proposição dessa política, segundo assevera um economista francês, estabelece que, no caso de eventual III Guerra Mundial, as forças armadas da coigação ocidental, em operações no hemisfério oriental, tanto quanto possível, serão supridas com o petróleo de procedência não-estadunidense.

A geografia do petróleo no Oriente Médio, mostra-nos que, nesse sempre conturbado recanto do mundo, faz tempo que se instalaram, e procuram acomodar-se, os interesses econômicos da Rússia, Inglaterra, França e, ultimamente, dos Estados Unidos. Tanto a Rússia como a Inglaterra têm suas vistas voltadas para o Irã, cujo território está dividido em duas zonas de influência, uma ao norte, russa, e outra ao sul, inglesa, separadas por uma faixa central livre, que faz o papel de algodão entre cristais. A produção de petróleo iraniano, em sua totalidade, procede da área sul, onde a "Anglo-Iranian" tem concessão, no momento sob litígio, para extrair, refinar e transportar o petróleo. A França é admitida no Iraque, por questão de psicologia internacional. E os Estados Unidos, por intermédio da "Arabian-American", possuem concessão para extrair, refinar e transportar o petróleo da Arábia. Do exame da carta das concessões petrolíferas do Oriente Médio, constata-se que, salvo no pequeno sultanato de Kowait, não são vizinhas, mas separadas pelas águas do golfo Pérsico, enquanto com a francesa ambas confinam, as áreas britânica e americana.

Na atual conjuntura, em face do perigo que o ameaça, os interesses britânico e americano transitóriamente se ajeitam, ao passo que o velho antagonismo russo-britânico surge sob novo aspecto, no tabuleiro político. Está em foco, há tempos, o chamado "caso do petróleo iraniano". Em política internacional, devido à complexidade de fatores que entram em jogo, é temerário sacar conclusões, mormente quando os acontecimentos são observados de muito longe. Todavia, é digna de registro a impressão pessoal divulgada por um comentarista britânico, a qual traduz, mais uma vez, a proverbial sagacidade dos filhos da velha Albion ao apreciar questões delicadas: "Há esperança que seja sincero o nacionalismo do primeiro ministro iraniano e que, a seguir, se mostre tão anti-russo como se tem revelado anti-britânico".

A ECONOMIA NACIONAL E A GUERRA

D. JOSÉ ZUMALACÁRREGUI Y PRAT, Catedrático da Universidade Central da Espanha

Traduzido, data vénta, da Revista "Ejército", de abril de 1932, pela Major A. V. PAIVA

Os interesses económicos e militares estiveram estreitamente unidos, sempre que a Humanidade esteve em guerra, ou seja, desde os primórdios da criação do mundo até o momento atual. Mas, à medida que aumentava a condensação dos centros políticos, com a formação de grandes nacionalidades e que a Economia se desenvolvia extensa e intensamente, passou a não haver apenas uma união especial, mas sim um entrosamento muito íntimo entre os interesses militares e económicos. E, se na parte estritamente bélica, é difícil diferenciar a frente da retaguarda, o combatente do não combatente, na ordem total da vida militar e não militar, "stricto sensu", a diferença é cada vez mais difícil entre o que serve e defende a Pátria de armas na mão e aquele que o faz pelo seu trabalho.

Ao focalizar o problema da economia nacional na guerra, parecem-nos oportunas algumas palavras iniciais: é forçoso reconhecer ou negar a existência dos homens de boa vontade. Se bem que estes só queiram a paz, temos entretanto que pensar na triste necessidade da guerra. Se por acaso não estivéssemos suficientemente imbuídos desta idéia, bastaria socorrer-nos da História Universal para nos convencer do que é a guerra. Pudessem ser a última! Mas, enquanto não tenhamos uma garantia, uma segurança humanamente definitiva de que assim vai suceder, é lógico pensar nessa triste, dolorosa e trágica possibilidade.

Focalizando a questão, sob o ponto de vista da economia nacional, temos que previamente fixar um conceito, que servirá de base ao nosso raciocínio: a *renda nacional*.

Isto corresponde a um avanço progressivo da teoria económica, que depois de haver esgotado, ou quase esgotado, as considerações de natureza estática, estuda hoje todos os problemas em seu aspecto dinâmico. Diante de um conceito de riqueza, ou de uma estatística de riqueza, estabelece e estuda o fluxo ou movimento da produção dos bens económicos que se utilizam com uma outra finalidade, que, por sua vez, se reproduzem e assim se conservam em crescimento ou decrescimento, de acordo com o valor intrínseco da moeda.

Naturalmente é esse um conceito impreciso, mas, pelo menos, suficientemente plástico para montar sobre ele o nosso raciocínio.

De posse, portanto, desse conceito, por imperfeito que seja, da *renda nacional*, surge agora a consideração indispensável e necessária: a *renda nacional* sofre alteração ou não, ao passar de um regime normal a um anormal? Por regime anormal entendemos aqui aquele que se estabelece quando sobrevem a guerra. Não se pode imaginar que um Estado possa passar da economia de paz para a de guerra, sem que o problema da utilização da *renda nacional* suscite todos os problemas que humanamente se possam apresentar. É igualmente absurdo pensar-se

que se possa viver fora das cogitações da renda.

Os atingidos por esses problemas não são só os órgãos ou institutos especialmente consagrados a funções especificamente econômicas; o problema afeta a totalidade das Forças Armadas, reais ou potenciais; todos têm que pensar nesses problemas. Quando a evolução da técnica militar passou da utilização da arma de arremesso e da arma branca, para a loucura atual do emprêgo dos projetos dos tipos mais variados e mesmo fantásticos, é forçoso considerar a série de problemas de natureza exclusivamente econômica que isto suscita, e que poderemos assim expressar: passar da utilização da produção em regime normal a uma economia totalmente anormal, desejada ou não, boa ou má, mas, enfim, uma economia que já podemos considerar em regime de guerra, por ser patológica, ou seja, como economia normal dos regimes anormais. Esse é o problema que se apresenta na teoria e na prática, ao se estudar o regime possível, para manutenção do estado de guerra.

Que a mudança é muito brusca? Que o Estado não pode enfrentá-la? Pensemos na guerra de 1914-18, e na de 1939-45, de máis intensidade e de maior volume de perdas, e onde, não obstante, as nações participantes lograram sobreviver a elas. E' bem verdade que os contendoros ficaram debilitados, e, vencedores e vencidos atravessaram situações difíceis. Mas, não desapareceram, imprimiram, talvez, uma nova orientação às suas atividades políticas e econômicas, pois que vivem; portanto, é forçoso estudar a possibilidade de passar da paz à guerra e da guerra outro vez à paz.

A priori, podem apresentar dois grupos de problemas muito importantes: um, o *financiamento* da guerra; outro, a *adaptação* total da economia à guerra.

O financiamento da guerra se presta muito a miragens que convêm esclarecer e dissipar. Em primeiro lugar, se avalia de maneira excessiva o problema do dinheiro.

Ao falar de se financiar a guerra, pensa-se, exclusivamente, em dispor de uma certa quantidade de dinheiro ou de coisas que sejam aceitas e entregues como dinheiro, para, com elas, atender àquelas necessidades que se avaliam pecuniariamente, e são satisfeitas também em dinheiro. Não diremos que esse conceito seja falso nem que se o deva desprezar; mas, sim, que é um conceito que perde muita consistência, caso se o considere isoladamente, fora do problema total da economia, o que cada vez é mais superado, porque o dinheiro, que se considerava antigamente como algo especial e cuja existência e manuseio resolvia todos os problemas, vai se afastando, cada vez mais, do conceito que prevalece no momento atual, dentro da pura teoria econômica.

O que se pensa, se sabe e se crê do dinheiro, nestes tempos, é tão diferente, que não vem a pélo mencionar. Não esqueçamos o que nós, os velhos professores, ensinamos, ou seja, aquela espécie de mito, de coisa reverencial do primeiro Império Alemão, que conservava na Torre de Spandau uma massa de ouro cunhado e em barras, procedente da indenização paga pela França, em consequência da Guerra de 1870. Periódicamente, como se passa revista ou inspeção a um equipamento, armamento ou rebanho de gado, era esse ouro conferido e recontado, admitindo o 1º Reich que, ao declarar a guerra, lançaria mão desse ouro e com ele se atenderiam às despesas de guerra durante algumas semanas. Aquele conceito, um tanto otimista, do Estado-Maior alemão supunha que essas semanas bastariam para infligir o golpe decisivo sobre o adversário e resolver a situação. A guerra de 1914 liquidou com esse conceito. O ouro se gastou e foi uma insignificância comparado com os trilhões de marcos invertidos pela Alemanha na referida campanha. Coincidiu com isso a queda de uma série de teorias monetárias e fiduciárias.

Podemos, por conseguinte, deixar tudo isso completamente à

parte e reintegrar o problema do financiamento da guerra ao problema mesmo da *renda* e, por conseguinte, centralizá-lo na receita, admitindo sempre, evidentemente, que o Estado beligerante pagará aos combatentes seus vencimentos e vantagens, ou seja, todos os direitos reconhecidos em lei e que pagará tudo o mais que necessite, porque não adquirirá nada, absolutamente nada, para atender à guerra sem indenização. Mas, estamos muito longe do tempo em que se pagava em ouro, prata ou cobre cunhado. Agora, para viver na realidade, temos que pensar em notas de banco. Qualquer economista de tempo de paz fala na nota de banco, não mais como a única coisa utilizada em lugar de moeda, nem sequer como preponderante, porque existe o cheque, e, por sua vez, também o mesmo cheque vai evoluindo no sentido de que fique só uma anotação, umas cifras em colunas de "Deve" e "Haver", operadas por um "SALDO", que vai perdendo cada vez mais certa perceptibilidade material.

Mas, acaso eliminamos o dinheiro porque tenhamos feito dele uma coisa completamente diferente em suas funções essenciais? Não, absolutamente. Continuam existindo outras coisas vulgares e necessárias, tais como o trigo, a batata, o minério de ferro, o carvão e o petróleo. Estas são precisamente as coisas que obrigam a não perder de vista uns tantos princípios fundamentais, como a escassez de bens materiais e todo o sentido econômico que vêm dessa escassez. Porque se podem fazer quantas notas de banco se queira; quem esqueceu aquelas notas da Alemanha de após-guerra, que cada vez eram menores em tamanho (até o papel escasseava) e em troca cada vez eram maiores os zeros?

A consequência obrigatória do desequilíbrio entre o aumento do meio circulante e as inversões em bens econômicos foi uma modificação na relação que as mesmas devem manter entre si. Por isso, um economista de envergadura, o alemão Wagemann, no livro que teve muita repercussão, intitulado

"De onde vem tanto dinheiro", estudava o mecanicismo com que a organização bancária alemã, contrária ao sistema, tratava de evitar a produção de instrumentos de *câmbio monetário* que não guardassem relação alguma com os bens econômicos que tinham que ser trocados; relação esta, cuja manutenção deu excelentes resultados na segunda guerra. No país, que pode ser considerado como uma verdadeira antítese da Alemanha, os Estados Unidos, cuja preocupação foi muito análoga, se bem que não fôsse igual o sistema político, nem o econômico, mas apenas o *back-ground* do mecanicismo econômico, a solução se encaminhou no sentido de evitar, a todo transe, a excessiva produção de meios puramente fictícios, completamente desequilibrados em face das possibilidades econômicas de produção.

Tracemos, em poucas palavras, o esquema destas considerações.

Em primeiro lugar, *produção*. Passar de uma economia de paz a uma economia de guerra é o que o menos avisado, o menos documentado, o menos militarizado, e, podemos dizer também, o mais soviético não quer ver ou não é capaz de ver atualmente nos EE. UU. É o que já está sucedendo; esse país está pondo um freio à produção de bens de consumo normal para incrementar a produção de bens militares que podemos chamar de *consumo*, e que se destroem ao primeiro uso. Concretamente: o projétil necessita um fuzil ou um canhão que o dispare. O fuzil ou o canhão que se desgasta rapidamente, na guerra, necessita outro fuzil ou outro canhão para substituí-lo; é, pois, forçoso montar a indústria de bens de consumo e a de meios de produção orientado sob o ponto de vista militar e na medida que as necessidades do conflito o exijam. Tecnicamente, isto é muito menos grave e difícil do que parece.

Não é novidade que coisas tão diferentes e até opostas, como a fabricação do perfume ou do nylon, tenham ligação estreitíssima com a fabricação de explosivos e, por conseguinte, que uma fábrica

especializada em perfumes dentro da técnica do carbono, ou na produção do nylon à base de celulose, se transforme, com extraordinária facilidade, em uma fábrica de explosivos. É fácil tecnicamente passar do perfume aos toluenos ou do nylon à nitrocelulose. Passar da construção de caminhões pesados para emprêgo pacífico ou de automóveis de turismo para a montagem de carros de combate não pressupõe nenhum problema irrealizável para a técnica da indústria pesada, como não o é fabricar canhões, como não o é, neste progresso contínuo da indústria eletrônica, passar da fabricação em série de equipamentos de televisão ou de peças para máquinas de escrever ou calcular, — à de aparelhos de pontaria, de direção do tiro ou do comando à distância. E, se isto, tecnicamente, não é um problema insolúvel, não o é tão pouco economicamente. Estamos cansados de repetir às gerações de estudantes, economistas incipientes, que *produzir*, palavra exata e técnica, não admite, em economia, confusões com a *produção* na ordem das ciências naturais. Na natureza não se produz absolutamente nada, mas apenas há processos de transformação e, assim como na ordem física tudo é uma transformação de matéria e de energia, na ordem econômica há uma transformação nas formas que adotam os bens econômicos, ou seja, o processo econômico de produzir consiste numa transformação de capitais. Assim se mede em dinheiro e se paga com dinheiro uma série de necessidades importantes; seus produtos se transformam em notas de banco; o dinheiro torna a transformar-se em bens da mesma espécie ou de espécie diferente, e assim sucessivamente. Esse mesmo processo se repete, ainda que as gradações possam ser diferentes numa economia de guerra.

Por isso é possível, economicamente falando, ainda que possa ser difícil e dispendioso, a passagem de uma economia de paz a uma economia de guerra, mas com uma condição especial: força efetiva de governo e disciplina nacional. Se

esta faltar, não há possibilidade de realizar essas transformações, nem mesmo com mediano êxito. Queira Deus que, se em algum período se tenha que realizar outra experiência análoga, não seja insuportavelmente dolorosa, porque assim se tem feito sempre que se age acertadamente e assim se deve continuar fazendo. Agora mesmo, esse processo que tanto nos ameaça, por um medo instintivo da guerra, ou seja, todo o processo de armamento e militarização dos EE.UU. e de outros países que o acompanham, ainda que, evidentemente, com pouca vontade, supõe um intercâmbio iniciado nos EE.UU., a 1 de janeiro de 1951 e nos demais países um pouco antes ou um pouco depois, quando estes se deram conta do sentido e da necessidade do intercâmbio e se incorporaram a ele.

Trata-se, pois, de uma experiência que estamos fazendo. As guerras eclodirão ou não, mas os países se armam. Não faço alusão à Rússia por duas razões: porque não há nada que nos permita de ciência certa saber o que se passa na Rússia; e nós, na melhor boa fé, afirmamos que nada sabemos; quicá tenhamos tido ocasião para nos inteirar algo mais que os outros, mas, repetimos, nada sabemos. Pelo que temos podido observar, temos absoluta convicção de que a mesma se arma até os dentes e que não tem feito outra coisa desde que se estabeleceu o atual regime na URSS.

Pelo que afirmou um russo em um livro que foi publicado faz algum tempo, a transformação gigantesca da URSS se refere especialmente às indústrias pesadas e às indústrias químicas... E, por outro lado, o sistema de trabalho é o de salários mínimos e jornadas máximas. É desnecessário perguntar que regime pode fazê-lo e com que propósitos...

Assim sendo, vivemos e estamos vivendo o principal problema da mobilização da economia nacional para a adaptação à guerra. As soluções propostas provocam uma série de problemas conexos e de-

pendentes: dinheiro, preços e salários.

O problema do dinheiro, atualmente, está em foco, se bem que de maneira muito diversa de antigamente. Não há ouro, isto é, não o há em circulação. Mas, há ouro guardado que se poderá utilizar e se o fará evidentemente, chegado o momento oportuno. Entretanto, não é o dinheiro que circula. Há muitos anos, alguns países, que se declararam monometalistas em ouro, não tinham uma só peça desse metal em circulação e só pagavam as utilidades adquiridas em notas de banco; moedas divisionárias eram peças metálicas que nem prata eram. Assim sendo, a utilização do ouro mudou completamente e suas possibilidades se transformaram.

Mas, diante da necessidade de financiar totalmente a guerra, isto é, de indenizar os que fornecem matérias-primas ou produtos semi-manufaturados ou totalmente fabricados, ou de pagar os serviços pessoais de todo gênero, combatentes ou não combatentes, civis, militares, eclesiásticos, médicos, ensino, industriais, etc., enfim, os que sejam a quem se paga algo pelo que faz, com que se lhes paga? Pode-se tranquilamente pagar com notas de banco, isto é, com o que todo mundo paga. Mas, resta outro problema. Então, as notas de banco são o meio de financiar a guerra, ainda que indiretamente, no sentido de aguentar toda a produção, orientada especialmente para a guerra? Isto é o que se passou a partir de 1917, na Alemanha, praticamente derrotada. E sobreveiu uma violenta reação a esse conceito; não chegar à pleitora de notas de banco, isto é, não passar à fabricação indefinida de notas de banco. Na Alemanha, o projeto de Wagemann era uma realidade; consistia em só entregar notas de banco mediante a apresentação de certificados fornecidos por organismos oficiais, comprovando haver sido realizado um serviço ou haver sido entregue um determinado produto. Esta troca podia ser considerada, para certos efeitos, como documentos descon-

táveis em banco. E o resultado foi bom, independentemente do resultado militar da guerra.

Os Estados Unidos e a Inglaterra tão pouco se atreveram a seguir o caminho da emissão indiscriminada de notas de banco e apelaram para o crédito, mas de uma forma especial; isto é, a uma criação de dinheiro, mas a uma criação condicionada e circunstanciada para que esse dinheiro que saia de novo para o mercado e que não era sequer notas de banco, muito menos ouro e prata, fossem créditos que figuravam nos ativos e passivos, reciprocamente, de certos organismos, e estabeleciam, por conseguinte, uma possibilidade de pagamento e compra. E, com efeito, os E.E.UU. conseguiram, desta maneira, algo de tal magnitude, dado os extraordinários gastos militares na última guerra, que foi absorvendo, dessa forma, a economia obrigatória e forçada que se ia criando no povo. Porque suas entradas não diminuam, mas diminuam seus gastos em bens de consumo; estes eram ceifados, condicionados, e então a economia que forçosamente se produzia, o particular a invertia na aquisição de *bonus*, espécie de obrigações ou títulos de Dívida Pública. Com isso, o Estado se encontrava armado para atender seus gastos de guerra e havia criado inversões para o que se economizava forçadamente, e, desta maneira se encontrava dono de um valor pagável na Bolsa, nos momentos oportunos, com as restrições que fossem convenientes, e que, além disso, produziam um interesse em forma de renda segura.

Assim foi salva a situação nos E.E.UU. Sem conseqüências? Não. Atualmente está sendo vivida a primeira conseqüência disso.

Ao cidadão americano, democrata ou republicano; ao cidadão inglês, conservador ou trabalhista; ao francês, degaullista ou socialista; enfim, a todos os seus concidadãos, os respectivos governos lhes têm dito: "Senhores, é necessário economizar!", para não empregarem a frase muito chã: "Senhores, é necessário apertar o

cinto!". E, realmente, os trabalhistas na Inglaterra racionam gêneros pouco admissíveis, tais como, ovos, manteiga, etc. Na América do Norte o automóvel é racionado, apesar de ser objeto tão comum à vida de todos quanto um par de sapatos. Fazem isso pelo gosto de racionar? Não. E que, neste particular, os governos desses países se antecipam às donas de casa. Na Suíça e na Bélgica, antes que as donas de casa começassem a forrar as despesas, ante o temor da mobilização imediata, os governos já estavam restringindo o consumo de utilidades de tempo de paz para adaptar as fábricas à produção de materiais de destruição. Calçaram, assim, simplesmente, uma mola que não havia sido calçada antes, com oportunidade, o que está permitindo, no momento atual, algo tão interessante como o é a mobilização militar dos E.E.UU., se bem que não hajam sido chamados todos os homens que possam ser convocados. Naturalmente que o farão, quando os mesmos se fizerem necessários.

Mas, para a mobilização militar, o principal, antes do pessoal, é ter o fuzil, o morteiro, a metralhadora e o canhão a serviço desse pessoal, porque, de outro modo, seria pôr o carro adiante dos bois, e isto não o faz um Estado que tenha consciência de sua missão e de seus deveres. Por outro lado, não se deve esquecer os gastos enormes que representa uma mobilização militar e não já somente a dos homens que podem pegar em armas, senão também a mobilização de milhares de mulheres. Fazemos aqui referência a uma obra do Almirante King, em que este autor declara: "Onde haja um posto que possa ser ocupado indiferentemente por um homem ou uma mulher, que o atenda uma mulher". King se referiu simplesmente a oitenta mil mulheres mobilizadas. E este oficial general da Marinha esclarece: "E essas mulheres mobilizadas vão desde as que varrem os quartéis até as que manejam os aparelhos de rádio a serviço da navegação aérea em vôo de combate". Sabe-se que as mulheres

o podem fazer bem e, com efeito, o fizeram. Tudo isto é um pouco duro, mas é natural.

Uma mobilização desse teor descontrola completamente o regime de paz, porque o mobilizado, homem ou mulher, recebe vencimentos, etapas, pensão, indenização, reforma, ou qualquer outra denominação que seja dada; em realidade, é uma retribuição dos serviços prestados. Para cada homem que atue na frente são necessários de vinte a cinquenta na retaguarda e todos em serviço militar.

Por conseguinte, o Governo tem que levar em conta este problema e, por sua vez, tem necessidade de pensar profundamente nas possibilidades da transformação da indústria de paz para a de guerra.

Esta transformação veio acompanhada ou se produz com o pleno emprego. Dizer que esta transformação se produz com o pleno emprego, é afirmar que a mesma se realiza com determinadas características que modificam substancialmente o temor da inflação. O pleno emprego assegura que cada elemento, por menor que seja, intervenha de certo modo no crescimento dos bens manufaturados e assim cresce, efetivamente um determinado incremento ao produto; e enquanto esse incremento existir, não ocorrerá o perigo da inflação. Tudo isto faz parte da teologia fundamental de Keynes, já aceita no mundo inteiro.

Quando assim se passa, o processamento da provável inflação e o da elevação dos salários (se desnecessária e injustificada), modificam-se profundamente. Não esqueçamos que o salário, para ser apreciado com exatidão, necessita que se o considere sob dois aspectos: o número de horas de trabalho e a sua produtividade, permitindo-se a utilização do trabalho até que chegue o momento de se estabelecer o equilíbrio entre produtividade e rendimento. Isto torna possível adotar uma jornada de trabalho excepcional e anormal, própria do tempo de paz. Suspensas então, por necessidades morais superiores, as restrições que se im-

punham à jornada de trabalho, sem modificar os salários, e considerando que o trabalho é uma forma de serviço militar à Pátria, afasta-se uma das causas mais próximas e mais eficazes para a inflação, mantendo a produtividade de guerra no mais alto nível possível.

São ensinamentos que se recolheram em boa parte da última guerra, ainda que se não os conheçam profundamente, porque há um pouco de "cortina de aço" em toda parte, já que ninguém gosta de contar seus segredos; mas o que conhecemos basta para raciocinar sobre eles. Quanto tempo pode assim sustentar-se a guerra? Nisto não se pode saber se devemos ser otimistas ou pessimistas. Pessimistas, desde o momento em que se considera a guerra como anormalidade intolerável e se quer voltar à paz. Otimistas sob o ponto de vista de um governo que se dá conta até onde resistir. Quem acreditava que a primeira guerra mundial duraria quatro anos? Ninguém, e a mesma durou todo esse tempo. Quem acreditou, quando soaram os primeiros canhões na Polónia, em setembro de 1939, que iam chegar até 1945 em plena guerra? E, todavia, chegamos. Como se chegou? Muito mal, naturalmente, mas se chegou. Logo, até onde se pode chegar? Muito mais do que se pensa: tal como um organismo humano suporta muito mais do que se crê. Assim sendo, há uma série de fatores extraordinários, nem sempre examinados ou considerados.

Um governo em guerra tem que pensar sempre e, como um dever estrito, que se há de voltar à paz um dia e que portanto é preciso ter tudo disposto para quando esta voltar, o que não é simples. O reajustamento à situação de paz é um dos problemas mais difíceis. Porque não se trata simplesmente de desmontar toda a maquinaria de tempo de guerra e fazer com que a fábrica de explosivos volte a fabricar nylon ou perfumes, e que a fábrica de canhões de 30 centímetros volte a construir tratores ou automóveis de turismo. O pro-

blema é muito mais complexo. Trata-se de encontrar o mercado que aceite novamente esses produtos; é procurar quem os compre e como pagá-los; é normalizar os salários; voltar outra vez a reconstituir, não a ordem primitiva, que esta nunca mais volta exatamente, mas sim, buscar a aproximação de uma economia de guerra a uma economia normal... Operar sobre os créditos concedidos, sobre as inversões feitas, modificando outra coisa essencialmente certa: a propensão humana ao consumo e à economia, até reconstruir o equilíbrio entre esses dois fatores, de forma a assegurar, por um lado, o mercado dos bens de consumo direto, e por outro lado, a inversão que permita o desenvolvimento da economia. Isto é extraordinariamente difícil e, talvez, o mais difícil de tudo o mais.

Muitas vezes pode parecer que, política e militarmente, a manutenção de forças terrestres, navais e aéreas, mesmo não adequadas às necessidades da guerra, é uma ameaça de nova guerra, pois o governo inimigo desconfiará, sem sem dúvida, das possibilidades de um novo ataque. Mas, quem tem a incumbência de decretar o licenciamento das forças, acreditará por certo, que seria muito mais cômodo que, primeiro, as coisas fôssem recobrando sua normalidade, e a seguir, gradualmente, os homens fôssem se incorporando a ela, em vez da normalidade se acomodar aos homens. Por sua vez, os problemas de crédito, das inversões e do dinheiro propriamente são também problemas de extraordinário gravidade e ao mencionar essa trilogia, vamos tocar, inevitavelmente, nas questões *preço e salários*. Por isto é tão difícil a volta à normalidade.

E o que se vê? A Alemanha não voltou à paz; os EE.UU. não voltou à paz. Talvez alguém diga: "E a Rússia não voltou à paz?" Eu contestaria: "E as Divisões russas, armadas e equipadas, e na fronteira"? Tão pouco voltou à paz. Ninguém voltou à paz.

Quando as guerras tinham intervalos de trinta a quarenta anos, podia-se tornar à paz com mais

facilidade. Nós que conhecemos, em nossa juventude, a França derrotada, na guerra de 70, florescente, esplêndida, magnífica, como era nos primeiros anos deste século, tão pouco nós assombramos porque havia transcorrido trinta ou trinta e cinco anos, e, naturalmente, o progresso havia crescido logaritmicamente. Mas, quando as guerras surgem com intervalos de cinco a dez anos? E quando o número de conflitos provoca, após uma guerra, uma crise do tipo das de 22 e 23, e depois aquela *debacle* de 29, 30 e 31, que teve início nos EE.UU. e se estendeu ao mundo inteiro? E, se realizarmos economia demasiada em instrumentos bélicos, quem nos garantirá que a fase de crise não se tornará estacionária? É outro dos perigos graves, gravíssimos. Tudo o mais fica, em grande parte, submetido a esse movimento.

Não sabemos se as guerras se acabarão para o tempo que nos resta de vida. Atrevemo-nos a afirmar que não. É terrível a quantidade de conflagrações que se produziram por ódios raciais e mais ainda por ambições territoriais. E agora, quando já o território em si importa menos e o mercado muito mais: quando os preços representam pouco e as matérias-primas muito; e a conquista de um mercado passou a ser a razão de ser das nações contemporâneas, as guerras passaram a ter um sabor econômico que se não pode humana nem cristamente admitir. O que afirmamos acima não é o temor às guerras, apenas proclamamos os motivos pelos quais, para satisfazer os moralistas, a guerra era justa, a guerra era legítima, enfim, era considerada ne-

cessária. Mas, os demais conflitos que os tangenciam, que podem ser definidos como "tomar-se o alheio contra a vontade de seu dono" — nem são justos, nem legítimos.

Os que nos querem mal são muitos. Basta recordar todas as guerras que tivemos em nossa História. Não queremos dizer que sejamos infalíveis, impecáveis, perfeitos como nosso Pai Celestial. Não; somos homens, temos nossa parte boa e nossa parte má; mas, feito o balanço histórico e crítico das oportunidades e dos motivos de nossas guerras, nosso balanço é muito alto comparado com os demais povos. Rechacamos invasões, mas isso é sinal de que nos invadiram. Acreditamos sinceramente que, no balanço geral, temos um saldo favorável a nós.

Temos tido, em nossa frente, muita gente que, sempre que tem podido, nos tem combatido material, econômica e espiritualmente, ou seja se tem manifestado como inimigos. E queremos a paz; a paz, sim, para os homens de boa vontade, mas se os demais têm má vontade, é forçoso procurar defendermos-nos.

Tendo tudo isso presente; comparando as guerras entre si, podemos concluir dizendo que, com estes ou aqueles meios, com esta ou aquela técnica, chegado o momento de acudir a uma emergência desta sorte, o que ninguém pode esquecer é o lema conclusivo que levavam as lâminas castelhanas de Toledo: "Não se saques sem razão, nem me enbainhes sem honra".

CIA. DIAS CARDOSO S/A.

Grande Estabelecimento Gráfico — Papelaria, Livros em Branco — Instrumentos de Música e Acessórios — Fabrico e reforma de Instrumentos de Música

ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES

RUA HALFELD, 342 — TELS.: Loja, 3505; Oficinas, 3152; Escritório, 4244

CAIXA POSTAL, 45 — TELEG.: "PROGRESSO" — JUIZ DE FORA

Geografia e História Militar



MATO GROSSO E AS LUTAS PELA FIXAÇÃO DA FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL

Gen. Bda. R-1 ANTONIO DE SOUZA JÚNIOR

IV

GUERRA CONTRA O PARAGUAI — A INVASÃO DE MATO GROSSO

Desde muito que a diplomacia uruguaia trabalhava junto ao Governo paraguaio de Carlos López no sentido de indispor este último com o Governo Imperial. Mercê de uma série de intrigas, bem urdidas, conseguiu o Uruguai provar ao Paraguai que a Confederação Argentina e o Império do Brasil constituíam a maior ameaça à segurança e soberania das pequenas nações do Continente, naquela conjuntura, e contra os quais se impunha uma aliança decidida, para enfrentá-los e vencê-los, se necessário. Esse trabalho de persuasão, através de bem arquitetada trama diplomática, foi clara e criteriosamente reconstituído por Tasso Fragoso, no Capítulo III, Volume I, de seu livro "A história da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai".

Assim, quando ocorreu a intervenção do Governo Imperial no Uruguai, em 1864, em defesa dos interesses de brasileiros prejudicados pela politicagem que imperava na República Oriental, a obra, de que fôra hábil e maquiavélico artífice o Dr. Juan José de Herrera, estava completa e em condições de produzir seus perniciosos efeitos.

Por este motivo, não causou espanto ou surpresa a intromissão de Solano López nas questões que empolgavam brasileiros e orientais, de um lado, e orientais e argentinos, de outro. Instado a assumir o papel de árbitro da política de equilíbrio entre as nações do sul do Continente, Solano López não vacilou em enfrentar os perigos decorrentes, mais para satisfazer à sua imensa vaidade do que para atender

nos interesses aparentes de sua pátria.

A nota protesto que mandou entregar ao Ministro do Brasil em Assunção, a 30 de agosto de 1864, declarava que:

"O Governo da República do Paraguai considerará qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais, pelos motivos consignados no ultimatum de 4 do corrente, intimado ao Governo oriental pelo Ministro plenipotenciário do Imperador em missão especial junto daquêle Governo, como atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e que protesta da maneira mais solene contra tal ato, desonerando-se desde já de toda responsabilidade pelas consequências da presente declaração". (20)

Naquela altura dos acontecimentos, e em face da intransigência dos dois Governos, o Imperial e o da República do Uruguai, a nota do Ditador do Paraguai era um verdadeiro desafio ao Brasil. Este, porém, por meio de sua representação diplomática em Assunção, ainda tentou convencer Solano López que a atitude firme contra o Uruguai era consequência de incidentes puramente locais e não visavam a outra nação ou Governo que não fôsse o da República Oriental.

Mas, os planos de López e o destino do Paraguai já estavam, naquêle instante, definitivamente traçados.

Com o aprisionamento do navio *Marquês de Olinda*, ao norte de Assunção, no dia 12 de novembro de 1864, Solano López deu início às suas hostilidades contra o Brasil.

Sem muita perda de tempo, determinava o Ditador do Paraguai que suas forças terrestres e navais invadissem o território matogrosso, com intenções que hoje estão mais ou menos claras e definidas.

Como aconteceria às invasões de *Corrientes* e do *Rio Grande do Sul*,

não se conhece de Solano López um Plano de Operações para Mato Grosso. Deprecende-se, porém, pelos acontecimentos e por certas revelações de seus lugares-tenentes que o objetivo principal seria a posse do território litigioso compreendido entre os dois grandes rios, *Paraná* e *Paraguai*, na região sul daquela Província.

Assim, respectivamente, a 24 (ou 14, segundo Jourdan) e 29 de dezembro de 1864, saíram de Assunção e de Conceição (Concepción), as duas Expedições, naval e terrestre, que deveriam tornar realidade os sonhos do Ditador, de resolver pela força a velha questão de limites entre o Brasil e o Paraguai.

A Expedição naval, formada por cinco vapores e cinco embarcações menores e conduzindo quatro Batalhões de Infantaria e cerca de mil cavalariáneos, num total de 4.200 homens, subiu o *Rio Paraguai*, sob o comando do Cel. de Infantaria *Vicente Barrios*. Na manhã de 26 de dezembro, a Expedição chegou às vizinhanças de seu primeiro objetivo, o *Forte de Coimbra*.

A Expedição terrestre, constituída de 2.500 homens de cavalaria e um Batalhão de Infantaria, num total de 3.500 homens, aproximadamente, comandada pelo Coronel de Cavalaria *Francisco Isidoro Resquin*, marchou na direção geral de NE., com o grosso orientado para *Bela Vista* e uma flanco-guarda dirigida para o planalto de *Maracaju*, no rumo da atual cidade de *Ponta Porã*. No dia 29 de dezembro, enquanto o grosso entrava na *Colônia de Miranda*, a flanco-guarda enfrentava os heróis da *Colônia de Dourados*. (As datas aqui consignadas são as apresentadas por *Tasso Fragoso* e aproximadamente as indicadas pelos demais historiadores. É difícil, porém, conciliá-las. Realmente, se a Coluna terrestre saiu a 29 de dezembro de Conceição não poderia estar nessa mesma data em lugares distantes mais de 200 quilômetros do ponto de partida. Análogamente, dois ou três dias eram insuficientes para um navio vencer a distância que

separa Assunção do Forte de Coimbra).

A Província de Mato Grosso, na ocasião estava praticamente indefesa. Não obstante as informações que, por vezes, chegavam de Assunção e Conceição, acérea dos preparativos bélicos e das intenções do Governo paraguaio, poucas medidas, e eficientes, foram tomadas pelo Governo Imperial, convencido, por certo, de que o Paraguai não ousaria enfrentar o Brasil, naquelas circunstâncias.

Mato Grosso estava, na época, dividido em cinco Distritos Militares, a saber: Cuiabá, Mato Grosso, Vila Maria, Baixo Paraguai e Miranda. (Segundo Jourdan, em seu livro citado neste trabalho, eram apenas quatro os Distritos Militares). O efetivo total destacado nas inúmeras guarnições ou destacamentos em que se dividiam esses Distritos era, em 14 de agosto de 1864, de 875 homens, segundo Rio Branco. E nos Distritos do Baixo Paraguai e de Miranda havia apenas 81 e 84 homens, respectivamente. Como complemento, para a defesa da região, dispunha ainda o Governo da Província de seis vapores, dos quais um apenas artilhado, e do Forte de Coimbra, cuja guarnição era, naquela conjuntura, de menos de 50 homens. (20)

O estado de preparação militar de Mato Grosso por ocasião da invasão encontra-se fielmente retratado nos Relatórios dos Presidentes da Província, Brigadeiro Alexandre Manuel Albino de Carvalho e Chefe de Esquadra reformado Augusto Leverger.

Escrevia o primeiro:

"Isto quer dizer que a Província estava desarmada ou indefesa, sendo certo que esse estado de cousas e suas consequências não podem atribuir-se à falta de previsão e energia do Governo local, porque muitos atos oficiais arquivados na Secretaria da Presidência, de mais de uma administração, provam o contrário". (21)

E o segundo acrescentava:

"Logo depois desse ato desleal (aprisionamento do navio Marquês de Olinda), foi invadido o Distrito do Baixo Paraguai por uma esquadilha de vapores paraguaios, conduzindo força mais que décupla da diminuta guarnição que, disseminada por diversos pontos, era apenas suficiente para a polícia do mesmo Distrito em tempos de plena paz". (22)

E mais adiante, a propósito do pênico terror dos primeiros dias de invasão, relatava Leverger:

"Dissipando-se a confusão e aplacando-se a agitação dos primeiros momentos, os espíritos mais serenos reconheceram quão pouco provável era que a força fluvial inimiga pudesse chegar até esta cidade, à vista da dificuldade da navegação do Rio Cuiabá, a menos que a dita força tivesse, em número suficiente, vasos adaptados à nossa navegação". (22)

Mercê de urgentes e acertadas providências tomadas pelo então Presidente da Província, Albino de Carvalho, embora lhe escasseassem recursos, os Distritos Militares e guarnições ameaçadas estavam, ao ocorrer a invasão, com seus efetivos aumentados ou reforçados, nas seguintes condições:

- 1) no Forte de Coimbra, o grosso do Batalhão de Artilharia da Província;
- 2) em Corumbá, o grosso do 2º Batalhão de Artilharia;
- 3) em Vila Miranda, o caseo do Batalhão de Caçadores;
- 4) em Nioaque, o grosso do Corpo de Cavalaria.

Confrontados os meios de que dispunham invasores e defensores, naquele momento, vejamos, em linhas gerais, o que ocorreu em Mato Grosso. (De acordo com a finalidade deste trabalho, porém, apenas descreveremos, e ainda assim resumidamente, as operações militares e os episódios que interessarem, de perto, ao estudo e às conclusões da

campanha que teve por cenário as férteis e não menos formosas terras do sul de Mato Grosso, outrora disputadas pelos espanhóis e naquelas circunstâncias tão desejadas pelos paraguaios).

Já vimos que, na manhã de 26 de dezembro, a Expedição fluvial fundeu à vista e ao sul do Forte de Coimbra, "desembarcando logo parte de suas forças na margem esquerda do rio, para proceder a um reconhecimento". Na manhã seguinte, 27, a guarnição do Forte foi alertada e ocupou seus postos de combate. Eram ao todo 115 homens, comandados pelo Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Pôrto Carrero.

Depois de ter enviado um parlamentar com a intimação para que o Forte se rendesse, o que não foi aceito, determinou Barrios que tivesse início o ataque.

A principal força atacante desembarcou ao sul do Forte e à margem direita do rio, progredindo rápida e diretamente contra as defesas do propugnáculo. Mas, da outra margem, esquerda, o Forte era também hostilizado por elementos de infantaria e 12 peças de artilharia, instalados no morro fronteiro, denominado da Marinha. Apoiando esse ataque, todas as peças dos vapores e baterias flutuantes bombardeavam, de longe, o Forte. Durou a luta, nesse dia, de 11 horas e meia às 20 horas, quase ininterruptamente.

No dia 28, prosseguiu o ataque com a mesma fúria e intensidade, de 7 até às 14 horas, quando o inimigo tentou o assalto. Rechacado, com pesadas perdas, esmoreceu e aproveitou a noite para recompletar-se e refazer seus planos.

Pôrto Carrero, entretanto, que, por sua vez, estava reduzido apenas a mil tiros, dos doze mil que dispunha ao ser atacado, decidiu abandonar o Forte e retirar-se para Corumbá. Assim, durante a noite, embarcou toda a guarnição da praça no vapor Anhangá, que desde o início se encontrava em águas a montante do propugnáculo, e subiu o rio com destino àquela localidade.

No dia 29 de dezembro, pois, Barrios ocupou a Fortaleza abandonada, onde apenas encontrou 18 feridos paraguaios.

Na manhã de 1 de janeiro de 1865, seguindo no encalço dos retirantes, Barrios chegou à Guarda de Albuquerque. Daí mandou fazer um reconhecimento à foz do Rio Miranda e resolveu continuar subindo o rio, a fim de atacar e apoderar-se de Corumbá.

Na tarde de 3 de janeiro, Barrios fez desembarcar uma força a cerca de duas léguas ao sul da povoação, e no dia seguinte, 4, a sua vanguarda ocupava, sem resistência, a localidade, cujos defensores, sob o comando do Cel. Carlos Augusto de Oliveira, haviam se retirado, rio acima para Cuiabá.

Alguns navios paraguaios ainda tentaram alcançar os vapores brasileiros que se dirigiam para a capital da Província, conseguindo, em parte, o intento, com a captura de duas dessas embarcações, sendo uma delas à altura da foz do Rio São Lourenço. Mas, a força retirante, depois de superar tremendas dificuldades, atravessando rios e pantanais em simples canoas, ou vencendo longas distâncias a pé, conseguiu finalmente chegar a Cuiabá em pequenos grupos, entre os meses de março e maio desse ano.

A Expedição terrestre, comandada por Isidoro Resquin, em sua marcha invasora, foi obtendo os mesmos sucessos, em virtude do quase abandono em que se encontravam as guarnições militares sediadas na Província de Mato Grosso. Realmente, a 29 de dezembro, ou a 28, segundo Taunay (Nota 23), enquanto o grosso, vindo de Bela Vista, entrava na Colônia de Miranda, então abandonada, a sua flancoguarda, ao mando de Urbieta, procedente das cabeceiras do Ipané, investia e conquistava a Colônia de Dourados, onde o Tenente de Cavalaria Antônio João Ribeiro e seus 15 denodados companheiros escreviam uma das mais belas páginas de heroísmo dessa guerra. (Desenho n. 2).

O grosso continuou a marcha para o N. e, nos Rios Feio e Desbarrancado, derrotou, a 31 de dezembro, forças da guarnição de Nioaque. No dia 2 de janeiro de 1865, Resquin ocupava essa localidade, também deserta, por terem seus habitantes fugido para a Vila de Miranda ou para os campos da Vacaria, no planalto de Maracaju. Mas, a tropa retirante, sob o comando do Tenente-Coronel José Antônio Dias da Silva, dirigiu-se de Nioaque para a Vila de Miranda e daí para o lugar denominado Sallobra, três léguas a jusante dessa última povoação.

Informado dos acontecimentos ocorridos em Coimbra e Corumbá, e certo de que não poderia receber reforços do norte, Dias da Silva decidiu retirar-se, com a tropa de que ainda dispunha, na direção de Santana do Paranaíba, aonde chegou em fevereiro ou março, com o efetivo reduzido a 100 homens, apenas.

Estava, praticamente, indefeso o território sul da Província de Mato Grosso, e suas cidades e habitantes à mercê do inimigo. Este continuou avançando, de Nioaque para a Vila de Miranda, em cujas proximidades acampou, a 12 de janeiro, depois de ter feito junção, três dias antes, com a Coluna invasora procedente de Dourados.

De posse de Miranda, onde arrecadou apreciável quantidade de material bélico, Resquin enviou um Destacamento de 300 homens na direção de Coxim ou Núcleo Colonial do Taquari (hoje chamado Herculanéa), o qual chegou ali sem encontrar a menor resistência.

Não sabemos se por falta de ordem superior ou por não fazer parte dos planos de conquista, ou ainda por outro motivo qualquer, o fato é que o Expedição fluvial não foi além da foz do Rio S. Lourenço e a Expedição terrestre não ultrapassou os pantanais do Rio Pequiri, um pouco além de Coxim, sem nenhuma tentativa de ameaça à capital da Província.

Esses fatos, aliás, vêm corroborar a tese dos que afirmam que López não apenas premeditou cuidadosa-

mente a invasão de Mato Grosso, senão que era sua maior aspiração a posse definitiva da larga e rica faixa de terras do sul dessa Província, desde muito disputada ao Brasil pelo Paraguai.

A premeditação de López encontra-se provada em muitos fatos (treinamento de um grande exército em relação ao seu país e escolha dos pontos de concentração), inclusive nos seguintes pormenores registrados por Estevam de Mendonça em "Datas matogrossenses" (24):

■ "Chega a Corumbá (15 de abril de 1863) a escuna Ulisses, procedente de Assunção, conduzindo a seu bordo o Tenente André Herrerias, da marinha paraguaia. Acolhido prazentemente pelo Cmt. da Guarnição, subiu até a Fazenda São José, tendo antes visitado o posto naval de Dourados. Dois anos mais tarde, subia o mesmo trecho comandando o navio de guerra Iporá, que deu caça ao Anhambai". (25)

E mais adiante:

"Chega à Vila de Corumbá (25 de novembro de 1863) com uma carta de apresentação para o negociante Vicente Solari, o intitulado fazendeiro paraguaio Izidoro Resquin, dizendo-se candidato à aquisição de terras no município de Miranda. Acolhido prazentemente, e hospedado no seio da família Solari, que o cumuleou de atenções, dias depois seguiu para Miranda e dali para Nioaque, sempre acompanhado por um guia brasileiro que levava de Corumbá. Regressou em fevereiro, mostrando-se satisfeito com a beleza dos campos percorridos e declarando-se decidido a fundar um estabelecimento pastoril na zona do Amambai. Em março seguiu para Assunção, tomando passagem no paquete Marquês de Olinda. Em dezembro de 1864, porém, o pretenso fazendeiro invadia a fronteira do sul na

sua verdadeira qualidade de coronel do Exército paraguaio e, à frente de numerosa coluna, esmagava, de chofre, a pequena guarnição da Colônia de Dourados". (25)

A intenção de tomar posse de terras matogrossenses, julgadas paraguaias, transparece claramente das Instruções de López aos seus lugares-tenentes em Mato Grosso. Assim, nas Instruções datadas de 2 de março de 1865, de Assunção, assinadas por Venâncio López e dirigidas ao Cel. Barrios, Cmt. da Expedição do Alto Paraguai, dizia-se:

"A ocupação das Colônias de Miranda e Dourados, o Destacamento e Vila de Nioaque, a Vila Miranda; a tomada de valiosos petrechos de guerra, e de outros recursos públicos, assim como o reconhecimento da direita do Aquidauana, praticado no mesmo curto espaço de tempo, são feitos gloriosos para a pátria, que recuperou assim todo o território que, pelo descobrimento, pela posse e pelos Tratados de 1750 e 1777, é reconhecidamente paraguaio". "A conservação e seu destino imediato formam o objeto das Instruções definitivas que com esta data se dão para ambas as Divisões". (25)

Na realidade, não houve tentativa seria de ameaça ou de ataque a Cuiabá, assim que os principais objetivos ao sul da Província foram atingidos e conquistados.

Não obstante, o Governador Albino de Carvalho tomou todas as medidas para defesa da capital. Uma forte posição foi estabelecida no Rio Cuiabá, no local denominado Melgaço, para barrar o acesso às esquadrihas ou navios inimigos, e outra instalada à margem do Rio Aricá, para cobrir a capital de incursões terrestres, pela estrada de Coxim — Pequiri — Cuiabá.

Ficaram, destarte, os paraguaios de posse do extenso território compreendido entre os Rios Paraná e

Paraguai, objeto de antiga e acirrada controvérsia, ocupando, quase até o final da guerra, as principais povoações então aí existentes, a despeito das tentativas realizadas pela Coluna terrestre procedente de Uberaba e da Expedição fluvial que reconquistou Corumbá, em 13 de junho de 1867.

Muito embora não tenha exercido a menor influência no resultado da guerra, mesmo no Teatro de Operações secundário, da Província de Mato Grosso, registraremos aqui, sumariamente, o roteiro da Coluna terrestre, mandada de São Paulo e Uberaba, em auxílio da Província invadida. (Desenho n. 2).

Com um encargo exageradamente superior às suas possibilidades, a Coluna só poderia fazer o que fez: escrever uma bela página de heroísmo e sofrimento, que passou à História como a Retirada da Laguna.

Aos 10 de abril de 1865, uma Coluna de 568 homens, sob o comando do Cel. Manuel Pedro Drago, saiu de São Paulo e chegou a Uberaba no dia 18 de julho.

Em Uberaba, a Coluna recebeu contingentes, organizou-se em uma Brigada, com o efetivo de 1.209 combatentes, e, no dia 4 de setembro, somando 1.575 homens e 12 bôcas de fogo, prosseguiu na marcha rumo à Província de Mato Grosso.

Como a estrada que passava pela povoação de Santana do Paranaíba, segundo prevenia o Governador de Mato Grosso, estava ameaçada com a incursão dos paraguaios a Coxim, o Comandante da Coluna desviou o seu roteiro de marcha para noroeste, no rumo de Goiás, ou de Santa Rita, à margem do Rio Paranaíba, onde chegou aos 29 daquele mês.

No dia 20 de outubro, o Coronel Drago deixou o Comando da Expedição, sendo substituído pelo Coronel José Antônio Fonseca Galvão, e, a 31, depois de realizar, com dificuldade, a passagem do Rio dos Bois, a Coluna atingiu a povoação de Vila das Abóboras ou Doras do Rio Verde. Tomou, em seguida, o

rumo dos Baús, que está situado quase no divisor de águas do Paraná, Paraguai e Araguaia. (26) A 8 de dezembro, alcançava o local denominado Pólvora, a mil quilômetros de Uberaba, e, no dia 20, atingia Coxim (Herculânea), depois de cobrir 1.106 Km, desde aquela cidade de Minas, através do território de Goiás. Nesse instante, a Coluna, engrossada com um contingente dessa última Província, somava 2.080 homens, repartidos em duas Brigadas. (Taunay, em "Memórias", Edição Ipê, São Paulo, 1948, página 197, avalia o efetivo combatente em 2.203 homens e o total em 3.500 pessoas acampadas em Coxim).

Aos 25 de abril de 1868, o Brigadeiro Galvão, posto a que fora promovido o Cmt. da Coluna, reiniciou a marcha, à testa da 1ª Brigada, seguindo-lhe os passos, dias depois, a 2ª Brigada. A 8 de maio, a 1ª Bda. alcançou o Rio Negro e, uma semana após, aí também chegava a 2ª Bda. Com outros reforços recebidos, a Expedição contava agora 2.700 homens, aproximadamente.

Surpreendida pelas chuvas e, em seguida, pelas cheias dos rios e do pantanal, a Expedição ficou paralisada durante mais de um mês.

Entrementes, sucumbia o Brigadeiro Galvão e assumia o Comando da Coluna o Ten.-Cel. Joaquim Mendes Guimarães, o mais antigo em graduação. Preocupado em sair de tão embaraçosa situação, reiniciou o movimento das Brigadas no dia 24 de junho, com destino a Miranda. A 3 de julho, alcançou o Taboco, nas proximidades do Rio Aquidauana e, no dia 13, passava o Comando da Expedição ao Coronel José Joaquim de Carvalho, que viera de Curitiba para esse fim.

A 5 de setembro, a Expedição prosseguia rumo ao sul, a 13, transpunha o Rio Aquidauana e, a 17, chegava a Miranda, depois de 525 dias de marcha penosa e cheia de dificuldades, privações e sacrifícios indescritíveis!

Desconhecem-se os motivos que levaram a Coluna a Miranda, ao invés de Nioaque, como indicara a

Comissão de Engenheiros, encarregada do reconhecimento que precedera a partida de Coxim. O fato é que as consequências desse novo erro se tornaram fatais à Coluna, pois, em virtude do tempo e das epidemias locais foi obrigada a permanecer 118 dias naquela povoação e sofreu baixas elevadas em seus efetivos. (27)

No dia 1 de janeiro de 1867, chegou a Miranda novo Comandante para a Coluna Expedicionária, o Cel. Carlos de Moraes Camisão, em substituição ao Cel. José Joaquim de Carvalho, que adoeceu.

Nesse momento, o efetivo da Expedição achava-se reduzido a 1.500 homens, tendo perdido portanto cerca de 1.100 homens, de Coxim a Miranda, vitimados tão somente por moléstias e fadiga, já que os paraguaios haviam se limitado, até aquele instante, a retirar sem combater.

Depois de dar nova organização à Coluna, que passou a ter apenas uma Brigada, o Cel. Camisão determinou o reinício do movimento para Nioaque, a 11 de janeiro. No dia 24, tendo realizado a média de 15 Km diários de marcha, a Coluna chegou ao destino.

Corno acontecera até ali, os paraguaios já haviam se retirado, depois de incendiar e destruir tudo que puderam, de modo a não deixar o mínimo recurso às tropas brasileiras.

Através das páginas emocionantes da "Retirada da Laguna" de Taunay, sabemos, hoje, o que levou o Cel. Camisão a tentar uma investida pelo território paraguaio, na direção de Concepción (Conceição).

Assim, depois de muitas vacilações e adiamentos, deu-se a partida de Nioaque, a 25 de fevereiro de 1867. Levava agora a Coluna, como guia, o velho José Francisco Lopes, proprietário da Fazenda Jardim, e que tão relevantes serviços iria prestar aos expedicionários.

No dia 4 de março, a Coluna alcançou a Colônia Militar de Miranda, onde permaneceu mais um mês, entre novas incertezas e indecisões de seu Comandante.

Afinal, no dia 14 de abril, a Expedição levantou acampamento e reiniciou o movimento, em meio ao entusiasmo geral, rumo ao Apa e ao território inimigo. A 19, começaram a aparecer os cavaleiros paraguaios, que seguiam de perto os expedicionários brasileiros, e, no dia 20, houve um ligeiro encontro entre duas pequenas forças, nos terrenos da Fazenda Machorra.

A 21, a Expedição atravessou o Rio Apa e ocupou a localidade de Bela Vista, a cujas casas e quartel os paraguaios lançaram fogo, destruindo toda espécie de recurso que não puderam carregar.

Estava, destarte, a Coluna Expedicionária em território inimigo, mas, impossibilitada de prosseguir para o sul, porque lhe faltava a Cavalaria necessária, não só para enfrentar e repelir a Cavalaria inimiga, como também para arrebanhar o gado indispensável à subsistência da tropa.

Os paraguaios, por seu turno, assim que verificaram não ter pela frente os 6 mil homens que supunham, pelas primeiras notícias, redobram de audácia e agressividade. Suas patrulhas ou partidas atacavam e recebiam a tiro toda patrulha brasileira que se aventurava pelos campos próximos.

Mas, a 30 de abril, diante da informação de que, numa Fazenda de Solano López, denominada Laguna, distante quatro léguas dali, havia gado e recursos abundantes, a Coluna levantou acampamento de Bela Vista, e, no dia seguinte, chegou àquele local, onde encontrou apenas incêndios e ruínas. O gado e a cavalaria tinham sido retirados a tempo e somente uns 50 bois puderam ser arrecadados.

Ao invés do que era esperado, a situação tornou-se grave. Sem provisões e sem possibilidade de ser convenientemente socorrida ou abastecida, não restava outro recurso à Expedição senão o de regressar ao território pátrio, em busca de alimentos e de segurança.

Não desejando, porém, aparentar fraqueza ou covardia, determinou o Cbl. Camisão, antes de iniciar a retirada, que forte Destacamento

realizasse golpe de mão contra um acampamento inimigo nas vizinhanças, o que foi feito com pleno êxito, na madrugada do dia 7.

E no dia 8, todos satisfeitos com o tremendo golpe assestado, na véspera, contra o inimigo, teve início a retirada, que ficou célebre em nossa História Militar, pelas privações e sofrimentos impostos aos bravos soldados que compunham as "Forças em Operações ao Norte do Paraguai", título que acabara de tomar a Coluna Expedicionária procedente de São Paulo e Uberaba.

O que foi essa dramática retirada, conta-nos Taunay em seus livros e dispensamo-nos em repetir, porque foge à finalidade deste trabalho e são páginas fulgurantes que todos os brasileiros conhecem e admiram.

Interessa-nos apenas saber que a Coluna, sempre seguida de perto pelos cavalarianos inimigos, que a atacavam de dia e de noite, em emboscadas, ou em pequenas investidas de surpresa, marchou em retirada pelo mesmo itinerário até o Rio Apa. Daí, a conselho do guia Lopes, e a fim de alcançar Nioaque, pelo caminho mais curto e menos conhecido dos paraguaios, a Coluna deixou a estrada da Machorra, no dia 12, e tomou o rumo norte, derivando freqüentemente para enganar o adversário.

No dia 22, a Expedição atingia as margens do Rio da Prata, afluente do Rio Miranda, seguida sempre pelo cortejo trágico, — a fome, o fogo, o cólera-morbus e o inimigo, — mas, a 27, depois de sofrimentos inenarráveis, pisava as terras da Fazenda Jardim, onde, atacados também pela peste, e à vista da casa hospitaleira dos Lopes, faleceram o Comandante da Coluna, Cbl. Camisão, e o seu guia, o velho José Francisco. (28)

Assumiu, então, o Comando da Coluna o Major José Tomás Gonçalves, que determinou em seguida a passagem do Rio Miranda, no dia 30, e o prosseguimento da marcha, no dia 1 de junho, no rumo de Nioaque.

A 4 desse mês, a Coluna alcançou essa localidade, ainda fumegante, pelos incêndios que os paraguaios atearam nas últimas casas ali existentes. A 5, continuou a marcha, atingindo sucessivamente, a 8, o Rio Taquaruçu, e, a 11, o Porto Canuto, à margem do Rio Aquidauana, onde teve praticamente fim aquela dramática retirada, que durara 35 dias e custara cerca de 600 homens!

Não obstante os grandes sacrifícios impostos a esses bravos soldados, nenhuma influência teve, sobre as operações, a presença da Coluna Expedicionária no sul de Mato Grosso, na realidade Teatro secun-

dário de Operações. Tanto assim foi que, somente depois de a nossa Esquadra ter forçado a passagem de Humaitá, em 19 de fevereiro de 1868, e subido até Assunção, os últimos contingentes paraguaios abandonaram Corumbá, Coimbra e a região fronteiriça, retornando ao seu país.

A guerra havia sido efetivamente decidida no próprio território inimigo, depois de quatro terríveis anos de luta, em que a nação guarani se esvaira completamente, pela perda substancial de quase todos seus recursos humanos e materiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(20) TASSO FRAGOSO, Augusto — História da guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai. Volume e edição citados em (16), páginas 199 a 221.

(21) CARVALHO, Albino — Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 30 de agosto de 1865. Cuiabá, 1865.

(22) LEVERGER, Augusto — Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, 1865.

(23) TAUNAY, Visconde — Memórias. Página 283. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

(24) MENDONÇA, Estevam — Datas matogrossenses. Niterói, 1919.

(25) SPALDING, Walter — A invasão paraguaia no Brasil. Páginas 570 a 593. Rio de Janeiro: Edição Brasileira, 1940.

(26) TAUNAY, Visconde — Marcha das Forças (Expedição de Mato Grosso). Páginas 96 a 130. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1928.

(27) TAUNAY, Visconde — A retirada da Laguna. Página 20. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1874.

(28) TAUNAY, Visconde — A retirada da Laguna. Edição citada em (27), página 184.

(Continua)

FRIGORÍFICO "SANTA MARIA"

DE

JEFFERSON DAIBERT

Diariamente: Frangos, Galinhas, Patos, Perus, Leitões, Cabritos, Carneiros — Vivos ou abatidos — Viteio e Porco. Toucinho e Banha — Especial Lingüiça "Santa Maria" — Peixes: Camarão, Garoupa, Cação, Pescadinha, Sardinha, etc. — Frutas: Peras, Maças, Ameixas, Uvas argentinas e nacionais, etc.

CONSERVAS EM GERAL — VINHOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Entregas à domicílio

AVENIDA DOS ANDRADAS, 99 — TELEFONE, 1772 — JUIZ DE FORA — MINAS

(N. 4)

AS GUERRAS DO PRATA

(SUMARIO)

Ten.-Col. JOAO BAPTISTA PEIXOTO

Como sabemos, a fixação dos limites entre as terras de Portugal e Espanha, na América, foi demorada e difícil.

Os conflitos duraram mais de três séculos e, apesar de terem assinados vários tratados, as cortes bérberas não encontraram soluções satisfatórias, particularmente nas regiões onde os interesses recíprocos eram maiores.

De 1494 até 1801, os Reinos de Portugal e Castela assinaram os tratados de Tordesilhas (1494), Utrech (1715), Madri (1750), Paris (1761), S. Idelfonso (1777) e Badajós (1801).

Depois das revoluções liberais de 1778 e 1789, os Vice-Reinos espanhóis da América multipartiam-se, dando origem a várias nações, cujas lutas pela libertação duraram 15 anos (1810-1825).

O Brasil teve mais sorte porque seu imenso território não se desmembrou e sua emancipação foi mais pacífica, tendo contribuído, para isso, muitos fatores de ordem social, econômica e política.

Quando essas nações surgiram, os seus limites ainda não estavam assentados e quase todos haviam erdado questões de espaço entre si, o que fatalmente viria perturbar a formação das mesmas e prejudicar a harmonia e o progresso continentais.

Na rica bacia do Prata, os conflitos entre os espanhóis e os portugueses começaram com a fundação de um povoado pelos lusitanos, na margem oriental do Rio da Prata, que os castelhanos não

havam ocupado até aquela ocasião (1680) por estarem interessados pela descoberta do El Dourado que esperavam encontrar nas nascentes do grande rio.

As questões de espaço entre Portugal e Espanha sucederam graves conflitos entre o Brasil e os países remanescentes do Vice-Reino do Prata, cuja reconstituição tinha como principal obstáculo a política do Império luso.

Tais conflitos convulsionaram aquela região de tal maneira que os desentendimentos resultaram em três guerras consecutivas:

- a Guerra da Cisplatina (1827-28);
- a Guerra contra rosas (1851-52);
- a Guerra contra o Governo do Paraguai (1864-70).

Praticamente, o Século XIX foi, portanto, um século de guerras na América Meridional porque, depois de 15 anos de lutas pela independência (1810-25), a paz continental foi ainda perturbada durante 50 anos por uma série de agitações políticas.

Não há nenhuma dúvida de que tais acontecimentos trouxeram alguns benefícios para a América Latina, mas não se pode contestar que os mesmos também causaram graves prejuízos à fraternidade e à prosperidade continentais.

Tanto é assim que os povos sul-americanos, até hoje, vivem muito isolados, atrasados e empobrecidos, a despeito do continente sul-americano possuir, em seu solo, imensa gama de riquezas complementares:

uma extensa região agro-pecuária em zona de clima temperado; grandes jazidas de ferro, cobre, estanho e prata, no escudo cristalino brasileiro e na Cordilheira dos Andes; enorme quantidade de petróleo na sinclinal andina, desde o Lago Maracaibo, na Venezuela, até Neuquén, na Argentina e, finalmente, um extraordinário potencial hidrelétrico.

A História é uma fonte de ensinamentos, na qual encontramos a orientação a seguir para ligar o passado ao futuro. O seu estudo tem, pois, uma grande influência sobre o destino dos povos.

Sendo assim, os historiadores devem ter muito cuidado na descrição dos feitos nacionais, para não semearem o ódio e a desarmonia, em lugar da fraternidade e da felicidade.

Creio que a árvore frondosa da política de boa vizinhança ainda não produziu, no continente sul-americano, os saborosos frutos que dela se esperavam justamente porque, até hoje, alimentamos nos nossos livros velhas questões com os nossos vizinhos.

O nosso propósito aqui não é, entretanto, doutrinar sobre este importante assunto, nem criticar os nossos livros porque reconhecemos que nos falta autoridade para isso. O que pretendemos é apenas apresentar um esboço de estudo das Guerras do Prata, tendo em vista facilitar ao leitor uma rápida impressão de conjunto quanto à sequência e à conexão daqueles fatos, no tempo e no espaço.

Como minúsculas fotografias daqueles acontecimentos, os resumos que se seguem não revelam detalhes, mas nos permitem perceber, sem dificuldades, algo de concreto sobre os antecedentes, as causas, o desenrolar e as consequências de cada um daqueles conflitos.

A GUERRA DA CISPLATINA OU CAMPANHA DE 1827

Antecedentes:

— Questões de limites entre Portugal e Espanha no Rio da Prata (1680-1801).

— Revolução de Buenos Aires (1810) e fragmentação do Vice-Reinado do Prata.

— Campanha de Artigas contra as tentativas de conquista da Banda Oriental pelo governo de Buenos Aires e pelo Reinado lusitano.

Acontecimentos preliminares:

— Intervenções de D. João VI (1811-1816), objetivando impedir a inclusão da Banda Oriental na Confederação das Províncias do Prata e, ao mesmo tempo, estender os limites do Reinado até as margens do importante estuário.

— Incorporação da Banda Oriental do Uruguai ao Reino Unido de Portugal, com o nome de Província Cisplatina, após a batalha de Taquarembó, último esforço militar de Artigas pela libertação de sua pátria (1821).

— Renção dos "Trinta e Três" patriotas chefiados por Lavaleja.

— Vitória dos orientais em Rincon.

— Separação da Província, após a declaração de independência, feita por um Congresso reunido em Flórida (1825).

— Vitória do exército libertador em Sarandí (1825).

Causas:

— Em vista da declaração do Congresso de Flórida pela incorporação da Província Oriental à Confederação do Prata e da derrota das forças imperiais em Sarandí, o Governo de Buenos Aires solicitou ao Governo brasileiro a retirada das forças que permaneciam na Banda Oriental.

Não sendo atendido, o governo argentino recorreu ao emprêgo da força, iniciando, assim, uma luta que viria terminar sem vencedores, mas que prolongou um secular conflito, indispondo duas novas nações, entre as quais seria preferível que houvesse harmonia em vez de discórdia.

— A causa determinante desta campanha foi, pois, o recíproco interesse do Brasil e da Argentina pelo território do Uruguai, que o Reinado tentou incorporar ao domínio lusitano para estender os li-

mites da colônia até as margens do Prata, a despeito da reação oposta pelos espanhóis, preocupados em defender a posse de ambas as margens do importante estuário-chave de uma rica bacia hidrográfica.

Consequências:

— A posse da Cisplatina não tinha razoáveis fundamentos: por isso, a sua ocupação teve curta duração.

— Não tendo havido vitória decisiva entre as forças de Barbacena e Alvear, na batalha do Passo do Rosário (1827-20 de fevereiro) — último ato da campanha — os antagonistas resolveram fazer a paz, e, no ano seguinte, assumiram o compromisso de respeitar a independência da "Província Oriental do Uruguai" (27 de agosto de 1828), que surgiu como um verdadeiro Estado tampão entre as ambições da Argentina e do Brasil, quanto à margem setentrional do estuário platino.

— A posse efetiva da Banda Oriental proporcionaria, entretanto, grandes vantagens econômicas e militares ao Império; por isso, a sua perda se refletiu no prestígio da Corte e concorreu para incompatibilizar o Imperador com o Parlamento, tendo mesmo contribuído para sua abdicação, poucos anos depois.

— Aparentemente, o velho conflito ficara encerrado, porém na realidade tal não acontecera, porque os beligerantes filiaram-se aos partidos (Blanco e Colorado) da nova República e a intromissão foi de tal ordem que resultou na guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-1852)

Antecedentes:

— Divergências de limites entre Portugal e Espanha no Rio da Prata (1680-1801).

— Fundação do Vice-Reinado do Prata, com sede em Buenos Aires (1776).

— Desmembramento do imenso corpo colonial espanhol na América Latina (1810-1825).

— Questão da Cisplatina: intervenção do Reinado (1811-1816); incorporação (1821); separação (1825); guerra (1825-1827).

— Independência do Uruguai (1828).

Causas:

— A causa fundamental da guerra contra Rosas foi o conflito entre as pretensões do domínio e conquista do governo argentino na bacia do Prata e a política do Império que era justamente impedir a reconstituição do Vive-Reinado do Prata, defendendo a independência dos países platinos ameaçados pela projetada Confederação do Prata.

— Os obstáculos do governo argentino à livre navegação na rica bacia, cujo controle Rosas desejava possuir, como condição básica para execução do seu projeto, concorreram poderosamente para indispor o governo de Buenos Aires com seus adversários.

— A fixação de limites entre o Brasil e o Uruguai, na linha do Quaraím e do Jaguarão, passando depois pela Lagoa Mirim e indo até o Arroio Chuí, foi outra causa determinante desta guerra, porque invalidou, definitivamente, o tratado de S. Idelfonso assinado em 1777, ficando o Brasil com o território das Missões do Uruguai, que os espanhóis alegavam lhes pertencer.

Acontecimentos preliminares:

— Lutas internas no Uruguai, entre os partidos políticos: Blanco ou Conservador, filiado ao governo argentino e Colorado ou Liberal, filiado ao governo do Brasil (1829 a 1868).

— Intervenção do governo argentino: Oribe (1843).

— Aliança ofensiva e defensiva entre o Império, as Províncias de Corrientes e Entre Rios (Urulza) e a Rep. do Uruguai (partido Colorado) contra Oribe e Rosas, objetivando assegurar a independência e pacificação do Uruguai.

Fases :

— A primeira fase da guerra foi a luta contra Oribe, no território do Uruguai e que terminou com a rendição do inimigo em Las Piedras.

— A segunda fase foi a luta contra as forças de Rosas, nas Províncias de Santa Fé e Buenos Aires, encerrada com a importante vitória dos aliados em Monte Caseros, em cuja batalha (3-II-1852), o caudilho foi derrotado pelo Visconde de Porto Alegre, conseguindo, porém, fugir para a Inglaterra.

— Logo depois da vitória de Monte Caseros, o Gen. Urquiza assumiu o governo argentino e as forças brasileiras regressaram à metrópole.

Consequências :

— Tendo impedido a execução do plano de Rosas para reconstituir o Vice-Reinado do Prata, o Império conseguiu uma situação de equilíbrio na rica bacia platina e frustrou uma possível ação do bloco espanhol contra o Brasil, ficando, também, encerrada, assim, a questão sobre a linha divisória entre o Brasil e o Uruguai.

— O Uruguai teve a consolidação da Independência, e o Paraguai teve o direito à livre navegação no Rio da Prata, indispensável à sua existência.

— A República Argentina, depois de 23 anos de tirania, foi reorganizada sob um regime democrático e federativo.

— Os conflitos na bacia do Prata, entretanto, não terminaram aí. Houve ainda outra guerra pela mesma causa (expansão territorial) — a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai (1864-1870).

A GUERRA CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAI (1864-1870)**Antecedentes :**

— Questões de limites entre Portugal e Espanha no Rio da Prata (1680-1801).

— Fragmentação do Vice-Reinado do Prata, fundado em 1776, com sede em Buenos Aires.

— Lutas da Banda Oriental contra a dominação de Buenos Aires e pretensões de conquista do reino lusitano (1811 a 1816).

— Incorporação (1816), separação (1825) e emancipação (1828) da Província Cisplatina.

— Guerra do Império contra Oribe e Rosas (1851-1852) para impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata, desfeito com a emancipação das províncias.

Causas :

— Com a independência do Uruguai e a derrota de Rosas, em Monte Caseros, parecia que o velho conflito de limites, na Bacia do Rio da Prata, ficara encerrado; entretanto, tal não aconteceu, porque houve, ainda, outra guerra pela mesma causa — a Guerra do Paraguai ou a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

— Logo depois da sua independência (1811), o Paraguai se apercebeu de que a nação guarani, emergida na árida planície do Chaco, teria contra si as desvantagens de ser um pequeno estado, pobre e mediterrâneo.

— A guerra, para conquistar pela força o espaço que o destino não lhe dera, seria o único recurso para atender aos imperativos da própria existência nacional — fatalismo geográfico do Paraguai.

— Foi por isso que os Lopes, pai e filho, isolaram o país durante 30 anos (1844-1864) e concentraram todos os esforços na preparação psicológica e militar do povo para enfrentar aquela dura fatalidade.

Objetivos :

— As pretensões de Solano Lopes na Bacia do Prata até hoje são desconhecidas. Todavia, a conduta da guerra travada pelo ditador nos permite concluir que o seu plano devia ter em vista :

a) conquistar o território das Missões do Uruguai, a planície meridional do Rio Grande do Sul, objetivando alcançar o litoral atlântico ;

b) conquistar o território de Ponta Porã (Sul de Mato Grosso), a Mesopotâmia argentina (Corrientes e Entre Rios) e, finalmente, o Chaco Central, tudo isto certamente para ter o controle da navegação fluvial, numa grande extensão da rica bacia platina.

Como estes propósitos estavam em flagrante conflito com os interesses e a política do Império e da República Argentina, a reação destes países seria inevitável.

Acontecimentos Preliminares:

— A guerra do Paraguai começou com a interferência de Lopes na questão do Império com o Governo da República do Uruguai, por causa do apoio que o Brasil dava ao partido do General V. Flores, empenhado em "libertar e pacificar" a província, derrubando o Governo de Aguirre, já então sob a "proteção" do governo do Paraguai.

— Entretanto, apesar da intervenção de Lopes, Aguirre foi deposto e Flores assumiu o poder, o que veio a ser um bom pretexto para o caudilho iniciar a sua premeditada guerra de expansão.

— O seu primeiro ato de guerra foi o aprisionamento, em Mato Grosso, do vapor "Marquês de Olinda".

— Depois, foi a invasão de Corrientes, fato este que resultou na formação da Tríplice Aliança (1865).

Fases:

— Na primeira fase, cuja duração foi de dois anos (1864-1866), a ofensiva de Lopes teve algum êxito, mas não conseguiu atingir os objetivos finais. As principais etapas desta fase foram:

- a Invasão de Mato Grosso pelo Rio Paraguai e por terra — Campanha do Apa.
- a Invasão do Rio Grande do Sul.
- a Invasão de Corrientes e ocupação da Província.
- a Batalha Naval do Riachuelo (11-VI-1865).
- a Ocupação de Uruguaiana.

— A segunda fase foi a contra-ofensiva dos aliados (1866-1869):

- Rendição de Uruguaiana.
- Concentração em Mercedes — Travessia do Paraná no Passo da Pátria.
- Batalha de Tuiuti (24-V-1866).
- Ataque ao forte de Curuzú; ocupação de Curupaiti; sítio de Humaitá.
- Batalha de Lomas Valentinas; rendição de Angosturas; entrada em Assunção.

— A terceira fase foi a perseguição (1869-1870):

- Ocupação da capital guaraní — Marcha no encalço de Lopes.
- Morte do heróico caudilho em Cerro Corá, nas margens do Rio Aquidaban, em março de 1870.

Desfecho:

— A Guerra durou cinco anos. A Aliança de 1865 proporcionou a necessária união e a vitória militar aos aliados.

— As negociações para estabelecimento da paz duraram mais tempo e não alcançaram o mesmo êxito.

— As dissensões verificadas por causa de interesses em conflito empanaram a vitória política da Aliança que seria a paz definitiva na Bacia do Prata.

— Terminada a guerra, foi feito um acordo preliminar de paz (1870).

— As condições do tratado de 1865, quanto aos limites com o Paraguai, impediram a negociação coletiva e, por isso, o Império fez o ajuste separadamente (1872).

— Houve um grave dissídio entre os Governos do Império e da República Argentina que quase terminou em guerra. Felizmente, porém, a razão predominou e a harmonia foi restabelecida.

— O tratado de paz da Argentina com o Paraguai foi assinado no ano de 1876, sendo que o direito ao Chaco Boreal foi decidido por arbitragem (1878).

Consequências:

— O Paraguai, em vez de expansão territorial, foi reduzido; depois teve a depressão econômica, as crises sociais, a instabilidade de Governos e por fim outra guerra por causa de limites, acabando arruinado.

— A República Argentina teve acréscimo territorial (Missões paranaenses e Chaco Central), prosperidade econômica, predomínio político e consolidação da unidade nacional.

— O Uruguai teve a pacificação nacional e estabilidade de Governo

com a preponderância do Partido Colorado e o progresso.

— O Império defendeu a integridade nacional contra as pretensões de Lopes, porém, depois da vitória militar, quase levou o país a uma nova guerra, por causa de divergências com a República Argentina quanto à fixação de limites deste país com o Paraguai, no território do Chaco Boreal.

— As compensações não foram muito vantajosas, tanto assim que a monarquia teve poucos anos de vida depois do conflito, a despeito da estima e da projeção que tinha o augusto imperador D. Pedro II.

NOVA EMBALAGEM!



AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA

MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!



(N. 16)



DIVERSOS

27 DE NOVEMBRO

Oração proferida, em nome do Exército, pelo General ANTONIO JOSÉ COELHO DOS REIS, por ocasião das solenidades cívico-religiosas realizadas no cemitério de São João Batista, em memória das vítimas do movimento comunista de 1935

Uma vez mais, à beira destas tumbas silenciosas, congregam-se reverentes, sob a impulsão do dever e da gratidão, as forças vivas e livres da nacionalidade, para renderem — sob a honrosa presidência do supremo magistrado do país — a homenagem a que fizeram jus os que souberam lutar e morrer com honra e, heróicos, sacrificaram a vida pela sobrevivência da Pátria.

Avulta com os anos, cada vez mais se adensa em expressão e se avigora em efeitos, este comício cívico de alerta e de mobilização da alma brasileira, que, se aqui certo se amargura com a lembrança da traição e do crime, muito mais se ufana de tão nobres vítimas e se refrepera no memorar tão grande e alto exemplo.

Sob o impacto das ocorrências de 27 de novembro de 35, despertou resoluta a consciência nacional para a resistência e se enrijaram na luta as forças armadas, aniquilando em horas de intrépido

esforço improvisado, o golpe tramado na sombra contra as instituições e o regime.

O marco que assinala a fronteira entre a anarquia e a ordem, o grande divisor entre a ilegalidade e a lei, entre o abuso e a norma, entre o direito da força, enfim, e a força do direito — está, para todos nós, aqui afincado sobre as ossadas para sempre sagradas destes bravos.

Aqui — atentemos bem! — até o tempo, que tudo destrói, em obreiro destroca-se, e desta ro-maria de fidelidade fez já, em três lustros, uma tradição de coerência. E a própria morte, que tudo nivela, paramenta-se de implacável e inapelável juiz, para fazer mortos os vivos algozes e premiar, com a vida imortal, os que morreram gloriosos porque se não anegasse o Brasil.

Neste cenário sereno e severo, vedado às paixões e ambições que lá fora fervilham, fronteando tão augusto monumento, enguirlan-

dado das flores e das lágrimas das que, parentes e amigos, se não podem consolar de haverem perdido, brutal e abruptamente, pais, esposos e filhos, para quem a vida honesta e leal aventava tantos futuros; diante, todos nós, destas sepulturas onde repousam no chão da Pátria que muito amaram, e à sombra da Bandeira porque morreram, tantos intrépidos soldados da República e do Brasil, — somente uma eloquência calha: a da verdade; um só argumento pesa: o fato; apenas uma atitude se faz digna de nós e deles: jamais esquecê-los, em vigilância e guarda porque se não repitam, partindo da sombra, "o golpe e o insulto".

Aquela data macabra, afora boatos e agitação política, corra, como qualquer, o dia. A tropa, de prontidão, se afanara nas lides costumeiras, e à noite, como de vèzo, o toque de silêncio a todos agazalhava das conselheiras e apenas vigiliavam os a quem cabia, em revèzo, zelar pelo repouso geral.

Noite alta, tudo quèdo, eis que nos Afonsos e na Praia Vermelha saltam os amotinados da tocinha — não de fora dos quartéis, mas de dentro deles — e de surpresa caem sobre os que haviam por mister proteger-lhes, a todos, o sono e o descanso.

Frenhe de danos, por vèzes decisivos, é sempre na luta a surpresa. E quando explode amargamente dentre camaradas e nas fileiras amigas — abastarda a luta, redobra os malefícios e golpeia a resistência com a estática do inesperado moral.

Rompe o tiroteio. Azonzada de sono e do imprevisito, flutua a tropa no atropêlo, na escuridão e na anarquia, parecendo sorrisse a vitória aos que menos a mereceram. Mas, Deus louvado, o golpe — inédito nos anais do Exército — por descompassadamente cruel, ao revés dos efeitos, por certo esperados, de terror, destroca-se em aglutinador de vontades, em excitante da reação e, em horas — decisivas horas para o Brasil — transmuda-se a situação, reimplantando-se em toda a guarnição

o regime da ordem, da lei e dos imponderáveis morais que dignificam o convívio sadio dos homens de bem.

Só então houve serenidade para se bem arrolarem a extensão e os perigos da tormenta que ameaçara a estrutura da nação e os vigamentos mestres do regime. Refeita do abalo, sangrando nos despojos, voltava-se, então, a alma nacional orgulhosa e agradecida para os que, vivos e mortos, souberam lutar e sacrificar-se pelos mandamentos de soldado jurados sob Bandeira.

Por nos não encompridarmos, valha apenas refiramos para escarmiento, que tudo fôra tramado e decidido por apatriados de arribação, despachados de Moscow com aquêlo alvo e que à sorrelfa agiam, contaminando os envesgados pelo fanatismo, que se não vexaram de matar colegas quase dormindo — como o Ten. Paladini, ou já prêsos e desarmados — como o Ten. Bragança, e de chacinar moços como o cabo Coriolano — que desde recruta, sem teres, nem nome, tivemos a ventura de bem conhecer e de lhe extremar os méritos, — transpassado de balas e de insultos em seu pósto de comunicações.

Até aqui, em bosquejo, o fato. Mas, não apenas pelo recordar, nem tão só para exaltar a memória destes bravos, — que tanto o merecem! — em derrador seus despojos nos reunimos. Move-nos o imperativo e mais que oportuno fito de mobilizarmos mentes e corações para a defesa do patrimônio de civilização e liberdade, ameaçado de total derruição pelo comunismo, em sua obsessão de russificar o mundo.

Cá estamos, portanto, para alto e claro definirmos nossos propósitos, testificarmos de público arraigadas convicções, e resolutos reafirmarmos uma atitude, diante daqueles que a souberam ter e mantê-la malgrado as ameaças e a morte.

Atitude franca de alerta e de protesto, em face da infiltração comunista que nas tribunas e cátedras, na imprensa, no rádio e no teatro, nas letras e nas artes, nas casernas

e bases, nos partidos e sindicatos e até mesmo na administração, parlamentos e tribunais, sob milhentas formas e farisáicos disfarces, se insinua, abre trincheiras, radica-se em postos-chave e, cambiando de artimanhas, sobre-excede-se no empestar ambientes, confundir consciências, acidular questões, amolentar resistências, — desmoralizando, carunchando, carcomendo, nas massas como nas elites, classes e lares, caracteres e reputações.

Alerta, sobre os que por interesse, comodismo, medo ou ambição de êxito fácil — inocentes ôteis — tecem ditirambos à democracia e só demagogia praticam, entoam loas à liberdade e se chafurdam na licença e no escândalo, pregam austeridade e se bamboleiam nos cadilacs e boîtes, ensinam-se ensinam! — nas cátedras, o que não praticam na vida, enfarpelam-se na toga, erigem o sofisma em sentença e a dialética em justiça, para relegarem a vítima e só gloriam o crime e os criminosos. Moralistas que fazem tábula rasa do pudor e do recato e pregoam a emancipação da mulher, cimentando-se sobre os destroços dos lares, onde da família — cerne da sociedade — só restem como párias, na orfandade de pais vivos, os filhos.

Alerta, ao cabo, contra os que solapam a lei com a fraude, a autoridade com a peita, a integridade com a calúnia, a fé, que remove montanhas, com a macumba que delas escorre; contra os que negam Deus e acendem velas à mãe d'água, constroem escolas de samba onde a ignorância campeia, trocam por terreiros de ogum os templos e por pais de santo os próprios santos!

E assim, numa nefasta simbiose — comunistas, comodistas e acomodados — vão realizando à nossa vista, sem quase protestos e, por vezes, até com geral conviência, o arruamento paulatino da estrutura moral, política, social e econômica do país, preparando — conscientes ou não — o lento porém fatal naufrágio da família, do regime, da própria nação enfim.

Estes, sem ambargos, alguns aspectos de nossa realidade. Amarga, convimos, a análise; incompleta, por certo. Todavia, sincera e impessoal como estavam a exigir o local, a data e o auditório e, sobretudo oportuna, a fim de que meditando-a possamos volver daqui decididos a agir, pessoal e coletivamente, para sustar tantos males, frenar tamanhos desmandos fazendo-nos, como tantos outros povos, dignos em verdade da cidadania numa democracia, onde, de fato, a lei, a justiça e a liberdade se constituam nos eixos ortogonais de sua trajetória político-social.

Contrários ao comunismo, nada entretanto lograremos contra sua infiltração se, como até agora, só com palavras o combatermos, perdurando no embalo de tudo aguardarmos de um impossível governo — providência, de quem — inativos e apassivados — apenas soubermos, relegando nossos deveres, reclamar favores, vantagens, proteção e direitos.

Outro, bem outro, a vida nos ensina, o rumo certo: ação! — Isto é, austeridade de vida, respeito à liberdade e vida de trabalho; cultura nos campos e cultura nos espíritos; para colhermos daqueles a fartura e destes o saber; economia em tudo, para sermos fortes e ricos e, assim, pelo próprio esforço, adquirirmos como indivíduos — uma personalidade, e edificarmos como povo — uma nacionalidade.

Se pelo trabalho — outro meio não há que se conheça conquistarmos a abastança e a independência econômica; se pela cultura nos emanciparmos de quaisquer tuteias mentais de alguém ou além fronteiras; se pela disciplina de conduta formos capazes de nos organizar, nada, ninguém nos ameaçará, nem comunismo algum medrará entre nós, porque haveremos mental e materialmente com que nos imunizemos ao *marxismo stalinizado*, pandemia que só viceja no ambiente malsão da incultura, do medo e da miséria, habitat exclusivo para as vocações de escravos.

Ademais, conscientes e fortes, ninguém haverá coragem para nos negar o direito a um sadio nacionalismo, que se não xenofobize ridiculamente contra tudo e todos, inclusive nossos melhores amigos de além fronteiras, nem abastarde, por um auto-servilismo, a tradicional noção de soberania, que personaliza os povos livres, lhes credencia os tratados e enrija as alianças certas para os tempos incertos.

Vamos terminar, — Nobres, heróicos camaradas que com a vida nos legastes um Brasil curado de quarteladas vermelhas, vacinado de medo pânico que estimula as piores audácias. Destes, com vossa reação varonil e vosso sacrifício supremo, — uma prova e um exemplo. Prova de que perduram no soldado de hoje, aquelas virtudes que enfiavam de belos episódios os anais militares do Império e da República. Exemplo do que valem, nas horas negras, a energia de ação, o sentimento do

dever e os imponderáveis da honra, estimulando na luta o combatente, premiando com a vitória e a imortalidade os que no cumprimento da missão preferem morrer que ceder.

Em nome do Exército, a cuja galeria de heróis pertenceis, e de quem por honrosa designação ministerial recebemos as credenciais que nos arrimam, nesta tribuna, alçando o espírito a Deus numa oração — único meio de ouvidos pelos que “por obras valorosas se vão da lei da morte libertando”, — queremos afirmar-vos que o grande Exército de Caxias — uma das colunas mestras sobre que se apoiam a ordem legal, a integridade e a soberania do país — hoje, como sempre, seguindo-lhe com fidelidade e orgulho a rota e o exemplo, continua a prumo na defesa da lei, do regime e da honra do Brasil e de pé, ufano de vossos feitos e de vosso sacrifício, vos presta perfilado e com emoção, sua mais viril saudação: **SALVE!**

INDÚSTRIAS "CAMA PATENTE — L. LISCIO" S.A.

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL



"ah... ponisso dormi tão bem!"

ESTA É UMA LEGÍTIMA
CAMA-PATENTE
COM A FAIXA AZUL

IND. CAMA PATENTE L. LISCIO S.A.

Matriz:

RUA RODOLFO MIRANDA, 97 - SÃO PAULO

Filiais:

RIO DE JANEIRO — RECIFE — BAHIA — PORTO ALEGRE —
BELO HORIZONTE — MACEIÓ E FORTALEZA

(N. 15)

BRASIL, TERRA DA PROMISSÃO

Ten. Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

Muito se debate ainda, hoje, sobre se o elemento estrangeiro, radicado no Brasil, nêle trabalhando, é ou não absorvido na comunidade nacional. Fala-se frequentemente em quistos raciais, em minorias deslocadas, enfim, em problema dessa ordem, que desafiam governos. Discute-se, entre nós, que o elemento estrangeiro vem para cá em busca de riqueza. Conseguindo êsse objetivo, regressa à pátria de origem, onde vai gozar das vantagens financeiras que o nosso país lhe proporcionou. Realmente, tal fenômeno ocorre. E não pode ser evitado. Nossa legislação é magnânima. O nosso povo bom. Mas o Brasil atrai o estrangeiro. Aos poucos, absorve-os, insensivelmente, sobretudo aqueles cujos países de origem foram devastados pela guerra. E quando o novo "habitat" lhes faculte condições de vida semelhantes àquelas, a absorção se dá com mais facilidade.

A viagem de estado-maior, levada a efeito pela ECEMAR, no corrente ano, pelo sul do país, proporcionou aos seus oficiais alunos e instrutores excelente oportunidade para verificar aquele fato.

O que vimos em Monte Alegre, no sertão paranaense, numa visita mesmo rápida, foi algo de impressionante. Naquele longínquo rincão do nosso território, afastado dos centros principais de vida, encontramos uma organização industrial à base de estreita cooperação entre elementos das mais variadas nacionalidades.

Convivemos, algumas horas, com técnicos alemães, tchecos, russos, franceses, sírios, etc., todos perfeitamente integrados nos objetivos da

Empresa e, o que vale ressaltar, **COMPLETAMENTE ASSIMILADOS PELO MEIO BRASILEIRO.**

Os sentimentos de brasilidade dêsses homens, nós os percebemos durante a visita, através os conceitos emitidos em favor da terra em que vivem e trabalham, durante o jantar que nos ofereceram, no belo hotel de estilo europeu, propiciando-nos ensejo único de trocarmos as mais diversas idéias.

E foi justamente durante essa reunião que, em meio a alegria espontânea e natural de tais oportunidades, crivamos nossos anfitriões de perguntas, às vezes mesmo indiscretas. Queríamos penetrar os seus corações e descobrir qual o sentimento que neles morava.

Ao nosso lado tivemos o Diretor Geral e sua esposa. Ele, de origem alemã e ela austríaca. A nossa frente, sentavam-se dois recém-casados, de pátrias de origem também diversas. Um russo branco, fugido das perseguições comunistas; ela, americana, de berço puramente democrata. E assim se dispunham, civis e militares, num entrelaçamento harmônico, lembrando uma verdadeira Organização de Nações Unidas...

Da palestra havida com o Diretor queremos destacar alguns tópicos que pelo seu sabor específico, merecem êsse apêço.

Reproduziremos textualmente as suas palavras. "Em viagem para os Estados Unidos, a serviço da Empresa, fomos êste ano, eu e minha senhora. All chegados, adoecei gravemente. Julguei haver chegado a minha hora. Mas a minha aflicção não era tanto pelo fato de

ter que morrer. Isso ocorrerá certamente. O que me ansiava era MORRER LONGE DO BRASIL! Felizmente, Deus concedeu-me uma graça dupla; não morri e, mais ainda, longe do meu país." Tais afirmativas eram sinceras. Os olhos desse homem reproduziam fielmente a sua alma. Seu olhar era firme e claro. Sua esposa, momentos após, declarava haverem ambos recebido o seu diploma de cidadãos brasileiros, solicitado há tempos.

No discurso de saudação à Escola, o Diretor, em meio os conceitos emitidos, manifestou, com grande calor, a sua confiança no Brasil, único país, a seu ver, onde a Liberdade era uma realidade.

O testemunho de outros elemen-

tos, que também ali trabalham, pelo maior desenvolvimento daquele rincão brasileiro, viria reforçar o que dissemos até agora. Crêmos, porém, seria demasiado. Uma coisa, entretanto, não padecerá dúvidas: aquele pugilo de homens dedicados integralmente à empresa, esquecendo até seus laços de origem, da maior diversidade, vivem na melhor das harmonias e só pensam, estamos certo disso, no bem de sua NOVA PÁTRIA, o Brasil. É este Brasil que, tendo-os recebido de braços abertos, acolhedoramente, facilitando-lhes tudo, aperta-os agora, num abraço fraterno, para que sintam bem forte o pulsar do novo coração — BRASILEIRO. A terra foi-lhes, sem dúvida, da promessa!

CIEBITALIA

COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA BRASIL ITALIA LTDA.

Fornecedores de gêneros de primeira qualidade para o Reembolsável da E.I.E.

MATRIZ

Rua Juan Pablo Duarte, 15
ex-Marrecas
Telefone 22-4624
RIO DE JANEIRO

FILIAL

Escritório: Rua Anhala, 309
Telefone 51-2382
Depósito: R. Tenente Pena, 262
SAO PAULO

(N. 18)

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112
Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 17)

EDUCAÇÃO OU CADEADO ...

Maj. CARLOS ALBERTO DA FONTOURA

Em verdade, no complexo nacional, as forças armadas desempenham papel de relêvo. São mais do que o simples fiel da segurança contra a agressão externa e do respeito à Lei e à Constituição, na ordem interna.

No que tange ao Exército em particular, dado seu maior efetivo, seu entrelaçamento mais íntimo com a massa brasileira e o sistema de serviço militar adotado da conscrição universal, torna-se elemento de primeira água no trato das mais variadas questões e que muito de perto interessam à Nação.

Mais do que a sua finalidade precípua — formar combatentes — cumpre o Exército outras missões. Em países jovens e relativamente desorganizados, onde o espírito da unidade nacional ainda se não fortaleceu, integrando em tudo as partes por vezes algo heterogêneas, outras missões lhe são cometidas de ordinário. A estas, nos dias que correm, não errariamos se lhes acrescentássemos uma outra, de caráter político — na mais pura acepção do vocábulo — qual seja a de propagar, em suas fileiras a democracia, pois a tanto corresponde combater doutrináriamente o comunismo internacional.

Entretanto, é por demais sabido que a educação cívica e moral, bem como a educação política, repousam na educação doméstica. Antes de tudo, esta deve ser obtida. Infelizmente, a massa brasileira ainda carece de educação doméstica. O analfabetismo ainda faz praça de sua elevada percentagem. Há ainda milhares e milhares de brasileiros sem escola, sem mestre, sem guia. Gerações e gerações se vão formando sob o signo da ignorância.

Sem letras, sem higiene e com noções morais muito tolerantes. A sua vez, os privilegiados pela alfabetização não podem fugir ao influxo da época, de que os "felipetas" e "felipatos" são um triste exemplo. As condições de vida, após a última guerra sofreram transformações de vulto. Os hábitos e costumes por vezes se abastardam. Tudo isso implica em a necessidade de uma verdadeira cruzada, para que o homem se reencontre a si próprio, reabilitando a sua consciência, pela prática da virtude e dos bons costumes. Só uma cruzada em busca da verdade em que todos cerrassem fileiras, conduziria a bom destino.

Tôdas essas reflexões nos vieram à mente quando visitávamos, outro dia, uma Unidade da 2ª Divisão de Cavalaria. Trata-se do 3º G.A.Cav. 75, do Comando do Sr. Ten.-Cel. José Tavares Romeiro. Lá verificamos, em um dos alojamentos, que os armários onde os soldados guardam as suas roupas e os seus objetos não eram fechados à cadeado. Mas, abertos, simplesmente abertos! Isso foi motivo de estranheza e de satisfação, a um só tempo. Trata o Comando e oficialidade dessa Unidade do problema educacional pela raiz e com objetividade. Nada de longos discursos moralistas. Pequenas preleções semanais, objetivas e práticas, produzem mais efeito. E a realização imediata, a aplicação local do que se preconiza constitui, sem dúvida, a mais sábia das aulas, a melhor escola.

Não escondem os iniciadores de tal movimento a sua fé no sucesso, de vez que os resultados, até o mo-

mento, são os mais auspiciosos possíveis.

Abolindo o "cadeado", conseguiu o 3º G.A.Cac. proscrever um dos mais vexatórios símbolos de nossos tempos. O "cadeado" representa a desconfiança generalizada. É a aceitação de um estado de coisas em que o crime não é prevenido pela educação, mas pela impotência diante da lei da força. O "cadeado" é a negação do homem moral, do homem social. Do homem que não pode viver em sociedade. É a entronização do lugar comum da desonestidade. É o ni-

velamento, o baixo nivelamento, em que todos, bons e maus, são situados na mesma planície, fertilizada pelo aluvião da falsidade.

O "VALE" não mais entra no 3º G.A.Cav. ! Oxalá outras Unidades o imitem ! Por isso, a nossa intenção ao divulgar o fato. Apesar dos pezares, nem tudo está perdido. Ainda há lugar para a reação, basta ocupar uma sólida linha de partida. O que não mais deve haver — isto sim — é lugar para o "cadeado". E só a educação poderá suprimi-lo.

Concurso de admissão à Escola de Estado-Maior

Questões propostas :

A) Geografia :

1ª Questão — Causas geográficas e culturais que concorreram para o atraso no desenvolvimento das indústrias básicas do Brasil.

2ª Questão — A região natural nordeste do Brasil sob o aspecto fisiográfico e militar.

Tempo : 4 horas.

B) História :

Questão única — Campanha de 1851-52.

1ª pergunta — O teatro de operações.

2ª pergunta — 2ª fase da Campanha :

a) Plano de operações.

b) Crítica desses planos.

Tempo : 4 horas.

Observações. — A Defesa Nacional sente-se feliz em haver prestado o seu quinhão de colaboração aos oficiais que fizeram o último concurso de admissão à E.E.M., pois, serviram de subsídios para as questões acima os seguintes artigos de colaboradores seus :

— à 1ª Questão de Geografia : "Evolução e tendências da indústria brasileira", do Cel. Adalardo Fialho, publicado no n. 454, de maio de 1952.

Serve de subsídio para essa questão, também, a monografia do Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva sobre as Indústrias Brasileiras.

— à 2ª Questão de Geografia : Síntese de estudo sobre o Nordeste do Brasil, do Major João Baptista Peixoto, publicado no n. 447, de outubro de 1951.

— Sobre a questão única de História, é publicado neste próprio número o artigo do Major João Baptista Peixoto : "As Guerra do Prata" que serve de subsídio.

A CRIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO EXÉRCITO

ANTEPROJETO DE LEI, APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA GUERRA PELA C.E.S.S.E.

Um dos encargos atribuídos à C.E.S.S.E. pelo Aviso Ministerial n. 654, de 14-X-950, foi a elaboração de um anteprojeto de lei organizando, no Ministério da Guerra, um Serviço Social, com aproveitamento de órgãos já existentes e outros que porventura fôsseem necessários à sistematização e à eficiência das atividades relacionadas com a assistência e a previdência social, aos oficiais, sargentos, funcionários e respectivas famílias.

A execução de tal tarefa, que à primeira vista parecia relativamente simples, demandou uma série de estudos preliminares, não somente sobre várias instituições similares já criadas no país, como também sobre inúmeras iniciativas já existentes no próprio Exército, exigindo por isso um trabalho metódico, de modo que no final correspondesse, tanto quanto possível, ao interesse de todos.

Logo depois de alguns meses de atividade, a C.E.S.S.E. apresentou ao Exmo. Sr. Gen. Newton Estillac Leal, quando Ministro da Guerra, um anteprojeto de lei sobre a criação de um Serviço Social no Exército.

Voltando posteriormente à Comissão, para examinar alguns pareceres de outros órgãos da administração do Ministério da Guerra, foi o trabalho em apêço recomposto para o fim de regular a melhor matéria, fixando desde logo aspectos de organização e funcionamento, surgindo então o documento que publicamos abaixo, e que foi submetido à apreciação do atual Ministro da Guerra em 28 de maio do corrente ano.

Art. 1º. Fica criado o Serviço Social do Exército, com a finalidade de sistematizar e desenvolver todas as atividades relacionadas com a assistência e a previdência social no Ministério da Guerra.

Parágrafo único. As obras de assistência e previdência do Serviço Social do Exército visam auxiliar e amparar o militar, os funcionários civis do Ministério da Guerra e suas respectivas famílias, na conformidade do prescrito no regulamento desta lei.

Art. 2º. O Serviço Social do Exército compreenderá as obras sociais já existentes e outras a serem criadas.

§ 1º. Para efeito deste artigo, são consideradas obras de assistência social:

— os centros sociais criados pelo Aviso n. 17, de 11-I-952;

— as casas e conjuntos residenciais construídos ou adquiridos pelo Ministério da Guerra em diversas guarnições do Exército;

— a Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra, criada pelo Decreto n. 24.256, de 16-VI-934;

— a Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército, criada pelo Decreto n. 23.828, de 2-I-934;

— a Farmácia Central do Exército, criada pelo Decreto-lei n. 4.359, de 3-VI-942;

— os órgãos do Serviço de Saúde do Exército que estão exercendo função exclusiva de assistência social às famílias dos militares e civis do Ministério da Guerra;

— os armazéns reembolsáveis e as lojas do Serviço de Intendência

do Exército, que tenham encargos exclusivos de fornecer gêneros alimentícios, vestuários e utensílios, às famílias dos militares e funcionários civis do Ministério da Guerra;

— as granjas dos corpos de tropa, fábricas, estabelecimentos e outras repartições do Exército;

— Colégio Militar e outros estabelecimentos de ensino não orgânicos do Exército, enquanto subvencionados por Unidades, Estabelecimentos ou Repartições do Ministério da Guerra;

— o Asilo de Inválidos da Pátria;

— todos os órgãos do Exército que tenham função caracteristicamente de assistência ou previdência social.

§ 2º. As obras sociais mencionadas no § 1º deste artigo continuarão a funcionar sem qualquer alteração até a expedição do regulamento desta lei.

§ 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a expedir os atos necessários para que a Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército e a Caixa de Construções do Ministério da Guerra, se enquadrem em o novo sistema de assistência e previdência do Exército, podendo para tal fim alterar-lhes a denominação, a organização e o funcionamento, ou mesmo extingui-los, respeitados, porém, os direitos adquiridos.

§ 4º. Mediante acordos previamente estabelecidos, poderão cooperar com o Serviço Social do Exército obras sociais de caráter oficial ou privado.

Art. 3.º As relações e subordinações dos diversos órgãos de assistência e previdência no âmbito do Serviço Social serão estabelecidos na regulamentação da presente lei.

Art. 4º. O Serviço Social do Exército articula-se em :

a) Órgãos de direção e controle :

— Departamento Central com sede na Capital Federal ;

— Comissões diretoras regionais, subordinadas aos Comandos de Região Militar ;

— Comissões diretoras dos Centros Sociais ;

— Agentes diretores de Unidades Administrativas.

b) Órgãos de execução :

— de âmbito geral, destinados a servir a todos os associados ;

— de âmbito regional, destinados a servir aos associados da mesma Região Militar ;

— de âmbito local, destinados a servir os associados de uma Guarnição, Unidade ou Estabelecimento.

Art. 5º. O Serviço Social do Exército desenvolverá as suas atividades nos seguintes setores de assistência social : habitação (casa de guarnição), higiene e saúde, alimentação, educação, recreação, aquisição de utilidades essenciais, empréstimo pecuniário, transporte e justiça.

Quanto à previdência, o Serviço Social do Exército consistirá de :

— estudar a legislação do Montepio Militar e propor sua revisão tendo em vista aumentar a importância dos benefícios e ampliar o número de beneficiários, segundo leis de amparo à família ;

— criar carteiras de seguros sociais privados, objetivando especialmente complementar o Montepio ;

— auxiliar a construção de casas próprias.

Art. 6º. Serão filiados ao Serviço Social do Exército :

a) Obrigatoriamente todos os militares e civis do Ministério da Guerra que contribuem para o Montepio Militar, bem como os empregados pertencentes aos quadros próprios do Serviço Social.

b) Facultativamente, e na forma a ser fixada em regulamento :

— os funcionários do Ministério da Guerra que não estiverem compreendidos entre os filiados obrigatórios ;

— todos os demais militares do País, da ativa ou da reserva, não compreendidos na letra a) ;

— os pensionistas do Ministério da Guerra;

— os operários dos Estabelecimentos fabris do Exército e das Unidades do Exército que tenham missão específica de construção;

— os militares estrangeiros quando em missão no Brasil.

§ 1º. Serão beneficiários do Serviço Social do Exército, além dos filiados, todos os seus dependentes econômicos na forma estabelecida pelo regulamento da presente lei.

Art. 7º. O Serviço Social do Exército terá os seguintes recursos financeiros:

a) Como capital para montagem e instalação do serviço:

— contribuição da União na importância de 60 milhões de cruzeiros, consignada em parcelas de Cr\$ 20.000.000,00, no anexo do Ministério da Guerra do orçamento geral da República, em três exercícios consecutivos, a partir do ano seguinte ao da aprovação desta lei;

— contribuição dos filiados a título de jôia, na importância correspondente a 10 % dos vencimentos (sólido e gratificação) mensais de cada um, paga no máximo em 24 prestações, mediante consignação, a partir da data da respectiva inclusão no Serviço Social;

— doações.

b) Para manutenção de serviços de assistência:

— contribuição mensal dos filiados, correspondente a 1 % dos respectivos vencimentos, paga mediante consignação;

— renda das obras sociais, inclusive aluguéis de imóveis;

— taxa de 2 % das contas pagas pelas Unidades Administrativas aos fornecedores, empreiteiros e tarefeiros do Ministério da Guerra, excetuando-se as contas relativas ao fornecimento de luz e gás, telefone e transporte;

— contribuição da União, consignada no respectivo orçamento, na importância correspondente a 2 % da verba destinada ao pagamento do pessoal do Ministério da Guerra;

— doações e legados;

— rendas eventuais.

c) Para fins de previdência, cada filiado contribuirá obrigatoriamente, para o Montepio Militar, de conformidade com a legislação correspondente e, para o Seguro Social, nas condições que forem estabelecidas pelo respectivo regulamento.

Além disso cada filiado poderá contribuir facultativamente para seguros privados e para o financiamento da casa própria.

Art. 8º. A arrecadação das contribuições para o Serviço Social do Exército obedecerá às seguintes normas:

a) Mensalmente cada Unidade Administrativa remeterá para o Departamento Central do Serviço Social do Exército:

— as importâncias correspondentes às contribuições que forem descontadas dos vencimentos de cada filiado;

— a importância correspondente ao aluguel (percentagem) das casas construídas ou adquiridas pelo Ministério da Guerra, cuja administração lhe estiver atribuída.

Relações discriminativas das remessas acima referidas deverão ser enviadas regularmente ao Chefe do Departamento do Serviço Social do Exército.

b) A arrecadação para o Montepio Militar e outros institutos de assistência e previdência já existentes não sofrerá nenhuma modificação.

c) A importância correspondente à taxa de 2 %, a que se refere a letra b) do artigo anterior, será recolhida ao Tesouro por intermédio do Serviço de Finanças do Exército, para cobrir parte da contribuição da União.

d) As rendas resultantes de obras próprias do Serviço serão recolhidas aos respectivos órgãos diretores (Departamento Central do Serviço Social, Comissão Diretora do Serviço Social e Comissões Diretoras dos Centros Sociais).

Art. 9º. A aplicação do patrimônio do Serviço Social do Exército terá as seguintes limitações:

a) os recursos financeiros do Serviço Social só serão empregados na execução de obras sociais de real interesse dos filiados, na Administração do Serviço e em inversões que ofereçam garantia real a regularidade de renda;

b) os bens patrimoniais do Serviço Social do Exército só poderão ser alienados ou gravados, com quaisquer ônus, mediante prévia autorização do Ministério da Guerra, sob pena de nulidade do ato, sem prejuízo da responsabilidade civil de quem a autorizar ou efetuar;

c) o total das despesas com o pessoal administrativo e burocrático não deverá ultrapassar, em cada órgão, a importância correspondente a 10 % da respectiva receita.

Art. 10. O Serviço Social do Exército disporá de três escalões administrativos: o geral, o regional e o local (de Guarnição ou de Unidade Administrativa).

O Serviço Social, no âmbito geral, será administrado pelo Departamento Central, órgão de direção geral, chefiado por um oficial-general combatente da ativa, diretamente subordinado ao Ministro da Guerra.

O Serviço Social, no âmbito regional, será administrado pela Comissão Diretora Regional chefiada pelo Ajudante Geral do respectivo Quartel-General, quando delegado pelo Comandante da Região Militar.

O Serviço Social, no âmbito local, será administrado pela Comissão Diretora do Centro Social, presidida pelo Comandante da Guarnição.

Nas Unidades Administrativas, a direção e fiscalização das obras sociais é da responsabilidade do próprio agente diretor.

Art. 11. Ao Departamento Central do Serviço Social compete:

— formular a política social do Exército e orientar a sua execução

mediante planos permanentes e progressivos;

— orientar a ação das Comissões Diretoras Regionais;

— coordenar e supervisionar as obras de assistência e previdência social do Exército em todo o território nacional;

— organizar e dirigir obras sociais de âmbito geral;

— gerir os recursos financeiros que lhe forem atribuídos;

— elaborar projetos e regulamentos, regimentos e instruções de interesse geral do serviço.

— manter ligações com obras sociais que prestem serviço social ao pessoal do Exército e com instituições civis de assistência e previdência social.

A Comissão Diretora do Serviço Social Regional cabe:

— dirigir e controlar tudo o que se refere ao Serviço Social no âmbito regional;

— incentivar, auxiliar e coordenar as atividades dos Centros Sociais, orientando-os segundo melhor critério de justiça social;

— instalar e administrar obras sociais de interesse regional;

— fornecer ao Departamento Central os elementos necessários à orientação e administração do Serviço Social do Exército, inclusive propostas e sugestões;

— manter ligação com os serviços sociais dos outros Ministérios e dos Institutos de Assistência e Previdência, existentes no território da Região Militar;

— gerir e repartir os recursos financeiros que lhe forem distribuídos.

A Comissão Diretora do Centro Social compete:

— organizar e dirigir as obras e serviços de assistência do Centro Social, especialmente no setor de saúde, alimentação, educação, recreação e transporte;

— prestar informações sobre suas atividades à Comissão Regional;

— manter relações com os Serviços Sociais públicos ou privados locais.

Aos agentes diretores das Unidades Administrativas compete di-

rigir e fiscalizar diretamente as obras de sua Unidade, mediante ordens e instruções aos respectivos encarregados.

Art. 12. O Departamento Central terá os seguintes órgãos:

— Gabinete, Procuradoria e Inspeção diretamente subordinados ao Chefe do Departamento;

— Conselho de Administração, constituído pelos Chefes de Divisões, sob a presidência do Chefe do Departamento;

- Divisão Técnica;
- Divisão Administrativa;
- Divisão de Assistência;
- Divisão de Previdência e Assistência financeira.

Estes órgãos terão a seu cargo:

— Gabinete: auxiliar o Chefe do Departamento em suas relações administrativas internas e externas;

— Procuradoria: exercer as funções de consultoria jurídica do Serviço e representá-lo no foro contencioso e administrativo;

— Inspeção: inspecionar a organização e o funcionamento de todas as obras sociais do Serviço;

Conselho Administrativo: examinar os planos de obras e orçamentos anuais; supervisionar a coordenação geral do serviço; estudar a lotação dos quadros; opinar sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Chefe do Departamento;

— Divisão Técnica: encarregar-se dos serviços de pesquisas, estatísticas, planejamentos, documentação e propaganda;

— Divisão de Assistência: orientar e coordenar a execução da assistência sob todos os aspectos;

— Divisão de Previdência e Assistência financeira: orientar e coordenar tudo que se referir a pensões, seguros e empréstimos;

— Divisão Administrativa: supervisionar tudo que se referir a pessoal, material, serviços internos e controle econômico e financeiro do Departamento.

A Comissão Diretora Regional compreenderá:

— Chefia, secção administrativa e secção de assistência e previdência, com efetivos variáveis conforme as necessidades do Serviço Regional.

A Comissão Diretora de Centro Social, presidida pelo oficial de maior hierarquia dentre os que a integram, compor-se-á:

— dos Comandantes ou Chefes das Unidades Administrativas que constituem o Centro;

— dos encarregados dos diferentes setores de assistência;

— de um oficial secretário;

— de outros oficiais, a critério do Presidente da Comissão.

O conjunto de obras sociais destinadas a prestar assistência ao pessoal de uma ou várias unidades administrativas constitui um Centro Social.

As Unidades Administrativas componentes de uma guarnição, excetuados os Estabelecimentos fabris e os de ensino, organizam, em princípio, um só Centro Social.

Todo estabelecimento fabril ou de ensino terá o seu próprio Centro Social.

Parágrafo único. A organização geral do Serviço, estipulada neste artigo, será realizada progressivamente.

Art. 14. O quadro do pessoal pertencente ao Serviço Social do Exército será composto de oficiais, praças, funcionários civis e extranumerários-mensalistas e diaristas e será lotado:

a) nos órgãos de direção e de execução de âmbito geral (Departamento Central e obras especiais);

— por oficiais e praças do Exército, de acordo com o efetivo fixado pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do Diretor do Serviço Social do Exército;

— por militares da reserva admitidos pelo Chefe do Departamento;

b) nos órgãos regionais:

— por oficiais e praças pertencentes às unidades, estabelecimen-

tos e repartições das respectivas sedes, e designados pelos Comandantes de Região Militar para exercerem estes cargos sem prejuízo das atribuições normais;

— pelo oficial designado para encarregado da Secção Administrativa da Comissão Diretora Regional;

— por militares da reserva admitidos pelos Comandantes de Regiões Militares para o exercício das obras regionais;

c) nos órgãos locais:

— por oficiais, praças e servidores civis da respectiva guarnição ou estabelecimento, designados por seus comandantes, diretores ou chefes.

§ 1º. Os funcionários civis necessários ao Serviço Social do Exército, pertencentes às várias carreiras do Ministério da Guerra, serão lotados na organização de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º. Os extranumerários-mensalistas pertencerão à tabela única do Ministério da Guerra e serão distribuídos ao Serviço Social mediante lotação fixada pelo Ministro da Guerra.

§ 3º. O Serviço Social do Exército possuirá tabela de extranumerários-diaristas aprovadas pelo Ministro da Guerra, de acordo com a legislação em vigor.

§ 4º. O pessoal civil referido nos parágrafos anteriores servirá nos vários órgãos do Serviço Social do Exército por ato de localização do respectivo Diretor.

§ 5º. O Serviço Social do Exército poderá possuir, ainda, pessoal custeado pelos seus próprios recursos, de acordo com o Decreto-lei n. 3.940, de 12 de agosto de 1941 e conceder a militares da reserva e a servidores civis gratificações especiais dos ditos recursos.

Art. 14. As obras sociais preexistentes à criação do Serviço Social conservarão o quadro do pessoal que estiver em vigor na ocasião da aprovação desta lei, sem qualquer alteração, enquanto forem feitas modificações necessárias pelo Poder Executivo, respeitados os direitos adquiridos.

§ 1. O regulamento desta lei estabelecerá as prescrições relativas à admissão, permanência e exoneração do pessoal contratado pelo Serviço e também discriminará as atribuições dos seus servidores e os direitos e deveres respectivos.

§ 2º. Fica assegurada a estabilidade dos empregados com mais de dois anos de exercício na C.C.C. M.G., na Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército, e na Farmácia Central do Exército, os quais poderão ser lotados de acordo com os interesses do Serviço, no Departamento Central do Serviço Social ou em órgãos de execução que deles dependam diretamente.

Art. 15. As espécies de benefícios a serem prestados pelos diversos órgãos do Serviço Social bem como os direitos e deveres dos filiados e beneficiários serão discriminados em seus respectivos regimentos.

A prestação dos benefícios obedecerá ao seguinte critério:

a) os benefícios de assistência dependerão dos recursos disponíveis, cabendo justa prioridade aos associados mais necessitados;

b) os benefícios de previdência são verdadeiros direitos dos filiados e seus dependentes, e deverão sempre ser prestados com a necessária simplicidade e rapidez.

Art. 16. Ficam assegurados aos filiados, assistidos e mutuários do Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra e da Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército, os direitos adquiridos.

Art. 17. O Serviço Social do Exército terá todas as concessões, regalias e privilégios a que se refere o Decreto-lei n. 7.690, de 29 de junho de 1945.

Art. 18. O Regulamento desta lei deverá ser submetido à aprovação do Poder Executivo no prazo de ... meses.

Art. 19. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

- A RENOVACÃO** — Magazim do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- SERRARIA SANTO ANTONIO** — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.
- MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA.** — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.
- DESTILARIA JUJUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.** — Rua Moraes e Silva, 30 — Rio de Janeiro.
- BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.
- TIC-TAC** — Fábrica de calçados para homens, sob medida e consertos em geral — Rua Caetés n. 487 — Tel. 2-2072 — Belo Horizonte.
- RELOJOARIA DE MARCO** — Tel. 2-7889 — Av. Afonso Pena n. 395 — Belo Horizonte.
- ELETRO-ARTE** — J. Maciel — Rádios e acessórios — Tel. 4-4033 — Av. Santos Dumont n. 380 — Belo Horizonte.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCHE

● A vez da E.F. Noroeste

O Presidente da República aprovou a recomendação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no sentido da obtenção de um empréstimo, em moeda estrangeira, até 6.354.000 dólares, para a remodelação e reaparelhamento da E.F. Noroeste do Brasil.

Além disso, será assegurado o financiamento indispensável, em moeda nacional, pelo Banco de Desenvolvimento Econômico.

● Em marcha a nacionalização dos caminhões Alfa Romeo

Em recente visita à Fábrica Nacional de Motores, realizada pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação, foi verificado o pleno andamento do plano de nacionalização dos caminhões Alfa Romeo, em andamento naquela Fábrica, em 4 fases. O primeiro destes períodos abrangeu o ano p. findo, com a produção nacional de 31,3 por cento do Alfa Romeo. No corrente ano, com o novo ferramental adquirido na Itália, passar-se-á à 2ª fase, fabricando-se, aqui, 46 por cento do custo do carro. A terceira será alcançada em 1954, com 76 %.

Finalmente, em 1955, o Alfa Romeo estará 100 % nacionalizado.

Simultaneamente será produzido um trator, cujo modelo já está sendo submetido a testes.

● A produção de trigo nacional

A produção de trigo nacional, no ano próximo findo, foi estimada em 586.452 toneladas, no valor de Cr\$ 1.449.945.000,00, ou sejam mais 91.348 toneladas do que a safra de 1951. Essa produção já cobre 1/3 das necessidades do país.

● Início da fabricação do "Jeep" no Brasil

Um grupo de brasileiros, em colaboração com a "Willys — Overland Export Corporation", formaram uma sociedade para a montagem de "Jeeps" no Brasil, inicialmente e para a sua fabricação integral, futuramente.

Um grande terreno foi comprado em São Bernardo do Campo, São Paulo e, a 26 de agosto do ano p. findo, foi lançada a pedra fundamental da fábrica, que deverá ter uma capacidade inicial de produção de 40 unidades por dia, em meados deste ano. Essa fábrica interessará cada vez mais à indústria nacional na fabricação de peças usadas no "Jeep" até que ele seja inteiramente produzido no país.

● A "Metropolitan Vickers" também em Minas

Os dirigentes da "Metropolitan Vickers" comunicaram oficialmente ao Governador de Minas a es-

colha desse Estado para a montagem de sua primeira fábrica fora do Império Britânico. Essa grande organização inglesa iniciará as suas atividades num setor de alto interesse para o país, qual o da reforma de locomotivas e motores de tração.

● A situação do petróleo nacional

Os campos de petróleo atualmente em exploração, na Bahia, são os de Lobato-Joões, Candeias, Itaparica, Dom João, Água Grande, Pedras e Paramirim do Vencimento.

De gás, estão em exploração os pocos de Aratú e Mata de São João.

Em 1951, o C.N.P. concluiu a perfuração de 34 pocos e o aprofundamento de mais 3, dos quais 33 na Bahia, 1 no Pará, 1 no Maranhão e 2 em Sergipe.

Nos 9 primeiros meses de 1952, perfurou o Conselho 36 pocos. Os campos da Bahia produziram, em 1951, cerca de 691 mil barris de óleo bruto ou 109.833 milhares de litros.

Desde outubro de 1950 encontra-se em pleno funcionamento a Refinaria de Mataripe, para a produção de 2.500 barris diários. Isto é, com capacidade para refinar 400 mil litros de óleo bruto, diariamente. O óleo bruto provém dos campos de Candeias e Itaparica, no recôncavo baiano, na proporção de 80 % e 20 % respectivamente.

A produção atual cobre as necessidades do Estado da Bahia e, quando ampliada para 5.000 barris diários, deverá abastecer também os Estados de Alagoas e Sergipe. O óleo bruto produzido na Bahia é utilizado no abastecimento da Refinaria de Mataripe e também nas caldeiras das sondas em operações em Candeias e, em pequena escala, na pavimentação de estradas.

A Refinaria de Mataripe produziu, em 1951, cerca de 43.951 milhares de litros de gasolina comum, 3.553 milhares de litros de querosene, 9.383 milhares de litros

de óleo Diesel e 31.340 milhares de litros de óleo combustível.

Em 1952, até 30 de agosto, a produção foi de 31.055 milhares de litros de gasolina, 3.988 milhares de litros de querosene; 9.264 milhares de litros de óleo Diesel e 31.020 milhares de litros de óleo combustível.

A reserva total de petróleo, nos campos da Bahia, pode ser avaliada em 50 milhões de barris, isto é, em 7.950 milhões de litros. A reserva de gás natural está estimada em 1.200 milhões de metros cúbicos. Esse gás, produzido nos campos de Aratú e Itaparica e que apresenta o dobro do poder calorífico do gás consumido no Distrito Federal, está sendo industrializado, tendo a Viação Férrea Leste Brasileiro firmado contrato com o C.N.P. para o aproveitamento desse combustível na usina termoeletrica à eletrificação das suas linhas.

A grande e moderna refinaria de petróleo que está sendo construída em Cubatão, Estado de São Paulo, tem seu funcionamento previsto para 1954. Sua capacidade é para o tratamento de 45 mil barris diários de óleo bruto, ou sejam 7 milhões de litros.

Assim, vai produzir, por ano, 118 milhões de litros de gasolina de aviação de 91 octanas; 1 bilhão de litros de gasolina comum; 234 milhões de litros de querosene; 203 mil toneladas de óleo Diesel; 570 mil toneladas de óleo combustível e 44 mil toneladas de propana, ou seja, gás liquefeito.

Como é sabido, a Refinaria de Cubatão inicialmente trabalhará com petróleo estrangeiro, cujo transporte será feito em petroleiros nacionais.

Para tanto, o Brasil adquiriu uma frota de navios-tanques, a qual abrange dois tipos de unidades, a saber: as de grande porte, destinadas ao tráfego internacional e de longo curso e as de pequeno porte, destinadas ao transporte de cabotagem. A frota nacional totaliza 222 mil toneladas.

Estão sendo realizadas investigações no Vale do Paraíba, Estado do

São Paulo, com o objetivo de verificar as possibilidades do aproveitamento econômico das jazidas de xisto pirobetuminoso existentes naquela região. Os trabalhos de sondagem e cubagem já estão concluídos, devendo ser iniciada a fase de industrialização.

● **Maior rapidez na construção da Refinaria de Cubatão**

O Presidente Getúlio Vargas atendeu a uma solicitação do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que seja concedido um adiantamento de 70 milhões de cruzeiros àquele órgão, a fim de acelerar o ritmo dos trabalhos de construção da grande Refinaria de Cubatão. No processo, o Chefe do Governo exarou despacho, aprovando o adiantamento solicitado.

"Informe o Conselho Nacional do Petróleo: qual o orçamento completo para a instalação da Refinaria; se houve alteração e quais no orçamento primitivo; que importâncias foram invertidas, cada ano, até o momento; quanto resta para conclusão das obras e instalações", determinou ainda o Presidente Vargas.

O adiantamento concedido é o terceiro que o C.N.P. solicita ao Presidente da República, além da verba que constava do orçamento. Anteriormente, dois outros foram autorizados, de 40 milhões de cruzeiros cada um, perfazendo, com o de agora, um total de 150 milhões.

O pedido se justifica por se achar o empreendimento em uma fase de atividades intensas, quando se torna imprescindível a existência de fundos em montante compatível com o desenvolvimento da obra. De outra parte, a fim de que o andamento dos trabalhos não venha

a sofrer solução de continuidade, o que seria surpamente danoso para o êxito da iniciativa, é imperioso que a Comissão responsável disponha de recursos suficientes para fazer face às despesas do período compreendido entre o fim do ano corrente e a data da distribuição da dotação relativa ao ano vindouro, distribuição esta que, usualmente, é feita com certo atraso.

● **Mais uma refinaria será montada em Mataripe**

O Presidente da República, tendo em vista as razões constantes de exposição de motivos em que o presidente do Conselho Nacional do Petróleo solicita autorização para comissionar os Engenheiros Petrólio Barcelos e Eduardo Pais Barreto, a fim de estudarem, nos Estados Unidos, juntamente com os consultores americanos, a instalação de uma refinaria maior na Bahia, destinada a produzir óleo lubrificante, utilizando o petróleo cru da área do Recôncavo, resolveu aprovar as sugestões apresentadas, recomendando que sejam estudadas em detalhe, todas as variantes e aspectos correlatos do problema a resolver.

É do seguinte teor o despacho do Presidente da República:

"Autorizo. Estudem-se todas as alternativas tendo em vista determinar o esquema que traga maiores vantagens econômicas, bem como a integração das instalações atuais de Mataripe no futuro parque nacional de refinação.

Coordene-se o estudo e planejamento de refinação com o programa de produção de óleo cru, e intensifiquem-se os esforços no sentido de ampliar as reservas de petróleo conhecidas na Bahia".

BAR SÃO PAULO

Bebidas Nacionais e Estrangeiras — Cereais, Conservas e Miudezas em Geral

JOSÉ MARTINS DE CARVALHO

AV. RIO BRANCO, 2563 — FONE : 1112 — JUIZ DE FORA — ESTADO DE MINAS

(N. 5)

Noticiário de Interesse Militar

O porta-aviões Forrestal

No dia 14 de julho, no arsenal de Newport News, foi assente a primeira chapa da quilha do porta-aviões norte-americano U.S.S. *Forrestal*, que será o maior do mundo e deverá ficar construído até fins de 1954. O seu nome técnico será *Porta-aviões CVB-59*, terá o comprimento de 317 m, 59.900 tons, de deslocamento e custará cerca de 218 milhões de dólares; isto é, três vezes mais do que o paquete *United States*.

É o primeiro porta-aviões construído desde 1934, com "deck" flexível e completamente livre de obstruções; o "deck de voo" será de aço e terá 217 metros de comprimento e 77 metros de largura. Terá quatro catapultas, que em quatro minutos poderão lançar trinta e dois aviões de interceptação, quatro elevadores para transportar os aviões do "deck hangar" para o "deck de voo". A "superestrutura-ilha" poderá ser recolhida para desobstruir o "deck de voo", mas a televisão fornecerá então "olhos" ao pessoal de navegação. O navio é extremamente compartimentado para poder manter-se a flutuar mesmo quando atingido por vários torpedos.

O projeto foi concebido por forma a que o navio possa acomodar os aviões de jato futuros, mais pesados, rápidos e com maior raio de ação, e assim poder explorar todas as possibilidades do potencial aéreo naval.

A sua tonelagem, forma e dimensões, obedeceram assim ao princípio de poder satisfazer a todas as missões que fôsse chamado a desempenhar.

Na cerimônia do assentamento da quilha o Secretário adjunto da defesa disse: "Quando o U.S.S. *Forrestal* estiver completado poderá levar o poder aero-naval dos Estados Unidos a qualquer parte do mundo, a fim de garantir segurança e paz para nós e para os nossos aliados... É nossa esperança veemente, que este navio contribua para se evitar nova guerra mundial e, embora seja um navio de guerra, cremos que ele será um fator de paz para todos os homens livres... É lançado à água no "Dia da Bastilha", que em França marcou uma data memorável na histórica luta dos homens pela liberdade... um dia de esperança para todos os que vivem nas imediações da "cortina de ferro" que relembrará a todos os homens do Mundo livre, que nós não somente proclamamos os ideais de liberdade mas estamos também criando força para os defender... Os porta-aviões desta classe, dos quais a Marinha propôs dez e o Congresso já autorizou dois, terão na guerra uma função estratégica e tática... e são um tributo que se presta aos serviços preeminentes e memória do primeiro Secretário da Defesa James V. Forrestal, que con-

cebeu e compreendeu, melhor do que qualquer outro homem, a significação do poder aéreo e marítimo e a sua importância para a defesa da nossa nação".

No dia 19 de julho a Marinha dos Estados Unidos anunciou, que o segundo porta-aviões tipo *Forrestal*, o CVB-60, seria construído em New York, no arsenal naval de Brooklyn. O casco deste navio de 60.000 tons, será idêntico ao do porta-aviões *Forrestal*, mas aperfeiçoamentos na maquinaria permitirão obter velocidade um pouco mais elevada, sendo para ambos superior à do paquete *United States*, que recentemente atravessou o Atlântico à velocidade média de 35,6 nós, conquistando a "faixa azul" de que era detentor o paquete inglês *Queen Mary*.

Espera-se que este novo porta-aviões esteja construído dentro de três anos e meio, mas a sua construção poderá ser acelerada consideravelmente se necessidades operacionais o exigirem. O seu custo será de 209.700.000 dólares, isto é, cerca de oito milhões e trezentos mil dólares menos do que o do *Forrestal*, porque muito trabalho de projeto e experiência serão aproveitados deste.

O ministro Dan A. Kimball salientou, que o "poder naval-aéreo é hoje a chave do domínio dos mares e com estes dois porta-aviões os Estados Unidos poderão transportar através dos mares qualquer avião de porta-aviões, dos atuais ou dos que estão em projeto".

A Marinha considerou de tal importância este segundo porta-aviões, que ela ofereceu sacrificar outros navios de combate no seu programa de 1953 se a Casa dos Representantes, que primeiro se opôs, concordasse com a sua construção. O Congresso concordou por fim e por isso foram suspensos os planos de construção de: 1 porta-aviões de escolta anti-submarina, 1 contratorpedeiro, 1 submarino de ataque, 1 submarino "radar picket", 3 navios de desembarque e 1 escolta oceânico.

O ministro Dan A. Kimball informou, que o o programa de construções para 1953 incluirá, além daquele segundo porta-aviões e de um submarino atômico, mais 3 contratorpedeiros, 2 escoltas oceânicos, 10 draga-minas de 50 m, 20 draga-minas auxiliares de 75 m, 2 navios armazéns, 350 navios de desembarque e a conversão de 2 porta-aviões e de 2 cruzadores. O Presidente Truman pediu 944.306.000 dólares, mas o Congresso só concedeu 511.938.000 dólares.

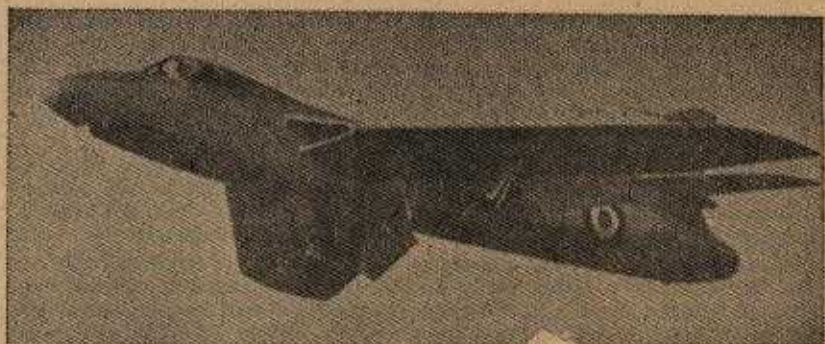
(Revista Militar de Portugal).

Porta-aviões atômico

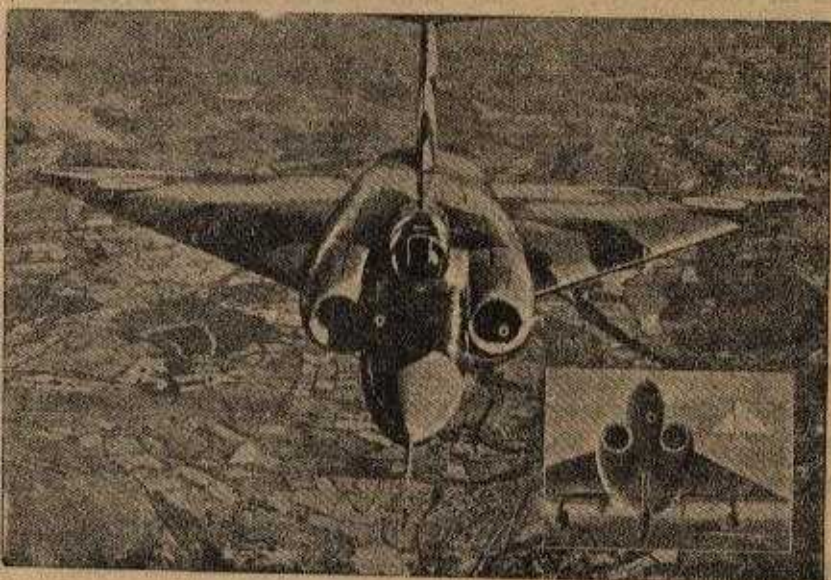
Em fins de julho os Estados Unidos deram o primeiro passo para a construção de um porta-aviões acionado por energia atômica, estabelecendo contacto com a "Westinghouse Electric Corporation" a fim de esta empresa trabalhar para a realização duma grande instalação deste tipo.

Esta informação faz prever, que têm seguido com rapidez, maior do que a prevista, os aperfeiçoamentos nas instalações de energia atômica, certificando a Comissão de Energia Atômica, que foi modificado o contrato já existente com aquela companhia, a fim de concluir o trabalho correspondente a uma instalação para porta-aviões.

(Revista Militar de Portugal).



O avião de caça Hawker F1



O biplano Javelin a jato

A Marinha das Nações do Pacto do Atlântico

Nos portos da Inglaterra, Escócia e Irlanda estão a juntar-se mais de 150 navios de guerra pertencentes a nações signatárias do Pacto do Atlântico Norte, os quais vão realizar grandes manobras integradas na operação "Mainbrace", que constitui o primeiro exercício combinado e é superiormente comandada pelo almirante americano Lynde Mac Cormick, cujo Quartel-General Supremo tem sua sede em Norfolk.

No mês de setembro sairá assim daqueles portos a maior armada que jamais cruzou nos mares da Europa, depois do desembarque aliado na Normandia, a qual compreenderá navios dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica e França.

A operação "Mainbrace" baseia-se no ataque a um inimigo, que se supõe ter invadido e estabelecido na Noruega e Dinamarca e para ela devem os Estados Unidos contribuir com mais de cem navios, desde as barcas de assalto, destinadas a desembarque de tropas e material nas praias ocidentais da Dinamarca, até ao porta-aviões *Franklin Delano Roosevelt* de 45.000 ton.

(Revista Militar de Portugal).

CASA PASSARELLO DE UNIFORMES. LTDA.

Alfaiataria e Artigos para Militares — Fornecedores dos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica — A Casa que maior número de uniformes confecciona para as turmas de Aspirantes do Exército — Mande-nos suas medidas e enviaremos qualquer peça de seu uniforme, para qualquer Estado do Brasil

RUA DA CONSTITUIÇÃO, 30 — TEL.: 42-8314 — END. TELEG. "UNIFORMES"
RIO DE JANEIRO — BRASIL

(N. 13)

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista:

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos, de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de novembro de 1952**

AVISO N. 749 — SEC. EXP.
EM 1-XI-1952

Instruções para encaminhamento de documentos no Ministério da Guerra

I. A fim de reduzir o volume da documentação em trânsito no Ministério da Guerra e as conseqüentes despesas com o pessoal e material para sua feitura e encaminhamento, reitero as determinações já em vigor que objetivam facilitar o exame dos processos submetidos à decisão dos órgãos deste Ministério e determino que sejam observadas as prescrições que se seguem.

1. Só devem ser encaminhados ao meu Gabinete os documentos cuja solução dependa do Ministro ou do escalão superior, como sejam os referentes a assuntos :

— que impliquem na lavratura de Decretos ;

— que se relacionem com a Justiça ;

— que, de caráter administrativo ou técnico, exijam interpretação para formar doutrina, ou sobre os quais haja conflito de jurisdição ou divergência de pareceres ;

— que digam respeito a direitos individuais, em grau de recurso, ao Ministro, mesmo "ex-officio" ;

— que acarretem despesas administrativas para as quais os órgãos deste Ministério não estejam autorizados.

2. Os documentos que não se incluam em o n. 1, destas instruções serão solucionados :

— pelo Estado-Maior do Exército — os relacionados com o pla-

nejamento, coordenação e controle das medidas necessárias à organização, instrução, mobilização e emprego do Exército e suas Reservas ;
— pelo Departamento Geral de Administração — os relativos ao pessoal e material, bem como o equipamento do território nacional, já implícitos nas atribuições do Departamento ;

— pelo Departamento Técnico e de Produção — os que se relacionem com as atividades técnicas, científicas e de produção, já implícitas nas atribuições desse Departamento.

3. Nenhum documento que encerre pretensão de natureza pessoal poderá ser encaminhado ao escalão superior, sem que traga claramente mencionado o amparo legal.

4. Todo documento submetido à solução do escalão superior deverá estar convenientemente informado de acordo com o Aviso número 195, de 21 de março de 1939, E.E. n. 17, de 23 de março de 1939, respeitadas as prescrições destas Instruções.

5. Sempre que uma autoridade necessitar de informações complementares para encaminhar um documento, serão elas pedidas diretamente, via rádio, se possível, procedendo-se do mesmo modo para o encaminhamento da informação, quando assim o determinar a referida autoridade.

6. Quando uma autoridade encaminhar ao escalão subordinado um processo ou documento a ser informado e cujo retorno a ela seja desnecessário, deverá determinar o

seu encaminhamento a quem de direito, após a informação do órgão subordinado.

7. Os documentos de rotina, previstos em regulamentos ou determinação oficial, como relações, mapas, etc., que tenham datas prefixadas de remessa ou entrada, devem ser encaminhados diretamente ao órgão interessado desacompanhado do Ofício. O encaminhamento, se possível, poderá ser feito no próprio documento.

8. O envio de documentos de remessa periódica citados no item anterior será feito em períodos largos — semestres ou anos — fazendo-se a comunicação de posteriores alterações, via rádio ou Ofício, para que o escalão superior, interessado promova a necessária correção nesses documentos.

9. Fica proibida qualquer solicitação de reprodução ou atualização de mapas, relações, etc., com inobservância do item n. 8.

10. A redação de ofícios, memorandos, etc., deve obedecer rigorosamente ao estabelecido no Aviso n. 362-A, de 4-VII-932 (B.E. n. 124, de 10 de julho 1932) com as modificações constantes da Circular n. 18-46, de 5-VII-946, da Secretaria da Presidência da República (B.E. n. 28 — Suplemento — de 13-VII-946).

11. Para facilitar a utilização da legislação vigente, a Secretaria Geral do Ministério da Guerra providenciará:

a) a reunião em fascículos, por assunto, dos atos ministeriais ou alterações que digam respeito a leis de interesse do Ministério da Guerra, tais sejam a Lei do Serviço Militar, o Código de Vencimentos, a Lei de Inatividade, etc.;

b) A publicação de um Indicador da legislação de interesse do Ministério da Guerra, para distribuição aos assinantes do B.E. e mediante venda, aos demais interessados.

— II. O Estado-Maior do Exército, o Departamento Geral de Administração, o Departamento Técnico e de Produção e a Secretaria Geral do Ministério da Guerra ficam autorizados a:

a) propor ao Ministro da Guerra medidas que visem aos objetivos das presentes Instruções, bem como enviar propostas para o estabelecimento de normas que facilitem aos diferentes escalões o encaminhamento da documentação;

b) baixar instruções que, dentro das finalidades do n. 8, visem a reduzir o número de documentos julgados desnecessários.

III. A complementação deste Aviso, feita de acordo com o item II, deverá estar terminada e divulgada até 31 de dezembro do corrente ano. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso* — Ten.-Cel. *Gerardo L. do Amaral Anita*.

("Diário Oficial" de 4-XI-952.)

AVISO N. 804 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1953

D2-E.

1. Considerando:

— que, em face do processamento da reestruturação do Quadro de Oficiais, os 1^{os} Tenentes estão permanecendo pouco tempo neste posto;

— que, presentemente não é possível aos 1^{os} Tenentes especializados desempenharem a função de auxiliar de instrutor pelo prazo mínimo de dois anos, conforme requerem os interesses do ensino e previsão dos quadros de efetivo;

— que, enquanto perdurar a compressão dos cursos dos diferentes estabelecimentos de ensino não é conveniente a substituição de auxiliares de instrutor especializados, a não ser que tenham completado os prazos previstos em Lei, resolve:

a) as funções de instrutor ou auxiliar de instrutor especializado (Artilharia de Costa, Educação Física, Motomecanização, Transmissões, Para-quedistas, Defesa Anti-aérea, Equitação, Equipamentos Mecânico, Foto Informação, Destruição, Material Bélico, Manutenção Orgânica e Guerra Química), previstas nos Quadros de Efetivo dos diversos estabelecimentos de ensino, poderão ser desempenhadas

indiferentemente, por Tenente ou Capitão;

b) quando desempenhada por Capitão será considerada função de Instrutor.

A partir de 1 de janeiro de 1954 deverão ser observados, nos diferentes estabelecimentos de ensino, rigorosamente, os efetivos fixados nos Quadros de Distribuição de Oficiais — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 22-XI-52.)

PORTARIA N. 386 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve nomear Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, para os anos letivos de 1953 e 1954, de acordo com o Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951, art. 87, do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército, e na conformidade do Aviso n. 253, de 2 de maio de 1952, o Capitão da Arma de Infantaria, Ormail Stocker de Oliveira Junqueira.

PORTARIA N. 387 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve nomear Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre, para os anos letivos de 1953 e 1954, de acordo com o Decreto número 30.119, de 1 de novembro de 1951, art. 87, do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército, e na conformidade do Aviso n. 253, de 2 de maio de 1952, o Capitão da Arma de Artilharia, Carlos Marques Maia.

PORTARIA N. 388 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve nomear Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre, para os anos letivos de 1953 e 1954, de acordo com o Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de

1951, art. 87 do Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército, e na conformidade do Aviso n. 253, de 2 de maio de 1952, o Capitão da Arma de Cavalaria, Sady Boano Mussol.

PORTARIA N. 389 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve fixar o número de vagas para matrícula nos diferentes Cursos das Escolas de Saúde e de Veterinária do Exército, em 1953, da seguinte maneira:

a) Escola de Saúde:

— Curso de Médico.....	50
— Curso de Farmacêutico....	30
— Curso de Dentista.....	25
— Curso de Odonto-Protético (praças)	15

b) Escola de Veterinária:

— Curso de Médico-Veterinário	15
— Curso de Enfermeiro-Veterinário (praças).....	10

A disposição das Forças Auxiliares:

— Curso de Médico-Veterinário	15
— Curso de Enfermeiro-Veterinário (praças).....	10

PORTARIA N. 390 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, nos termos do art. 74, da Lei do Serviço Militar, criar o Tiro de Guerra n. 296, no Município de Porciúncula, Estado do Rio de Janeiro.

("Diário Oficial" de 19-XI-52.)

AVISO N. 807 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

1. Sendo freqüente os pedidos de isenção do regime de 2/3 instituído pelo Aviso n. 852, de 28 de novembro de 1938, relativamente ao quantitativo para aquisição de artigos de expediente, livros de es-

crituração, etc., com inobservância de determinações ainda em vigor sobre o assunto, resolvo o seguinte:

a) declarar que as isenções concedidas perderão a vigência em 31 de dezembro próximo vindouro;

b) não deverão ter encaminhamento os referidos pedidos de isenção, exceto se a U.A. solicitante dispuser de oficina tipográfica ou apresentar motivo digno de consideração;

c) reafirmar o preceito de que nas comprovações de despesa das Unidades referente aos artigos de expediente, só sejam aceitas as contas alheias aos órgãos fornecedores de material de intendência quando acompanhar uma declaração do órgão provedor justificando o motivo por que deixou de atender ao fornecimento.

2. O presente Aviso não diz respeito às U.U.AA. das 2ª e 5ª Regiões Militares que todavia darão preferência aos órgãos provedores do Exército, nas suas aquisições, sempre que tal prática lhes seja conveniente — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

AVISO N. 808 — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Torno extensivas às 4ª, 6ª, 7ª, 8ª e 10ª R.M. as disposições do Aviso n. 852, de 28-XI-938, a partir de 1 de janeiro do ano p. vindouro.

Ficará a cargo do E. Com. M.I. o provimento das U.U.AA. da 4ª R.M. e do E.M.I. da 7ª R.M. o provimento das demais Regiões acima referidas — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 21-XI-952.)

AVISO N. 81-C.O. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. Gen. Diretor Geral de Intendência do Exército, por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que concedo aos Exmos. Srs. Generais Agentes Diretores e Encargos — Consignação I — Serviços de Terceiros — S/c. 01-01-04 — Acondicionamento

e embalagem, etc., — saldo "em ser" nesta C.O. resultante da autorização de pagamento na forma do art. 46 do Código de Contabilidade da União, às seguintes importâncias:

	Cr\$
Q.G. da 3ª R.M.....	400.000,00
Q.G. da 4ª R.M.....	400.000,00
Q.G. da 7ª R.M.....	300.000,00

Ditas importâncias serão entregues pelos Estabelecimentos de Finanças interessados. — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

AVISO N. 80-C.O. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. Gen. Diretor Geral de Intendência do Exército por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que concedo ao Exmo. Sr. Gen. Agente Diretor do Q.G. da 5ª R.M., à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Serviços de Terceiros — S/c. 06-01-04 — Passagens transporte de pessoal e de suas bagagens — saldo "em ser" resultante da aplicação do art. 46 do C.C.P., a importância de..... Cr\$ 30.000,00, para custeio de despesas com "transportes não requisitáveis".

Ditas importâncias serão entregues pelos Estabelecimentos de Finanças interessados — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

AVISO N. 78-C.O. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. Gen. Diretor Geral de Intendência do Exército por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que concedo à Diretoria de Finanças à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Serviços de Terceiros — S/c. 06-01-04 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens — saldo "em ser" resultante de aplicação do art. 46 do C.C.P., existente nesta C.O., a importância de Cr\$ 1.500.000,00

para distribuição na forma abaixo indicada :

Q.G. da 3ª R.M.....	700.000,00
Q.G. da 5ª R.M.....	400.000,00
Q.G. da 9ª R.M.....	400.000,00

(Offício-Urgente n. 3.799, de 8 de novembro de 1952, do Gabinete do Ministro). *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

AVISO N. 78-C.O. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. Gen. Diretor Geral de Intendência do Exército por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que concedo aos Exmos. Srs. Gerais Agentes Diretores e Encargos — Consignação I — Serviços de Terceiros — S/c. 08-01-04 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens — saldo "em ser" nesta C.O. resultante da autorização do pagamento na forma do art. 46 do Código de Contabilidade da União, as seguintes importâncias:

Cr\$

Q.G. da 4ª R.M....	400.000,00
Q.G. da 8ª R.M....	200.000,00
Q.G. da 10ª R.M....	200.000,00

Ditas importâncias serão entregues pelos Estabelecimentos de Finanças interessados — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

AVISO N. 77-C.O. — EM 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. Gen. Diretor Geral de Intendência do Exército por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que concedo ao Exmo. Sr. Gen. Agente Diretor da D.O.F.E., à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação X — Diversos — S/c. 98-01-04 — Eventuais — do Orçamento Analítico deste Ministério, a importância de Cr\$ 600.000,00 destinada ao custeio de despesas decorrentes dos danos causados pelo temporal com a queda de granizo que assolou parte do Distrito Federal.

Dita quantia será entregue pelo E.C.F. — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 24-XI-52.)

AVISO N. 817 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o Curso de Admissão ao Colégio Militar

A fim de melhor ajustar o funcionamento do Curso de Admissão ao Colégio Militar, resolvo:

1) As aulas do referido Curso terão início simultaneamente com as dos demais cursos do Colégio e serão encerradas 48 horas antes da 1ª prova do exame de admissão ao curso ginasial;

2) A inscrição dos candidatos far-se-á durante o mês de outubro.

3) As provas de habilitação de português e matemática para matrícula no Curso de Admissão serão realizadas na 2ª quinzena de dezembro.

4) As provas de habilitação serão escritas e de nível equivalente ao ensino da 4ª série primária, ministrado no Distrito Federal

5) Durante o período letivo os alunos farão provas mensais das disciplinas do Curso;

6) No mês de junho (1ª quinzena) as provas mensais serão substituídas por provas de suficiência, abrangendo toda a matéria ensinada;

7) Será desligado do Curso, por falta de aproveitamento, o aluno contribuinte que obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) em mais de uma disciplina (média das provas realizadas, inclusive a de suficiência);

8) No ano de 1953 o efetivo do Curso será de 140 alunos;

9) Para o ano letivo de 1953, as provas de habilitação, para matrícula no Curso, serão realizadas na 1ª quinzena de janeiro, podendo as inscrições serem feitas até o dia 31 de dezembro do corrente ano;

10) Ficam revogadas as disposições do Aviso n. 159, de 11 de março de 1952, que colidirem com as do presente Aviso — *Cyrol Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 27-XI-52.)

**DECRETO N. 31.842 — DE 26 DE
NOVEMBRO DE 1952**

Permite a matrícula, na Escola de Aeronáutica, em 1953, independentemente de concurso de admissão, aos candidatos oriundos do Colégio Militar.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. É facultada a matrícula na Escola de Aeronáutica em 1953, nas vagas que deixarem de ser preenchidas por candidatos aprovados em concurso de admissão, e independentemente deste aos alunos do Colégio Militar que concluíam em 1952 o curso científico desse Estabelecimento com média 6 (seis) ou superior e que satisfaçam as demais condições do art. 4º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 30.698, de 1 de abril de 1952.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

("Diário Oficial" de 26-XI-1952.)

**PORTARIA N. 412 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1952**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, nos termos do art. 37, letras b) e c), do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, dispensar de incorporação no ano de 1953, os cidadãos convocados residentes nos municípios seguintes:

9ª Região Militar

30ª Circunscrição de Recrutamento: Alto Araguaia — Barra do Bugres — Barra do Garças — Guiratinga — Mato Grosso — Poxoreu — Diamantino — Aparecida do Taboado — Dourados — Camapuã.

**PORTARIA N. 413 — DE 28 DE
NOVEMBRO DE 1952**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, nos termos do art. 37, do Decreto-lei n. 9.500,

de 28 de julho de 1946, dispensar de incorporação no ano de 1953 os cidadãos convocados residentes nos municípios seguintes:

3ª Região Militar

Estado do Paraná:

Abatiã — Alvorada do Sul — Bela Vista do Paraíso — Campo Mourão — Centenário do Sul — Congonhas — Curiúva — Florestópolis — Guaraquecapi — Guaratuba — Ibaiti — Jaguapitã — Japira — Dunianópolis — Mandaguaiçu — Mandaguari — Maringá — Nova Esperança — Nova Fátima — Paranaval — Parebiru — Pinhalão — Pitanga — Porecatu — Primeiro de Maio — Ribeirão do Pinhal — Rio Cinzas — Santo Inácio — São Jerônimo da Serra — Sertãozinho — Tomazina.

Estado de Santa Catarina:

Bom Retiro — Imarui — Ituporanga — Laguna — Tubarão — Araranguá — Creciúma — Jaguaruna — Orleães — Turvo e Urussanga.

6ª Região Militar

Estado de Pernambuco:

Coripós e Petrolina.

7ª Região Militar

Estado de Alagoas:

Anádia — Arapiraca — Atalaia — Colônia Leopoldina — Capela — Igreja Nova — Coruripe — Limoeiro de Anadia — Maragogi — Marechal Deodoro — Piranhas — Mata Grande — Passo do Camaragibe — Piasabussu — Porto Calvo — Porto de Pedras — Porto Real do Colégio — Quebrângulo — São Luiz de Quitunde — São Miguel dos Campos — Traipu — Murici — São Braz — Junqueiro — Batalha e Major Izidoro.

Estado de Pernambuco:

Água Preta — Aliança — Amargal — Agrestina — Alagoinha — Agnus Belas — Afogados de Ingazeira — Araripina — Bonito — Belo Jardim — Bom Jardim — Buique — Bodocó — Carpina — Correntes — Custódio — Cabrodó

— Flôres — Floresta — Gamaleira
— Glória de Goitá — Igarassu —
Ipojuca — Inajá — João Alfredo
— Jatiná — Jurema — Lagoa dos
Gatos — Lajado — Macaraparana
— Maraial — Manissobal — Na-
zaré da Mata — Orobó — Ouri-
curi — Pau D'alho — Palmerina
— Panelas — Pedra — Parnamerim
— Petrolândia — Quipapá — Ri-
beirão — Rio Formoso — Serin-
haem — Sanharó — São Bento
do Una — São Caetano — São Joa-
quim do Monte — Surubim — São
José do Egito — Serra Talhada —
Serrita — Salgueiro — També —
Taquaritanga do Norte — Triunfo
— Tabira — Vicência — Vertentes
— Altinho e Exu.

Estado da Paraíba :

Alagoa Grande — Alagoa Nova
— Antenor Navarro — Ararua —
Areia — Bananeiras — Taperoá —
Bonito de Santa Fé — Brejo da
Cruz — Cabaceiras — Caicara —
Catolé do Rocha — Conceição —
Cruz do Espírito Santo — Cuité —
Esperança — Jatobá — Itaporanga
— Piancó — Picuí — Pilar — Pom-
bal — Princesa Isabel — Santa Luzia
— Sapé — São João do Cariri —
Serraria — Soledade — Souza —
Teixeira e Umbuzeiro.

Estado do Rio Grande do Norte :

Alexandria — Apodi — Ipan-

guassu — Augusto Severo — Jardim
de Pinhas — São João do Sabugi
— Serra Negra do Norte — Carau-
bas — Arês — Luiz Gomes — Mar-
tins — Portalegre — Patu — Pau
dos Ferros — São José do Cam-
pestre — São Rafael e São Miguel.

("Diário Oficial" de 29-XI-932.)

FABRICA BANGU

TECIDO PERFEITO
FIRMEZA DE CORES
LINDOS PADRÕES
DURABILIDADE

BANGU

EXIJA NA OURELLA
BANGU - INDUSTRIA BRASILEIRA

(N. 19)

MERCADO SUL AMERICANO

TEM SEMPRE EM DEPÓSITO

Cebolas, Alho, Batatas, Legumes, Frutas, etc. — Vendas por atacado e a varejo

JUVENALDO GHEVIN

Entregas à domicilio — Preços módicos

RUA RAFELD, 57 — TELEFONE, 3161 — JUIZ DE FORA — MINAS

(N. 3)

VIAÇÃO ESPERANÇA LTDA.

Dispõe de Ônibus para Viagens Especiais, Excursões, etc.

RUA PADRE CAFÉ — TEL. : 3648 — SÃO MATEUS — JUIZ DE FORA — MINAS

(N. 2)

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Antonio de Souza Junior
Gen. Antonio José Coelho dos Reis
Gen. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura
Ten.-Cel. Floriano Moller
Ten.-Cel. João Baptista Peixoto
Ten.-Cel. Jorge F. Silvado
Ten.-Cel. Paulo Enéas F. Silva
Major A. N. Paiva
Major Carlos A. Fontoura
Major Cesar Gomes das Neves
Major Heráclides de Araujo Nelson
Major Lincoln Freire de Carvalho
Major Luiz F. de Azambuja
Cap. R. J. Portugal
1º Ten. Gustavo Lisboa Braga
1º Ten. Manoel Luiz Osório
1º Ten. Milton Barros Lima



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953